

INTERSECÇÕES

REVISTA DA SECÇÃO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO DA ORDEM DOS ARQUITECTOS
OUT. NOV. DEZ. 2025 / JAN. FEV. MAR. 2026 #5/#6

SR LVT





■.AR

architectural survey





PELA LENTE DE CAROLINA DELGADO

#5 OUTUBRO/DEZEMBRO 2025 **#6** JANEIRO/MARÇO 2026

CONSELHO DIRETIVO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO

Presidente

Pedro João Albino Novo

Vice-presidente

Alexandra Cláudia Rebelo Paio

Vogais

André David Santos Mendes Martins

Bruna Marisa Carreira Reis

Célia Sofia de Almeida Maia

David do Carmo Cachucho

Marco Manuel Lopes da Silva

Mariana Flor e Almeida Antunes Alves

Tiago Pinto Mascarenhas Rebelo de Andrade

Suplentes

Ana Catarina dos Santos Rebelo

Pedro Miguel Pereira Carvalho

Redação

António Henriques

Fátima Coelho | Secção “Biblioteca”

Revisão

Pedro Lebre

Execução gráfica: Greca

Impressão e Acabamento

Capa: Inaset plus 300 gramas

Interior: Inaset 120 gramas

Depósito Legal

535227/24

ISSN

2976-0771

Publicação trimestral

Tiragem: 2000 exemplares

LinkedIn OASRLVT

Facebook <https://www.facebook.com/oalvt>

Instagram oasrlvt

website https://www.ordemdosarquitectos.org/sr_lvt

Os textos e conteúdos publicados são da exclusiva responsabilidade dos/das respetivos/as autores/as, bem como a respetiva ortografia usada.

A Revista é propriedade da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Ordem dos Arquitectos.

@ Todos os direitos reservados.



Foto de capa: CAROLINA DELGADO

4	Habitar o Turismo: O Papel da Arquitetura na Experiência do Lugar Editorial Mariana Flor
6	Aconteceu Agenda da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo
24	A Arquiteta do Turismo de Portugal Entrevista Leonor Picão
32	Falemos de Dinheiro (Mais uma Vez) Miguel Judas
36	Usurpação de Funções José Saraiva de Lemos
38	Entre o Projeto e a Paisagem: Arquitetura para um Turismo com Futuro Luís Rebelo de Andrade
40	Roteiro – Turismo Pela Nossa Região Redação
50	Hotel Aethos Ericeira Pedra Silva Architects
58	Nuno Portas, O Ser Urbano Nuno Grande
66	Desafios da Rede Tagus – Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo Alexandra Paio e Pedro Novo
68	Exposição do Traço à Cidade Redação
78	Ensino, Profissão e Identidade Disciplinar da Arquitetura em Portugal Teresa Madeira
82	Nélson Tavares Secretariado e Atendimento ao Público
84	Concursos: dificuldades frequentes dos concorrentes Célia Maia, Célia Faria, Helena Rocha
88	Observatório da Encomenda Bruna Reis, Célia Maia
91	Biblioteca Fátima Coelho
92	Pela lente de Carolina Delgado Centro de Eventos do Beato

HABITAR O TURISMO: O PAPEL DA ARQUITETURA NA EXPERIÊNCIA DO LUGAR

Por **MARIANA FLOR**, ARQUITETA
Fotografia **NUNO ALMENDRA**

A arquitetura é nas suas múltiplas dimensões espaciais e formais, uma configuração dos objectos arquitetónicos do turismo. É o objeto construído que se vê, se habita e se percorre. É cenário e protagonista, moldando a paisagem e moldando-se por ela. Pensar o turismo em Portugal torna inevitável refletir sobre o modo como a reconfiguração do território e das cidades, a preservação e revitalização do património e a criação de novas centralidades ou espaços de inegável singularidade que se entrelaçam na construção de um destino turístico é, ao mesmo tempo, autóctone e competitivo no panorama global.

Neste número da *Intersecções*, propomos um olhar sobre o papel da arquitetura no turismo português e principalmente na região de Lisboa e Vale do Tejo – não apenas como suporte físico, mas como expressão de identidade, de estratégia e de futuro. Exploramos as tensões e os encontros entre projeto e paisagem com o arquiteto Luís Rebelo de Andrade, que nos desafia a pensar o desenvolvimento de empreendimentos turísticos como processos sensíveis, capazes de respeitar o lugar e potenciar a experiência.

Num tempo em que o turismo se afirma como um dos pilares económicos do país, importa compreender como é que a qualidade arquitetónica dos

equipamentos turísticos – dos hotéis, aos museus ou mesmo aos jardins e espaços públicos – contribuem para a diferenciação de Portugal enquanto destino. A entrevista com a arquiteta Leonor Picão, do Turismo de Portugal, transmite como o olhar arquitetónico pode, a partir das políticas públicas, reforçar o valor estratégico da arquitetura na valorização da oferta turística nacional.

Este é um diálogo que não se estabelece somente entre edifícios e visitantes. É estruturado também na escala do território, nas escolhas que orientam a expansão da oferta, nas decisões sobre o que preservar, transformar ou reinventar. Na região de Lisboa e Vale do Tejo, onde o crescimento turístico tem vindo a colocar permanentes desafios ao ordenamento, torna-se urgente integrar visões multidisciplinares, para as quais os arquitetos podem e devem ter um papel nuclear.

Este editorial é um convite à reflexão crítica sobre como podemos promover um turismo que não empobreça os lugares, mas que os enriqueça nas suas dimensões cultural, ambiental e social. Um turismo que reconheça na arquitetura uma linguagem essencial para ativar a memória dos espaços, dar forma ao presente e projetar futuros mais justos e sustentáveis.



“Um convite à reflexão crítica sobre como podemos promover um turismo que não empobreça os lugares, mas que os enriqueça nas suas dimensões cultural, ambiental e social.”



Na confluência entre economia, cultura e território, a arquitetura ocupa um lugar central. E é precisamente nesta intersecção que escolhemos estar.

A arquitetura, como nos recorda o arquiteto responsável pelo caso de estudo que integra o roteiro que percorre toda a região, deve ser capaz de escutar o lugar antes de qualquer tentativa de se impor. A experiência turística começa na forma como se atravessa um edifício, na sua relação com a paisagem envolvente, nos materiais que evocam a memória coletiva e não apenas uma estética globalizada. Por isso, torna-se urgente rejeitar soluções genéricas, replicadas a partir de modelos internacionais, que descaracterizam a identidade local em nome de uma rentabilidade imediata e superficial.

Refletir sobre o papel do turismo é um apelo à responsabilidade coletiva na forma como o concebemos e o praticamos. Não como extração de valor, mas como contribuição duradoura para os territórios. Um turismo que reconhece na arquitetura um instrumento de leitura e intervenção, capaz de narrar a história dos lugares, de interpretar o presente e de imaginar futuros mais inclusivos e conscientes.

Mas este debate exige também um compromisso ético com a disciplina. Como sublinha o arquiteto

Miguel Judas, a valorização do trabalho dos arquitetos – e, em extensão, da própria arquitetura no contexto turístico – requer o reconhecimento do seu valor intrínseco, da sua função social e da sua relevância cultural. Sem esse reconhecimento, arriscamo-nos a transformar o território num bem descartável, moldado pelo lucro imediato em vez da permanência qualificada.

É igualmente pertinente revisitar o pensamento de Nuno Portas, recentemente homenageado por Nuno Grande, cuja obra defendeu ao longo de décadas uma arquitetura atenta à cidade, ao território e às múltiplas formas de habitar. A sua ideia de *obra aberta* continua a inspirar práticas que recusam a imposição e escolhem, em vez disso, escutar – um princípio essencial quando falamos de intervenções turísticas em contextos sensíveis, como aldeias, paisagens protegidas ou centros históricos.

Na encruzilhada entre economia, cultura e território, a arquitetura tem muito a dizer. E é exatamente aí que queremos estar: com sentido crítico, compromisso disciplinar e o desejo de desenhar um futuro em que o turismo seja também uma forma de cuidar – dos lugares, das pessoas e da memória.

ACONTECEU



FEIRA TEKTÓNICA 2025

10 abril

OA-SRLVT presente na Feira

A sessão, integrada na Tektónica, contou com a presença ativa de funcionários e colaboradores da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, que asseguraram apoio direto aos participantes. Para além do debate técnico em torno da metodologia BIM e da prática profissional, a equipa da OA-SRLVT esteve disponível para prestar esclarecimentos sobre questões técnicas e jurídicas relacionadas com o exercício da profissão, bem como sobre o funcionamento e a organização da Ordem dos Arquitectos, reforçando a proximidade institucional junto dos membros e do público presente.



Ordem dos Arquitectos “uma carreira especial na função pública”

Pedro Novo, o Presidente do Conselho Directivo da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, nos esclarece os desafios que a arquitetura e os arquitectos enfrentam, bem como os do deste primeiro mandato.

A Ordem dos Arquitectos (OA) nasceu da transformação da Associação dos Arquitectos Portugueses em 1985. Como nasceu um movimento dentro de uma tradição?

A OA foi criada em 1985 e é a única entidade de representação profissional dos arquitectos em Portugal. Desde a sua criação, a OA tem sido uma entidade de referência para os arquitectos, tanto no âmbito da defesa dos seus interesses como no âmbito da promoção da profissão e da arquitectura.

Qual é o seu papel na função pública?

O papel da OA na função pública é de representação e defesa dos interesses dos arquitectos que trabalham no sector público. A OA atua como uma entidade de ligação entre os arquitectos e as entidades públicas, promovendo a colaboração e a melhoria dos serviços prestados.

Quais são os maiores desafios da profissão de arquitecto na função pública?

Os maiores desafios da profissão de arquitecto na função pública são a falta de recursos humanos e financeiros, a burocracia e a falta de reconhecimento da profissão. A OA atua para superar estes desafios, promovendo a valorização da profissão e a melhoria dos serviços prestados.

1

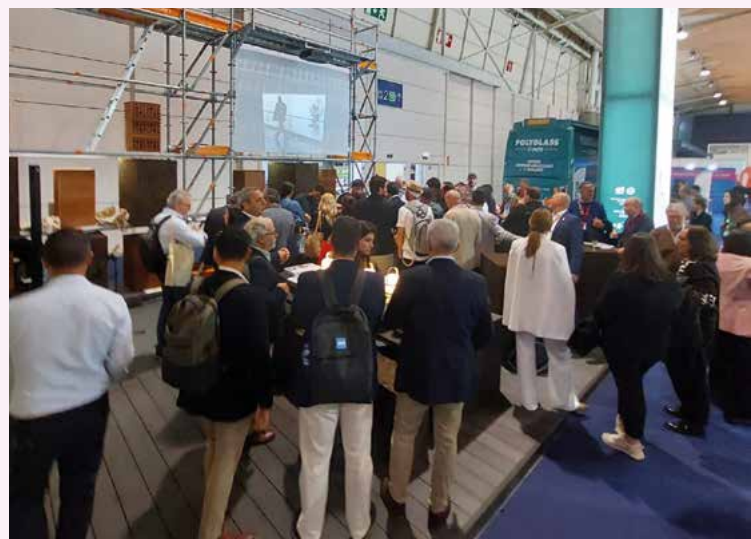
SEMINÁRIO “ENERGIA GEOTÉRMICA – UM CONTRIBUTO PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA” 27 março



Marco Lopes, membro do Conselho Diretivo OA-SRLVT, representou Ordem

Decorreu, a 27 de março, o Seminário “Energia Geotérmica – Um Contributo para a Transição Energética”, organizado pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGE), no IAPMEI em Lisboa. O evento recebeu professores, investigadores, estudantes, técnicos, geólogos, engenheiros e arquitetos, reunindo 116 participantes. O arquiteto Marco Lopes da Silva, membro da OA-SRLVT, participou em representação da Ordem na mesa-redonda “Energia Geotérmica – Um Contributo para a Transição Energética”.

2



3



ENTREVISTA À REVISTA EXKLUSIVA 24 abril

Pedro Novo falou dos assuntos da profissão e da Secção

O presidente da OA-SRLVT, Pedro Novo, deu uma entrevista à revista *Exklusiva*, falando, entre outros temas, do contexto atual da arquitetura, dos desafios, da formação dos futuros arquitetos e da sustentabilidade na arquitetura. Fez um balanço do primeiro ano de mandato, apontando os objetivos para o futuro. Entre as questões tratadas, estiveram os honorários e o combate ao *dumping*, a questão da redução do IVA nos projetos habitacionais, a formação académica dos arquitetos e o papel da Secção no esclarecimento do Simplex Urbanístico, com a organização de grupos de trabalho e a produção de documentação e informação de apoio aos membros.



ADMISSÃO | PRESENÇA NAS UNIVERSIDADES 24 abril – 9 maio

Encontro reuniu mais de cem participantes

A OA-SRLVT organizou um conjunto de sessões de esclarecimento com estudantes finalistas do 5.º ano, no âmbito do protocolo com as instituições de ensino superior, para dar a conhecer a Ordem, os serviços que presta e esclarecer sobre os estágios e a inscrição na ordem profissional. A vogal com o Pelouro da Admissão, Bruna Reis, e Sílvia Rodrigues, do Serviço de Admissão, deslocaram-se à Universidade Lusíada (24 de abril), Universidade Lusófona (30 de abril), Instituto Universitário de Lisboa, Iscte (30 de abril), Faculdade de Arquitetura (7 de maio) e IST (9 de maio).

4

PROTOCOLO COM A ARKANCE PORTUGAL 24 abril



Descontos em software, conferências e workshops

Este protocolo pretende proporcionar aos membros descontos em software (20 por cento sobre o preço de venda ao público), a frequência de conferências, workshops e webinars organizados pela empresa, contribuindo para a valorização profissional dos arquitetos. Foi assinado por Pedro Novo, presidente da OA-SRLVT, e Nuno Pitacho dos Santos, “key account manager” da Arkance.

5



6

PRÉMIO MANUEL GRAÇA DIAS 29 abril



Segunda edição do galardão atribuído pela Ordem

O presidente Pedro Novo esteve presente na cerimónia de entrega do “Prémio Manuel Graça Dias dst – Ordem dos Arquitectos, Primeira Obra”. Atribuído por concurso bianual, foi criado para reconhecer a qualidade dos arquitetos com formação recente. O arquiteto José Pedro Lima foi o vencedor, com a obra “Pavilhão de Jardim. Forma | Foyer”, escolhida por unanimidade pelo júri – Egas José Vieira (presidente), José Manuel Carvalho Araújo e Patrícia Rocha Leite. Destaca-se “pela abordagem consistente, equilibrada e madura, demonstrando grande qualidade para uma primeira obra de arquitetura”.



ACONTECEU



PROTOCOLO COM A QUALICAD 5 maio

Aquisição de software em soluções BricsCAD

A parceria estabelece vantagens para os membros da OA na aquisição de software em soluções BricsCAD (software CAD/BIM) e em conferências e workshops. Celebrada pelo presidente da OA-SRLVT, Pedro Novo, e por João António dos Santos, gerente da QualiCAD, prevê descontos de 15% em atividades promovidas pela QualiCAD e de cinco a 10% em soluções BricsCAD Lite, Pro, BIM e Ultimate sobre valores sem IVA, variando a percentagem conforme o valor.

7

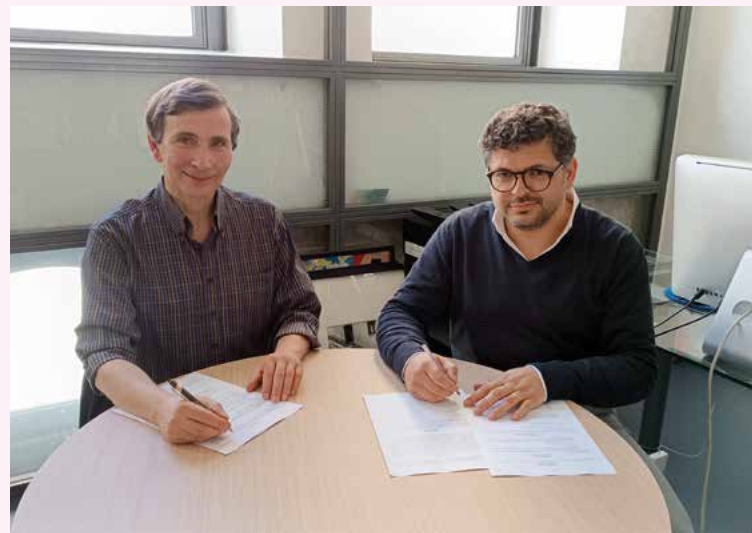
ASSEMBLEIA REGIONAL LISBOA E VALE DO TEJO 5 maio



Apreciação do Relatório de Atividades 2024

Realizou-se a 5 de maio, em modo presencial, no auditório da Sede Nacional da Ordem dos Arquitectos, e teve a ordem de trabalhos seguinte: 1. Aprovação da Ata da Assembleia Regional de 28 de outubro de 2024; 2. Apreciação e Aprovação do Relatório de Atividades de 2024; 3. Outros assuntos de interesse para a Secção.

8



9

LANÇAMENTO | “AFRICAN FABBERS ATLAS” 8 maio



Potencial da arquitetura vernacular na sustentabilidade do projeto arquitetónico

O livro “African Fabbers Atlas – Manual of Synthetic Vernacular Architecture”, de Paolo Cascone, foi lançado na Biblioteca Keil do Amaral, com o autor, Paolo Cascone (Universidade de Westminster), Paulo Tormenta Pinto (DINÂMIA’ CET – Iscte), Pedro Santiago (CEAU – FAUP), Ana Lúcia Lopes de Sá (CEI-Iscte) e Alexandra Paio (DINÂMIA’ CET – Iscte e vice-presidente da OA-SRLVT, que moderou a sessão. Inclui ensaios, conversas e projetos paradigmáticos, a pensar numa plataforma adaptativa sobre arquitetura sintética-vernacular em África e sobre seu potencial para cenários globais.





10 REUNIÃO REDE TAGUS E CO-HABITAR NA UNIVERSIDADE AUTÓNOMA 9 maio



Habitação cooperativa, direito cooperativo, co-desenho e co-construção foram temas

A Rede Tagus e a Co-Habitar reuniram-se numa sessão acolhida pela investigadora Filipa Ramalheite, dedicada ao desenvolvimento de iniciativas no âmbito da habitação cooperativa. Destacou-se a discussão de aspetos regulamentares, de questões jurídicas sugeridas pelo gabinete jurídico da Ordem, de possíveis parcerias e do papel da OA. Foram identificados contributos sobre direito cooperativo e co-desenho e co-construção.

“ISTA TOP TALENT” TEVE PARTICIPAÇÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO 9 maio

Presidente Pedro Novo integrou sessão no Iscte

A OA-SRLVT esteve representada pelo presidente Pedro Novo, na cerimónia de reconhecimento do mérito académico dos estudantes da Escola de Tecnologias e Arquitetura do Iscte, a “ISTA Top Talent”. Pedro Novo entregou o diploma de melhor aluno de Mestrado Integrado de Arquitetura do Iscte e dirigiu-se aos alunos para sublinhar a importância do momento e o valor da formação em arquitetura. O “ISTA Top Talent” pretende, também, “abrir novos caminhos, motivando os alunos para a participação em atividades de promoção académica e científica.”

11



12 OA-SRLVT PARTICIPOU COMO OBSERVADORA NO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO 12 maio



Uma iniciativa da Câmara de Lisboa

A regeneração de bairros e de zonas degradadas de Lisboa foi o tema do CMA, com a presença das vereadoras da Habitação e do Urbanismo, Filipa Roseta e Joana Almeida. O arquiteto Pedro Novo, enquanto representante da OA-SRLVT, participou enquanto observador. Os planos de requalificação da Quinta do Ferro e de urbanização do Vale de Santo António estiveram em discussão. Joana Almeida destacou a aprovação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Vale de Chelas, incluído no Programa 5 Vales (tal como o Plano de Urbanização do Vale de Santo António).

ACONTECEU



13 “BIM UMA FORMA DE ARQUITETURA” 22 maio

◀◀ **Ciclo Prática Profissional #2**

A segunda sessão do Ciclo Prática Profissional organizado pela OA-SRLVT, no Auditório da Ordem, teve a presença de Francisco Teixeira Bastos (Arquiteto, Instituto Superior Técnico | Atelier dos Remédios), Duarte Pape /Arquiteto, Paralelo Zero), António Aguiar Costa (Engenheiro, Professor Associado no Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura do Instituto Superior Técnico) e Pedro Gargaté (Arquiteto, ARC Internacional Design Consultants). A sessão foi moderada por Marlene Roque (Arquiteta).

FORMAÇÃO “DA ARQUITETURA À ENGENHARIA” 27 maio

Desafios e boas práticas para a coordenação e integração de projetos marcaram ReSist #2

A OA-SRLVT marcou presença no Centro de Congressos do LNEC. O presidente da Secção, Pedro Novo, foi orador na abertura, com Humberto Varum (Ordem dos Engenheiros), Joana Almeida (CML), José Sousa (Ordem dos Engenheiros Técnicos) e Laura Caldeira (LNEC). A ação sensibilizou para a coordenação na conceção dos projetos de arquitetura e especialidades. Foi organizada pela equipa do ReSist da CML, coordenada por Cláudia Pinto, e pelos representantes das ordens profissionais: David do Carmo Cachucho e Marco Lopes (OA-SRLVT), Daniel Félix (convidado da OA-SRLVT), Humberto Varum e Hugo Rodrigues (OE) e Carlos Rente (OET). Reuniu 295 participantes esgotando o auditório.

14



15 CIMEIRA DAS CIDADES 27 maio

◀◀ **Secção de Lisboa e Vale do Tejo esteve presente**

Habitação, ambiente, mobilidade e tecnologia foram os temas centrais e eixos de discussão da Cimeira das Cidades, que decorreu na nova SBE, uma organização do jornal “Observador”. A vogal da OA-SRLVT, Bruna Reis, esteve presente durante os trabalhos, registando as opiniões dos intervenientes sobre as políticas de habitação, as análises sobre questões de mobilidade, a neutralidade carbónica e as tecnologias capazes de gerar os desenhos mais adequados às cidades futuras.



16 ENCONTRO DE CONSELHOS DIRETIVOS REGIONAIS EM COIMBRA

31 maio



Alinhamento de estratégias para valorizar os/as arquitetos/as e a arquitetura

Reuniram em Coimbra, na Casa das Caldeiras, sede da Secção Centro da OA, para articular os diferentes órgãos regionais, promover o conhecimento mútuo, o debate de ideias e o alinhamento de estratégias no sentido de valorizar o papel do arquiteto e da arquitetura na sociedade portuguesa. O presidente da OA-SRLVT, Pedro Novo, sublinhou a importância destes momentos para fortalecer a OA e as suas secções enquanto instituição de referência e serviço público.

ENTREGA DO PRÉMIO VALMOR E MUNICIPAL DE ARQUITETURA 2021-2024

3 junho

Presidente da OA-SRLVT integrou júri

A OA-SRLVT esteve representada na cerimónia de entrega do Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura 2021-2024, no MUDE, promovida pela Câmara Municipal de Lisboa. O presidente, Pedro Novo, integrou o júri de atribuição dos prémios dos anos 2021 a 2024, tal como tinha sucedido nos prémios 2018-2020.

17



18 PRÉMIO MUNICIPAL DE ARQUITETURA E ESPAÇO PÚBLICO DE ODIVELAS

24 junho



Bruna Reis, vogal da Secção Lisboa e Vale do Tejo, participou no júri

A entrega da nona edição do Prémio decorreu no Centro Interpretativo das Águas de Caneças. Com apoio institucional da OA-SRLVT, distinguiu os autores de projetos de Edifícios e de Espaços Exteriores que contribuíram para a valorização e/ou salvaguarda do património arquitetónico e urbanístico do concelho. Pedro Novo, marcou presença na cerimónia e a Secção integrou o júri desta edição, através de Bruna Reis, vogal do Conselho Diretivo.

ACONTECEU



19 “HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS EM PORTUGAL”

24 junho



Crise e aceleração nas desigualdades do acesso à habitação

O encontro “Habitação a Custos Controlados em Portugal”, organizado pela Academia Nacional de Belas-Artes, realizou-se entre 18 e 25 de junho. O presidente da OA-SRLVT, Pedro Novo, foi relator na tarde de 24, moderada por Paulo Tormenta Pinto e com intervenções de João Santa Rita, Nuno Ladeiro, Humberto Conde, Carlos Marques e José Afonso. Debateu-se a *“gravidade da falta de casas no nosso país, as grandes carências de habitação e as dramáticas consequências sociais e económicas daí resultantes.”*

“PARQUE CIDADES DO TEJO. QUE TERRITÓRIO ESTAMOS A PROJETAR?”

26 junho

Quinta edição do Ciclo de Sessões Públicas

O projeto “Parque Cidades do Tejo”, que propõe uma grande transformação da área metropolitana de Lisboa, foi tema desta sessão. A mesa-redonda contou com a participação dos arquitetos João Paulo Lopes (Área Metropolitana de Lisboa), Paulo Pais (Câmara de Almada), Paulo Diogo (Câmara de Lisboa), Luís Miguel e Silva Serra (Câmara do Montijo) e Luís Baptista Fernandes (Câmara de Oeiras), moderados pelo arquiteto Marco Lopes da Silva (OA-SRLVT).

20



21

“(RE)PROJETAR O ESCRITÓRIO: IMPLEMENTAR BIM COMO ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO”

10 julho



Ciclo Prática Profissional #3

A OA-SRLVT organizou a terceira sessão do Ciclo Prática Profissional. Contou com as participações dos arquitetos Patrícia Lima (ARC International Design Consultants), Vasco Leónidas (NLA –Arquitectos) e Nuno Lacerda (CNLL) e moderação de Décio Ferreira (vice-presidente da Assembleia de Delegados e coordenador do grupo de trabalho do BIM). Centrou-se nos processos tradicionais para o BIM em organizações de projeto, gabinetes e espaços de trabalho.





22 NOVOS MODELOS CONSTRUTIVOS, EXPANSÃO DAS ATIVIDADES CONSTRUTIVAS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS



9 a 11 julho

OA-SRLVT presente na edição 2025 do Archi Summit

O presidente da OA-SRLVT, Pedro Novo, moderou o debate da mesa-redonda “O que mudou nos últimos dez anos” (11 de julho). Com as presenças de Rui Dinis e Henrique Marques (spaceworkers) e Pedro Campos Costa, fez-se um balanço das transformações na última década e anteviu-se o que está para acontecer no conhecimento, *networking* e usos das novas tecnologias.

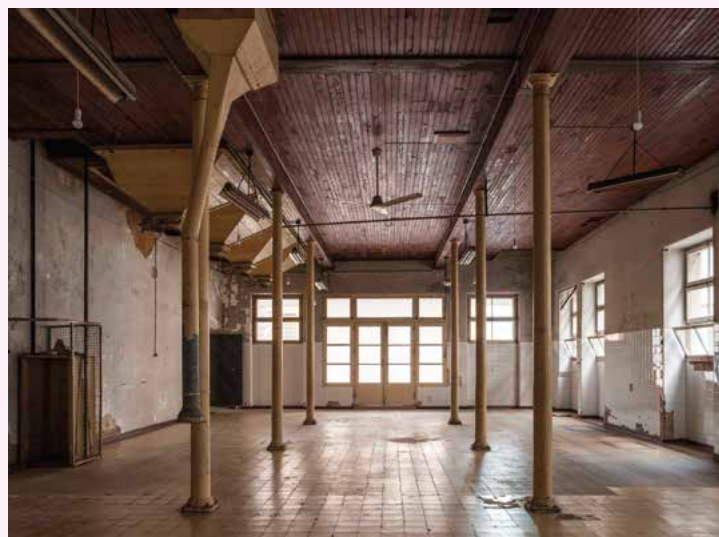
APRESENTAÇÃO | EXPOSIÇÃO COLETIVA “DO TRAÇO À CIDADE”

17 julho

Primeira edição apresentada nos canais de comunicação da OA-SRLVT

A exposição pretendeu mapear as práticas contemporâneas de “desenho” arquitetónico de arquitetos e coletivos de arquitetos sediados em Lisboa e Vale do Tejo. Mostrou a diversidade das técnicas de representação por ateliês e arquitetos, desde o desenho manual (carvão, grafite, aguarela, colagem, fotomontagem, entre outras), até processos tecnológicos, híbridos e digitais, incluindo intervenções com inteligência artificial.

23



24

APRESENTAÇÃO DA CARTA GEOTÉCNICA DE LISBOA

18 julho



Apoio à construção e gestão do espaço urbano online

A CML (através da Academia Urbanismo LX, Jornadas ReSist 2025) apresentou a Carta Geotécnica de Lisboa no Fórum Lisboa, plataforma de apoio à construção e gestão do espaço urbano para promotores e projetistas. Permite a avaliação prévia das condicionantes geológicas, geotécnicas e hidrogeológicas locais e um aumento de eficiência e redução de custos. O evento contou com a presença de cerca de duzentas pessoas. A OA integra o Conselho Técnico-Científico do Programa ReSist, contando esta apresentação com a presença do presidente da OA-SRLTV.

ACONTECEU



25 REVISTA “INTERSECÇÕES” | EDIÇÃO DUPLA #3 E #4 5 agosto

◀◀ Edição destaca Prémio Valmor

O Prémio Valmor foi o tema central da edição dupla da “Intersecções”, com um roteiro pelas obras premiadas que têm vindo a transformar Lisboa, lançada no início de agosto. O tema da habitação esteve igualmente em destaque. A revista está disponível gratuitamente na sede da OA-SRLVT e no site insitucional em https://www.ordemdosarquitectos.org/sr_lvt/arquitetura/arquivo/revista-interseccoes.

TEAM BUILDING OA-SRLVT

3 setembro

Eleitos e trabalhadores passaram dia com atividades conjuntas

A Direção da OA-SRLVT promoveu um conjunto de atividades para que eleitos e trabalhadores convivessem num dia diferente. Com encontro na Fundação Calouste Gulbenkian, e visita guiada à exposição das artistas Paula Rego e Adriana Varejão “Entre os vossos dentes”, seguiu-se um almoço de confraternização e uma tarde dedicada às artes do bowling, boa competição e convívio. Um momento para mostrar a capacidade de estreitar laços e envolver todos nos objetivos de melhorar os serviços aos membros da OA.

26

▶▶



27 INAUGURAÇÃO EXPOSIÇÃO “ESPERAR” 4 setembro

◀◀ As “paragens” de Jorge Kol de Carvalho comentadas por Duarte Belo

A OA-SRLVT acolheu a exposição de fotografia “Esperar” de Jorge Kol de Carvalho (4 a 18 de setembro, na Galeria da Sede). A mostra reuniu 45 fotografias tiradas nas ilhas dos Açores, retratando paragens de transporte público – abrigos, lugares de encontro e de espera. As imagens foram selecionadas por Duarte Belo, que as descreveu como “retratos de objetos construídos, mais do que paisagens” e como “pontos de interrogação do quotidiano, de afastamento, de pensamento, de abstração e fuga”.





28 “JOSÉ LUIZ PORTO ARQ. – TALVEZ O PRIMEIRO DOS MODERNISTAS PORTUGUESES. UM CONTRIBUTO PARA ALÉM DO ESPÓLIO”



11 setembro

Livro sobre um nome da arquitetura modernista portuguesa

O arquiteto Paulo Vila Verde pesquisou a vida e obra de José Luiz Porto (1883-1965), com atividade profissional de 52 anos que teve “uma importante produção em diversas escalas e programas, destinada a clientes particulares e a entidades de inegável importância”. A sessão contou o autor da obra, do presidente da Ordem, Avelino Oliveira, do presidente da OA-SRLVT, Pedro Novo, e do arquiteto João Paciência.

REDE CO-HABITAR DEFINE DESENVOLVIMENTOS 12 setembro

Grupo sobre Pensamento Crítico em Arquitetura e ciclo “Ciências, Sociedade, Arquitetura e Territórios”

Na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, com receção de Daniel Jesus, dedicou-se à preparação do próximo evento da rede Co-Habitar (Grupo de Trabalho Habitação), com foco nas cooperativas. Constituiu-se um novo grupo de trabalho sobre Pensamento Crítico da Arquitetura, para aprofundar a reflexão disciplinar e promover o debate contemporâneo, associado à exposição “do traço à Cidade”. Iniciou-se a preparação de um ciclo de conferências “Ciência, Sociedade, Arquitetura e Território”.

29



30 LANÇAMENTO “PROJETOS ARRISCADOS” DE CHARLOTTE VAN BROECK



18 setembro

Viagem pela história de 13 obras de arquitetura e pelos dramas dos projetistas

O livro da poeta e ensaísta neerlandesa Charlotte Van den Broeck foi lançado numa sessão com as presenças do arquiteto Carlos Lampreia, do psicanalista João Galamba de Almeida e do editor Diogo Madre Deus. “Projetos Arriscados” narra a viagem por 13 projetos de arquitetura, como a Biblioteca Nacional de Malta, a Ópera Estatal de Viena ou a Piscina Municipal de Turnhout, localidade belga de onde é originária a autora, e pelo destino trágico dos seus criadores. “Construídos em épocas e locais diferentes, todos eles têm em comum o drama pessoal que desempenharam na vida de quem os projetou”.

ACONTECEU



31

2.º SEMINÁRIO TÉCNICO | “ENERGIA GEOTÉRMICA: UMA APOSTA NO FUTURO”

23 setembro



OA-SRLVT presente em mesa-redonda

A DGEG organizou este seminário, no Auditório da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, para profissionais do setor energético e dos recursos geológicos, investigadores, empresas, entidades públicas e privadas, e para o público interessado em conhecer o papel da energia geotérmica na transição energética. O Presidente da OA, arquiteto Avelino Oliveira, esteve na abertura e o Conselho Diretivo da OA-SRLVT representado na mesa-redonda “Estratégia para a Geotermia” pelo arquiteto Marco Lopes. Pretendeu-se fomentar a reflexão técnica e estratégica sobre a geotermia no panorama energético nacional e a partilha de conhecimento entre os vários atores.

REUNIÃO REDE TAGUS NO DINÂMIA'CET-ISCTE

3 outubro

Grupos Habitação e Pensamento Crítico orientaram trabalhos

A Rede TAGUS dedicou o encontro à reflexão e cooperação entre centros de investigação e a OA-SRLVT. Os trabalhos incluíram o Grupo Habitação – Síntese das reuniões entre a Rede Co-Habitar, a Câmara de Torres Novas e atores locais; Grupo Pensamento Crítico da Arquitetura – Indicação dos contributos dos centros de investigação para a exposição “do Traço à Cidade” e calendarização do ciclo “Ciência, Sociedade, Arquitetura e Território”; e discussão de iniciativas futuras. Reforçámos o compromisso entre instituições académicas e profissionais no pensamento crítico, investigação aplicada e articulação entre arquitetura e território.

32



33

“INOVAÇÃO – ARQUITETURA & CONSTRUÇÃO” COM PRESENÇA OA-SRLVT

6-7 outubro



Vice-presidente participou no evento no Templo da Poesia, em Oeiras

A Plano Obliquo organizou um encontro de dois dias para apresentação de empresas, potenciando o trabalho em rede, a visibilidade e o contacto com presencial. Alexandra Paio, vice-presidente da OA-SRLVT, participou no encontro “Inovação – Arquitetura & Construção” (Templo da Poesia, Oeiras), moderando a mesa-redonda do primeiro dia. Os temas em cima da mesa foram inovação, eficiência energética, sustentabilidade, construção sustentável, materiais reciclados, arquitetura digital, luxo, edifícios inteligentes e fachadas móveis. “FALAR DE CONCURSOS.”





34 FALAR DE ARQUITETURA” #1 16 outubro

◀◀ **Ciclo iniciou-se com “Desafios na formulação e entrega das propostas”**

A primeira conversa deste centrou-se nos obstáculos de concorrentes e entidades adjudicantes na preparação, entrega e avaliação das propostas: formatos de entrega; coerência entre proposta e regras; relação entre Assessoria e Entidades Adjudicantes.

Participaram José Laranjeira, arquiteto, Diretor Lisboa SRU, Tomás Salgado, arquiteto, Risco – Projectistas e Consultores de Design, Célia Faria, arquiteta, Serviço de Encomenda OA-SRLVT e Helena Rocha, jurista, Departamento Jurídico OA-SRLVT, moderados por Célia Maia, arquiteta, vogal com o pelouro da Encomenda da OA-SRLVT.

DOAÇÃO DO ACERVO DE MICHEL TOUSSAINT 23 outubro

Conversa com Luís Bissau, Ricardo Carvalho e Michel Toussaint

A cerimónia de doação do acervo bibliográfico à Biblioteca Keil do Amaral decorreu num auditório repleto. Os arquitetos Michel Toussaint, Luís Bissau e Ricardo Carvalho partilharam reflexões sobre a investigação, a preservação da memória e a transmissão de conhecimento entre gerações. A doação representa a partilha pelos interessados de uma vida dedicada à pesquisa e ao pensamento em arquitetura – um legado para os que estudam, praticam e amam a disciplina. Michel Toussaint, professor jubilado (FA/UL), foi membro da Assembleia de Delegados (2017-2019) e integrou órgãos sociais da Associação dos Arquitetos Portugueses e da OA, tendo sido diretor do J—A (1993-2000).

35



36 PROTOCOLO COM A MOREPLACE 23 outubro

◀◀ **Condições especiais na aquisição de mobiliário**

A OA-SRLVT assinou um protocolo com a empresa de fornecimento de mobiliário Moreplace, que visa proporcionar condições especiais na aquisição de mobiliário aos membros da OA. O acordo foi assinado por Pedro Novo, presidente da OA-SRLVT, e por Jorge Graça, diretor-geral da Moreplace. Com esta parceria, é reforçado o compromisso de oferecer aos arquitetos e aos seus colaboradores benefícios que apoiem o exercício da profissão, promovendo o desenvolvimento do design, conforto e funcionalidade – valores partilhados pela Moreplace, que se tem especializado em criar ambientes acolhedores.



37 MEMBRO HONORÁRIO PARA ALBERTO REAES PINTO

29 outubro



Arquiteto está no ativo aos 93 anos

A OA-SRLVT propôs a atribuição do título de Membro Honorário ao arquiteto Alberto Reaes Pinto, distinguindo o percurso de uma vida dedicada à arquitetura, ao ensino, ao planeamento e à edificação e construção e ao pensamento sobre a disciplina arquitetónica.

Alberto Reaes Pinto é professor catedrático da Universidade Lusíada. Aos 93 anos continua a coordenar o Centro de Investigação em Território, Arquitetura e Design (CITAD), entre outras funções. Nesta homenagem, o presidente da OA-SRLVT, Pedro Novo, destacou o legado e a humildade do homenageado, recordando as suas próprias palavras: *“Construir é compreender o tempo e o peso das coisas.”*

ASSEMBLEIA REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO
31 outubro

Plano de Atividades 2026 aprovado

Realizou-se no último dia de outubro, com a seguinte ordem de trabalhos: 1. Aprovação da Ata da Assembleia Regional de 5 de maio de 2025; 2. Apreciação e Aprovação do Plano de Atividades de 2026; 3. Outros assuntos de interesse para a Secção. Os membros acompanharam a Assembleia por videoconferência, recurso apenas de carácter informativo, não podendo intervir ou votar as propostas submetidas.

38



**PLANO DE
ACTIVIDADES
2026
APROVADO**



www.ordemdosarquitectos.org/



39 EXPOSIÇÃO “DO TRAÇO À CIDADE” 6 novembro – 3 dezembro



No Beato Innovation District, Lisboa

Foi inaugurada na Sala das Massas do Beato Innovation District, onde pôde ser visitada até 3 de dezembro. Com a adesão massiva dos ateliês de Lisboa e Vale do Tejo, a abertura do vasto conjunto de peças gráficas que puderam admirar-se foi um momento de animação, alegria, partilha e festa conjunta. Um dos propósitos da iniciativa foi constituir-se como espaço de encontro, a partir da reflexão e valorização da arquitetura como disciplina essencial. Mapeou práticas contemporâneas de “desenho” arquitetónico de arquitetos e/ou coletivos de arquitetos, através da apresentação das técnicas de representação usadas na prática quotidiana por ateliês e arquitetos.



40 CICLO “VISITAS DE OBRA” #1 8 novembro

◀◀ Centro Social da Assistência Paroquial de Santos-o-Velho, Lisboa

O ciclo iniciou-se com uma deslocação ao Centro Social da Assistência Paroquial de Santos-o-Velho, intervenção do gabinete D-A Studio (Paulo Tormenta Pinto e Rosa Bastos).

O arquiteto Paulo Tormenta Pinto conduziu a visita, no terreno do antigo Lavadouro da Madragoa. A intervenção sugere a convivência entre crianças e idosos, com destaque para o convívio no lugar dos tanques, e a integração de serviços (como uma cafetaria) e infraestruturas (como um parque de estacionamento de 93 lugares). Numa visita bem concorrida, foi possível percorrer os vários espaços em obra e obter detalhes sobre a intervenção realizada.

CONVERSAS “DO TRAÇO À CIDADE” – O DESENHO NO TERRITÓRIO

12 novembro

Com Gonçalo Byrne e Carrilho da Graça

Tendo como ponto de partida a exposição “do Traço à Cidade”, esta conversa propôs um olhar sobre o território da Grande Lisboa e a prática da arquitetura na atualidade, juntando os arquitetos Gonçalo Byrne e João Luís Carrilho da Graça. Decorreu na Sala das Massas, no Beato Innovation District, com a moderação do presidente da OA-SRLVT, Pedro Novo.

41

▶▶



42 “SKYLINE. ONDE A ARQUITETURA TERMINA” 20 novembro

◀◀ Livro de Victor Neves apresentado na sede da Ordem dos Arquitectos

O livro “Skyline. Onde a Arquitetura Termina” foi apresentado por Gonçalo Furtado na sede da Ordem, numa iniciativa da OA-SRLVT e da editora Caleidoscópio. O livro trata da relação da arquitetura com o horizonte, o céu, o limite. “Tendo em conta uma formulação de princípio sobre o importante e decisivo legado do Movimento Moderno, interessa perceber como poderá a arquitetura evoluir no sentido de responder aos desafios do século XXI, nomeadamente as alterações climáticas, e como essa evolução conseguirá levar os arquitetos a refletirem sobre a importância da relação da arquitetura com o céu, abrindo caminho a novas linguagens”.

ACONTECEU



43 EXPOSIÇÃO “TERRA E ÁGUA, AR E LUZ” E LIVRO “ALONG THE WATERFRONT – CITIES IN EUROPE FACING CLIMATE CHANGE”



27 novembro

Sobre o Ateliê Ressano Garcia Architectos

A OA-SRLVT organizou uma sessão sobre o trabalho do Ateliê Ressano Garcia Architectos, com três momentos: inauguração da Exposição “Terra e Água, Ar e Luz”, curadoria de Isabel Barbas (uma seleção de projetos de escalas, tipologias e geografias distintas sobre “*uma prática arquitetónica orientada pela sustentabilidade regenerativa e por uma cuidada valorização dos elementos naturais*”); lançamento do livro “Along the Waterfront – Cities in Europe Facing Climate Change”, resultado da investigação H2020; e conversa com Isabel Barbas, Nuno Grande, João Gomes da Silva, Inês Norton e Maria Rita Pais, sobre a exposição e a publicação.

ORDEM DOS ARQUITECTOS E DGE ASSINAM PROTOCOLO PARA EDIFÍCIO-SEDE

2 dezembro

Para melhoria térmica e energética das instalações

A OA e a DGE assina um protocolo para a instalação de sistemas geotérmicos superficiais e da eficiência do edifício da Sede da Ordem em Lisboa.

São objetivos: melhorar o conforto térmico e a eficiência energética do edifício; divulgar boas práticas na utilização desta tecnologia; contribuir para a descarbonização e para as metas do Plano Nacional Energia e Clima. O protocolo foi assinado por Pedro Novo, presidente da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, e por Carla Lourenço, diretora de Serviços de Recursos Hidrogeológicos e Geotérmicos da DGE.

44



45 CONVERSAS “DO TRAÇO À CIDADE” | ENCERRAMENTO DA EXPOSIÇÃO



3 dezembro

Com Ricardo Bak Gordon e Pedro Cabrita Reis

Uma conversa com o arquiteto Ricardo Bak Gordon e o artista Pedro Cabrita Reis assinalou o fecho da exposição “*do Traço à Cidade*” na Sala das Massas do Beato Innovation District. A conversa abriu a discussão sobre como as duas abordagens dos convidados contribuem para a leitura e transformação da cidade contemporânea. Na ocasião foi entregue aos ateliês e arquitetos participantes o catálogo da mostra.





46 CICLO DE SESSÕES PÚBLICAS #6 4 dezembro

◀◀ Cooperativas de Habitação na Região de Lisboa e Vale do Tejo

A sessão pública foi dedicada às cooperativas de habitação na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Participação de Moisés Rosa (Brejos de Faria, Alhos Vedros), Grupo Atelier Peninsular, Ricardo Morais (Colmeia 62, Mafra) e Álvaro Silva (Urbanização da Cooperativa do Vale Formoso de Cima, COOP HABIPENHA, Lisboa). A moderação foi de Sara Brysch (COOPERA). O encontro promoveu a partilha de experiências e a reflexão sobre o papel das cooperativas na resposta às necessidades habitacionais contemporâneas, destacando casos emblemáticos, modelos de organização e estratégias de implementação que têm contribuído para soluções habitacionais acessíveis, colaborativas e ancoradas na comunidade.

COLÓQUIO ATAM | DEBATE “O SIMPLEX URBANÍSTICO – VAMOS SIMPLIFICAR?”
4 a 6 dezembro

Com a presença da OA/OA-SRLVT

O 43.º Colóquio da ATAM (Associação dos Trabalhadores da Administração Local), de 4 a 6 de dezembro em Cascais, contou com o Arquiteto Marco Lopes, em representação da OA/OA-SRLVT. O debate “O Simplex Urbanístico – vamos simplificar?” foi moderado por Marco Lopes, com os oradores Fernanda Paula Oliveira (GE ATAM / FDUC) e Jorge Carvalho (GE ATAM / Universidade Aveiro). Foi abordada a proposta de lei que preconiza a primeira revisão ao Simplex Urbanístico, em particular do RJUE, tema aprofundado pela especialista em direito urbanístico Fernanda Paula Oliveira. Foi abordada a simplificação de procedimentos e de planeamento local, pelo especialista em território e urbanismo Jorge Carvalho.

47 ▶▶



48 REUNIÃO REDE TAGUS 5 dezembro

◀◀ Preparação de um ciclo temático para 2026

O encontro na Biblioteca Keil do Amaral preparou o ciclo de conferências “Ciência, Sociedade, Arquitetura e Território” (2026). Organizado em quatro etapas temáticas, junta sessões e intervenções científicas, com o objetivo de promover o diálogo entre investigação, prática profissional, políticas públicas e os municípios do território LVT, reforçando a articulação entre conhecimento académico e desafios concretos do território. É uma realização que liga a OA-SRLVT e os investigadores dos seis centros de investigação das escolas de Arquitetura da região de Lisboa e Vale do Tejo.



ACONTECEU



49 CICLO “VISITAS DE OBRA” #2 6 dezembro

◀◀ Jardim de Infância do Arco do Cego

A segunda visita deste ciclo foi conhecer a intervenção do Ateliê Embaixada + João Asper Banha + Marco Beltrão no antigo Arquivo Municipal, com capacidade para cem crianças. A visita foi guiada por Cristina de Mendonça (Embaixada) e Marco Beltrão (AXIOMA). Explicaram como a adaptação do edifício a uma nova funcionalidade envolveu a identificação, preservação e manutenção dos elementos arquitetónicos essenciais à sua identidade e significado histórico; e como abriu uma oportunidade para reinterpretar e reformular uma estrutura num tecido urbano estabelecido – o plano diretor do bairro social foi elaborado durante e projetado por Adães Bermudes, Frederico Caetano de Carvalho e Edmundo Tavares.

FINISSAGE DA EXPOSIÇÃO “TERRA E ÁGUA, AR E LUZ”

17 dezembro

Trabalho Ressano Garcia Arquitectos

Um momento para revisitar a mostra de fotografias, maquetas, desenhos técnicos e artísticos, *renders* e vídeo, revelando a pluralidade de abordagens que caracteriza a produção do ateliê. Com curadoria de Isabel Barbas, a exposição apresentou uma seleção de projetos de escalas, tipologias e geografias distintas, que revelam uma prática arquitetónica orientada pela sustentabilidade regenerativa e por uma cuidada valorização dos elementos naturais.

50

▶▶



51 “CEM ANOS” | HOMENAGEM A PANCHO GUEDES 18 dezembro

◀◀ Lançamento do livro coordenado por Miguel Santiago

O auditório Nuno Teotónio Pereira, da Ordem dos Arquitectos, recebeu o lançamento do livro de homenagem a um dos mais relevantes nomes da arquitetura moderna africana, Pancho Guedes, arquiteto, pintor e escultor eclético que desenvolveu cerca de 500 projetos ao longo da vida e que praticou a experimentação e a mistura de culturas (viveu e trabalhou em Moçambique, Angola e África do Sul). Livro com prefácio de Pedro Novo e textos de Ana Vaz Milheiro, J. Sousa Moraes, J. Cruz Pinto, Jorge Figueira, Lisandra Franco de Mendonça, Mário Sua Kay, Miguel Santiago, Orlando Azevedo, Pedro Gadanho, Pedro Ressano Garcia e Troufa Real.



52 FEIRA DO LIVRO NATAL 2025 18 dezembro

◀◀ **Biblioteca Keil do Amaral**

Foi organizada mais uma edição da Feira do Livro de Natal, com ótimas edições a preços mínimos. Celebrámos antecipadamente na companhia dos livros, e de dezenas de leitores

“FALAR DE CONCURSOS. FALAR DE ARQUITETURA” #2 15 janeiro

◀◀ **“Fragilidades e Soluções”**

Decorreu na sede da Ordem, com as presenças de Miguel Santos (Fragmentos), Cristina de Mendonça (Embaixada Arquitectura), Célia Faria (Serviço de Concursos OA-SRLVT) e Helena Rocha (Departamento Jurídico OA-SRLVT). Debateram-se dúvidas frequentes e erros mais comuns na elaboração e avaliação de propostas, cruzando as perspetivas mais relevantes: programas e regulamentos; critérios de avaliação; exigências e valores de referência; prazos e gestão de tempo; e esclarecimentos aos concorrentes após o concurso.

53

▶▶



54 “METROPUBLICNET – POTENCIAL E PROJETO PARA UMA REDE METROPOLITANA DE ESPAÇO PÚBLICO”

◀◀

21 janeiro a 10 fevereiro

Exposição – Galeria da Ordem dos Arquitectos

A exposição “MetroPublicNet” patente na Galeria da Ordem (21 janeiro – 10 fevereiro) é um projeto de investigação financiado pela FCT e sediado na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Desenvolvido entre 2021 e 2025, com o objetivo de explorar a experiência de qualificação do espaço público na Área Metropolitana de Lisboa nos 25 anos subsequentes à Expo 98. Esta mostra teve o apoio da OA-SRLVT.





“NÃO DEVEM EXISTIR CIDADES QUE SEJAM VERDADEIRAMENTE BOAS PARA O TURISMO E NÃO SEJAM BOAS PARA SE VIVER”

A formação em arquitetura contribuiu para desenvolver competências de planeamento, análise e criatividade, essenciais na articulação entre parceiros e na implementação de iniciativas inovadoras

LEONOR PICÃO, ARQUITETA | Diretora Coordenadora da Direção de Valorização da Oferta no Turismo de Portugal

Por **REDAÇÃO**
Fotos **NUNO ALMENDRA**

Sendo arquiteta de formação, como é que essa condição tem influenciado o seu trabalho no Turismo de Portugal, nomeadamente na coordenação da valorização da oferta?

Enquanto arquiteta, a visão integrada dos territórios, da paisagem e do património construído, tem permitido refletir sobre a oferta turística não apenas como um conjunto de serviços e produtos, mas também como uma experiência resultante da interação entre espaços, livres e construídos, pessoas e culturas. Essa perspetiva contribui para uma atuação mais estratégica e responsável para com as necessidades dos territórios, de quem aí vive e de quem os visita, em articulação com a identidade de cada local.

A formação em arquitetura contribuiu, ainda, para desenvolver competências de planeamento, análise e criatividade, essenciais na articulação entre parceiros e na implementação de iniciativas inovadoras que elevam a qualidade, a segurança, o conforto e a competitividade da oferta turística em Portugal. Garante, também, a consciência da urgência e da sensibilidade sobre a reabilitação e a manutenção dos espaços públicos, da paisagem ou do edificado, aspetos de primordial importância para o setor do turismo.

Qual o papel da arquitetura, tanto a histórica como a contemporânea, na afirmação de Portugal como destino turístico de referência?

A arquitetura, tanto a histórica como a contemporânea, possui um papel central na afirmação de Portugal como destino turístico de referência, face ao nosso património arquitetónico de interesse – desde os centros históricos classificados pela UNESCO, aos monumentos nacionais ou outros imóveis classificados, sejam mosteiros, castelos, ou igrejas, bem como outros edifícios exemplares únicos do passado ou do presente, onde se incluem inúmeras obras de arquitetos reconhecidos e premiados, são cartões de visita do país e expressão da nossa identidade cultural e arquitetónica, e, ainda, da relação com a história, com a cultura e arquitetura, e com o território.

Não é por acaso que entre as principais atrações turísticas está o património arquitetónico que conta a história do nosso país e cujos monumentos e edifícios são cartazes turísticos que representam tão bem a marca Portugal, colocando o turismo cultural e militar entre as preferências dos turistas.

Paralelamente, a arquitetura contemporânea tem vindo a projetar uma imagem inovadora e cosmopolita de Portugal. Obras de arquitetos de renome internacional, como Álvaro Siza Vieira ou Eduardo Souto de Moura, bem como um conjunto de novos profissionais com cada vez mais notoriedade, contribuem para captar mais visitantes interessados na arquitetura enquanto expressão artística e cultural do presente.

A arquitetura torna-se, assim, não apenas um elemento funcional e estético, mas um verdadeiro fator diferenciador na valorização da oferta turística e na construção de uma experiência autêntica e memorável para quem nos visita.

Que políticas e estratégias tem o Turismo de Portugal vindo a estudar e a implementar para garantir que a qualidade arquitetónica dos equipamentos turísticos, nomeadamente: hotéis, centros de acolhimento, seja também um fator de diferenciação e competitividade?

A qualidade arquitetónica e a sustentabilidade dos espaços edificados, desde os espaços públicos aos edifícios, onde se incluem os empreendimentos turísticos, mas também todo o restante edificado, que independentemente do uso, privado ou público, caracteriza as cidades e aldeias, são determinantes na diferenciação e competitividade dos destinos turísticos.

Tem sido estratégia do Turismo de Portugal promover a regeneração e valorização das malhas urbanas e do património classificado e de interesse, como ativos qualificadores dos territórios e da experiência de quem os visita. Como exemplo, destaca-se o Programa REVIVE, lançado pelo Governo em 2016 e coordenado pelo Turismo de Portugal, que prevê a recuperação de imóveis públicos de elevado valor patrimonial que não estão a ser usufruídos pelas comunidades e pelos seus visitantes, tornando-os aptos para afetação a uma nova atividade de vocação turística e cultural, promovendo e agilizando



“A qualidade arquitetónica e a sustentabilidade dos espaços edificados, desde os espaços públicos aos edifícios, em que se incluem os empreendimentos turísticos, mas também todo o restante edificado (...), são determinantes na diferenciação e competitividade dos destinos turísticos.”

A PARA 0

25-30

27 ANOS

CONHECIMENTO
RES/ET 35

OLÓGICA

EFICIENTE RECURSOS

NIZAÇÃO

R

E: COLABORAR

INTAR/FINANCIAR

DORES

CRONOMETRAGEM

AGENDA CLIMÁTICA PARA O TURISMO

• MEDIR/CONHECIMENTO

- 2 DESCARBONIZAR - CO₂
- 1 GESTÃO EFICIENTE RECURSOS
- 3 REGENERAR

4 COLABORAR

5 IMPLEMENTAR/FINANCIAR

MISSÃO ADAPTAR

• ENQUADRAMENTO ESTRUTURA

→ DIAGNÓSTICO → METAS/
INDICADORES

FINANCE

ANAL

ESTRAT

DESE

Digital

GOVERN

ZERO

DESE







os processos de reabilitação e valorização deste património que se encontra devoluto e em avançado estado de degradação, e contribuindo, assim, para uma oferta turística distintiva e de qualidade.

Também a aposta e o estímulo para com o compromisso de utilização de padrões mais elevados de desempenho ambiental e de gestão sustentável, eixos prioritários da estratégia para o turismo, têm influenciado a conceção arquitetónica e a integração paisagística, onde exemplos notáveis e boas práticas caracterizam o setor.

Num contexto em que Portugal recebe cada vez mais visitantes internacionais, como se garante que a expansão da oferta turística valoriza a identidade local e não cede apenas a lógicas de padronização global?

A estratégia para o turismo passa necessariamente, conforme já referido, pela aposta na qualidade arquitetónica, no conforto, na inovação, na sustentabilidade, mas acima de tudo na autenticidade, tendo em conta a identidade de cada edifício e lugar. Um turismo sustentável deve fazer um uso adequado dos recursos ambientais e dos ativos diferenciadores, respeitando a autenticidade sociocultural das comunidades e assegurando que as atividades desenvolvidas convivem em harmonia com a identidade dos territórios, pois só assim a atividade turística será viável no longo prazo.

Conscientes de que a padronização global é um “risco fácil” no setor turístico, o Turismo de Portugal tem levado a cabo várias ações para preservação da autenticidade e defesa das identidades próprias de cada local e de cada cultura, num país que apesar de pequeno possui uma variedade cultural surpreendente, refletida na riqueza do património arquitetónico e histórico ou na diversidade de manifestações artísticas. Esta diversidade, devidamente valorizada e promovida, contribui para um turismo sustentável, diferenciador e competitivo, reforçando a posição de Portugal como destino autêntico no panorama internacional.

Exemplos de algumas dessas iniciativas são o apoio à recuperação e valorização de edifícios arquitetónicos de interesse e característicos de determinadas regiões, ao desenvolvimento da multiplicidade de tradições regionais e à divulgação da singularidade da nossa gastronomia, que oferecem experiências únicas e genuínas, convidando cada visitante a descobrir a verdadeira essência do país e a levar consigo memórias que não poderiam ser vividas em nenhum outro lugar.

Convém, no entanto, ter claro de que preservar a identidade não é copiar o passado, tendo presente que respeitar a autenticidade dos territórios é algo compatível com inovar e afirmar a contemporaneidade através de soluções de design e arquitetura modernas que contribuam para a qualificação e distinção das áreas urbanas e da paisagem, em articulação com a história e a sensibilidade de cada local.

No caso específico da região de Lisboa e Vale do Tejo, que desafios e oportunidades identifica na relação entre turismo, ordenamento do território e património arquitetónico?

O património arquitetónico é, há muito, um dos principais ativos turísticos dos vários países e um dos mais promovidos por cada destino para atrair visitantes e turistas. A arquitetura e o planeamento dos territórios espelham a história, a evolução e a capacidade de inovação das sociedades e daí a forte cumplicidade que sempre existiu entre a arquitetura e o turismo.

O ordenamento do território, como ferramenta base para uma boa articulação entre todos os usos do solo e as atividades que deles resultam, é, assim, o garante para uma boa convivência entre as necessidades de quem vive e de quem visita os territórios. É por isso que digo que não devem existir cidades que sejam verdadeiramente boas para o turismo e não sejam boas para se viver, porque o turismo para o qual trabalhamos todos os dias é um turismo responsável, ético e sustentável, alicerçado em destinos autênticos, que são bons para as comunidades residentes e onde se usufrui de segurança e de boas infraestruturas e transportes.

É por isto que a estratégia para o turismo coloca as pessoas no centro e tem o propósito de criar valor na vida das comunidades residentes. Em particular na região de Lisboa e Vale do Tejo os principais desafios passam pela gestão inteligente da fruição turística na capital do país, como destino turístico de eleição, apostando na diversificação dos produtos turísticos e deslocalização dos turistas por ativos com potencial de atração por explorar, mitigando a concentração dos fluxos turísticos e apostando na mobilidade ágil e eficaz entre locais periféricos onde a visita e a estada do turista poderá contribuir para o desenvolvimento local.

Que pontes considera possíveis estabelecer entre o Turismo de Portugal e a Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Ordem dos Arquitectos, tendo em conta a especificidade da região e os seus desafios turísticos?

Face à relação já identificada entre a arquitetura e o turismo, será da maior importância continuar a promover a fruição turística através da valorização do património arquitetónico, urbano e paisagístico, potenciando-o como recurso distintivo da região. Neste contexto, é possível estabelecer pontes entre o Turismo de Portugal e a



“Face à relação já identificada entre a arquitetura e o turismo, será da maior importância continuar a promover a fruição turística através da valorização do património arquitetónico, urbano e paisagístico, potenciando-o como recurso distintivo da região.”

Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Ordem dos Arquitectos, através da promoção conjunta de itinerários e produtos turísticos centrados na arquitetura, desde o património histórico à arquitetura contemporânea de referência, reforçando a atratividade internacional da região.

Acresce a pertinência de promover programas de sensibilização, dirigidos a visitantes e comunidades locais sobre a importância do património edificado e do espaço público, de integrar a arquitetura no planeamento da oferta turística, garantindo que novos projetos e infraestruturas sejam concebidos com qualidade, sustentabilidade e identidade cultural. A colaboração poderá ainda passar pelo apoio à inovação, com concursos, exposições e iniciativas conjuntas que cruzem turismo, arquitetura e criatividade, bem como pela aposta na formação e capacitação dos promotores turísticos, contribuindo para um turismo cada vez mais sustentável, distintivo e enraizado na identidade arquitetónica e cultural da região, mas inovador e capaz de constituir novos ativos turísticos.

Destaca-se, ainda, a promoção da visita e a implementação de itinerários turísticos pelas obras dos grandes mestres da arquitetura e por roteiros que incluam edifícios icónicos, reabilitações de qualidade, edifícios premiados, obras de arte em espaço público e referências a obras contemporâneas de arquitetos reconhecidos e em ascensão.

Que papel podem e devem os arquitetos desempenhar neste diálogo entre turismo, economia e território?

Conscientes de que o turismo necessita constantemente de se reinventar e de criar ativos que consolidem o nosso país como um destino turístico sustentável, inclusivo e acessível, inovador e de qualidade, o papel dos arquitetos assume a maior importância no apoio técnico e desenvolvimento de projetos que concretizem estes propósitos.

Assim, tanto ao nível da capacitação e inspiração dos projetistas, quanto ao nível do desenvolvimento e implementação da arquitetura como produto turístico capaz de promover a dinamização económica dos territórios e de valorizar a oferta turística do nosso país, o diálogo dos arquitetos com o turismo deve ser cada vez mais estreito, tornando-o mais responsável e coeso, com benefícios efetivos para os residentes, para as empresas e para os turistas.

FALEMOS DE DINHEIRO.. (MAIS UMA VEZ)

Por **MIGUEL JUDAS**, ARQUITETO
Fotos **NUNO ALMENDRA**





O passar do tempo, o arrastar de temas e problemáticas, tendem a refrear o entusiasmo em os retomar. Se o tempo passa... Nada muda... e, acima de tudo, nada melhora. Não há como julgar injustificado o sentimento de impotência e a passividade que, lentamente, ele ajuda a instalar. A isso não é imune a arquitectura, enquanto disciplina e profissão – como sabemos. Como também sabemos – mas poucas vezes reconhecemos – este é um juízo que tendemos mais a projectar sobre outrem do que assumir a nossa quota parte de responsabilidade.

É nossa convicção que à arquitectura, enquanto disciplina, ao arquitecto enquanto seu actor, está vedada a desistência. Sem credo no futuro, sem coragem de o pensar e propor, não existe arquitectura, nem relevância social do arquitecto. Não implica especial genialidade dar o passo seguinte: sem relevância, não se atribui valor; e sem atribuição de valor, não existe remuneração condigna.

Importará a este propósito lembrar que qualquer profissão, ou o reconhecimento social de uma profissão, depende fundamentalmente de três palavras-chave: aprender, conhecer, fazer – que podem ser ordenadas e relacionadas de diversas formas. Uma das possíveis, para ilustrar o argumento, é mesmo a ordem inversa: uma profissão é o reconhecimento por uma sociedade que um grupo dos seus elementos possui capacidades singulares de actuação, que decorrem de conhecimentos e aprendizagens a isso dedicadas.

Mas afastemo-nos da continua transformação da profissão e da sua relação com a sociedade para, com elas em fundo, nos debruçarmos sobre coisas mais prosaicas.

Há quase duas décadas, em 2008 para sermos precisos, a publicação da Portaria 701-H consumou o desaparecimento da vulgarmente designada “Tabela de Honorários”. Passando a resumir o propósito regulatório ao projecto – conceitos, organização, faseamento... – refira-se que mantendo a generalidade do texto pré-existente, embora sem resistir à tentação de o “ajustar” – na generalidade mal, refira-se. Se essa actualização foi relativamente incontroversa, o desaparecimento da fórmula de cálculo dos honorários gerou um sentimento de orfandade que o tempo transformou em nostalgia. Nostalgia que, de resto persiste.

Mas o que é que, de facto, perdemos?

As “Instruções para o cálculo de honorários de obras públicas”, designação comum da Portaria de 7 de Fevereiro de 1972, procuraram àquela data harmonizar a remuneração por parte do estado dos serviços de arquitectura e engenharia, dadas as disparidades que até então se observavam. O que era inexplicável num regime fortemente centralizado, como o Estado Novo. Num período de grande investimento público em infra-estruturas, o propósito regulatório era óbvio: a existência de uma referência aumentava a previsibilidade dos encargos, disciplinava o mercado e potenciava mesmo a contenção da corrupção. A estratégia não era inovadora, em boa medida transpunha a das HOAI alemãs, Honorarordnung für Architekten und Ingenieure, publicadas enquanto lei federal pelo regime Nazi em 1936, e depois mantidas no pós-guerra.



É importante sublinhar que as “Instruções”, ou “Tabela”, procuravam estabelecer o que, à falta de melhor, designaremos como “*valor razoável da remuneração*”, e não estabelecer com exactidão o valor a pagar. Ou seja, não tinham como objectivo estabelecer um valor comercial ou eliminar a concorrência. O que aliás decorre da estratégia de cálculo estabelecida: o valor de honorários decorria da complexidade e custo da obra – e a inerente responsabilidade dos técnicos. Sendo que, se a determinação da complexidade da obra era regulamentada, o estabelecimento do seu custo decorria da estimativa elaborada pelos técnicos. Ou seja, o fundamento do valor de obra decorreria dos pressupostos técnicos propostos pelo projecto e respectivos autores.

A correção do raciocínio era, é, em abstrato, inabalável. Contudo... dependia, como tudo, do juízo de quem elaborava e, sobretudo, de quem avaliava as propostas. Ou por outras palavras: da competência e seriedade de ambos.



"Quem conviveu com a vigência da 'Tabela' sabe que ambos claudicaram: os projectistas, propondo valores de honorários distantes dos valores de referência (...) quem por parte da administração pública avaliava as propostas, por adoptar a máxima proverbial japonesa dos três macacos: 'não vejas o mal, não ouças o mal, não fales o mal'."

Quem conviveu com a vigência da "Tabela" sabe que cedo ambos claudicaram: os projectistas, propondo valores de honorários distantes dos valores de referência, aplicando enormes descontos comerciais, ou pior, manipulando os valores de obra estimados para obter igual efeito; quem por parte da administração pública avaliava as propostas, por adoptar a máxima proverbial japonesa dos três macacos: "não vejas o mal, não ouças o mal, não fales o mal". É, a este propósito, útil ilustrar a dimensão das distorções que se praticavam: não eram raros descontos comerciais superiores a 30%; assim como eram vulgares estimativas de custo da obra que o reduziam a 40% do seu valor real. É como tal, forçoso reconhecer, perante tal estado de coisas, que a "Tabela" foi na prática revogada muito antes de 2008, por nós, arquitectos e engenheiros.

Se é certo que o problema não é novo, se é certo que na administração pública se sedimentou o preço mais baixo como critério único para a contratação de serviços de arquitectura e engenharia... Se é certo ainda, por isso, que do estado nada podemos esperar a este respeito.

Fazer o quê?

Talvez seja de começar por reconhecer o inquestionável: que o problema somos nós, em ambos os lados da barricada; que, a auto-regulação da profissão que pedimos aos portugueses, e eles nos concederam, nos obriga a tomar iniciativa de o fazer – ou continuar a fazer... Porque não é justo dizer que até hoje nada se fez.

Como é sabido, a teologia do mercado veda-nos a possibilidade de adoptar práticas contrárias à livre concorrência, nomeadamente de concertação de preços. Mas não nos impede de usar a deontologia no sentido de fomentar uma concorrência leal, ou potencialmente mais leal. Ou ainda, de afastar a contratação de serviços de arquitectura e engenharia da hegemonia do domínio financeiro, preço, deslocando-a para o domínio económico, valor – em que inevitavelmente se ponderam custo e benefício (especialmente para a paisagem, quando se trata de obra pública).

Na União Europeia existem inúmeros exemplos de formulações de regulamentos deontológicos em que os deveres inerentes ao exercício profissional o procuram assegurar. Atente-se ao European Deontological Code for Providers of Architectural Services adoptado pelo Conselho dos Arquitectos da Europa em 2016, ou o Código Deontológico de los Arquitectos, aprovado pelo Conselho Superior dos Colegios de Arquitectos de Espanha, em 2021.

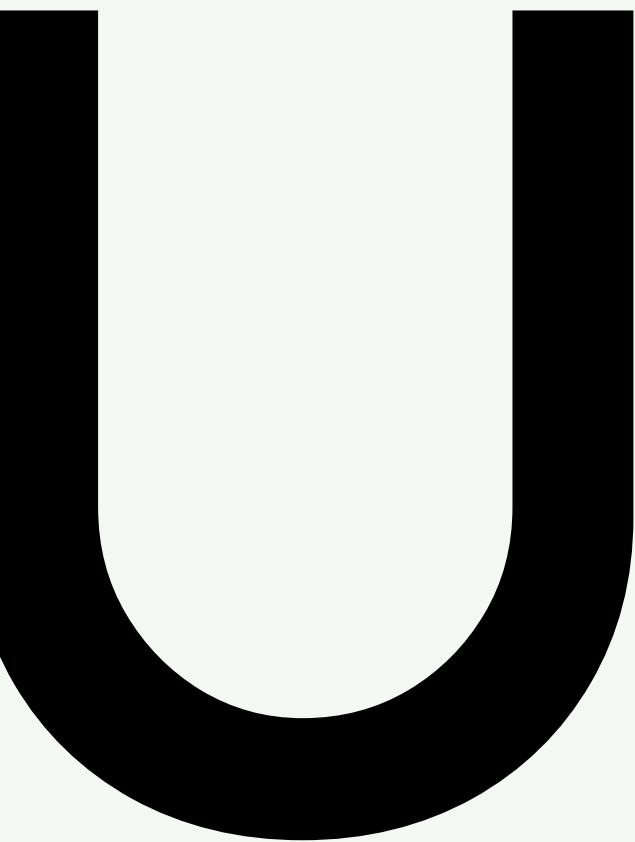
A deontologia é o instrumento central da regulação profissional – como tal, da Ordem dos Arquitectos – mas toda é regra resulta vazia se, na prática, é tratada como possibilidade e não dever. Toda a instituição é inútil se não cumpre o seu propósito.

Este texto não segue o Acordo Ortográfico.



USURPAÇÃO DE FUNÇÕES

Por **JOSÉ SARAIVA DE LEMOS**, ADVOGADO |
CONSULTOR JURÍDICO DA OA-SRLVT
Fotografia **NUNO ALMENDRA**



Como referi numa das anteriores edições, um dos princípios em que assenta a criação das associações públicas profissionais traduz-se no facto de a protecção do interesse público prosseguido impor o controlo do acesso e exercício das respectivas profissões (artigo 2.º, da Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, na sua actual redacção).

Na prossecução deste princípio, determina o artigo 44.º, n.º 1 do Estatuto da Ordem dos Arquitectos (EOA), que, sem prejuízo das situações legalmente admitidas em sede de livre prestação de serviços previstas no artigo 7.º do EOA, independentemente do modo do exercício da profissão, ou das actividades exercidas, no território nacional, a inscrição na Ordem dos Arquitectos (OA) permite o exercício, em exclusivo, das seguintes actividades: i) *elaboração e apreciação de estudos, projectos e planos de arquitectura*, e, ii) *as demais competências previstas em legislação especial que lhes sejam exclusivamente reservadas*.



“No domínio da profissão de arquitecto, um indivíduo que falsifique a identidade profissional, apresentando-se como arquitecto sem estar validamente inscrito na OA (...) incorre na prática deste crime de usurpação de funções.”

Isto significa que, como regra, qualquer licenciado em arquitectura que pretenda exercer em território nacional a profissão de Arquitecto, praticando os mencionados actos que estão exclusivamente reservados aos Arquitectos, tem obrigatoriamente de se encontrar inscrito como membro efectivo da OA, e na plena posse dos direitos e obrigações que decorrem dessa inscrição, requisito que, por exemplo, não é preenchido por um arquitecto que se encontre com a sua inscrição na OA suspensa.

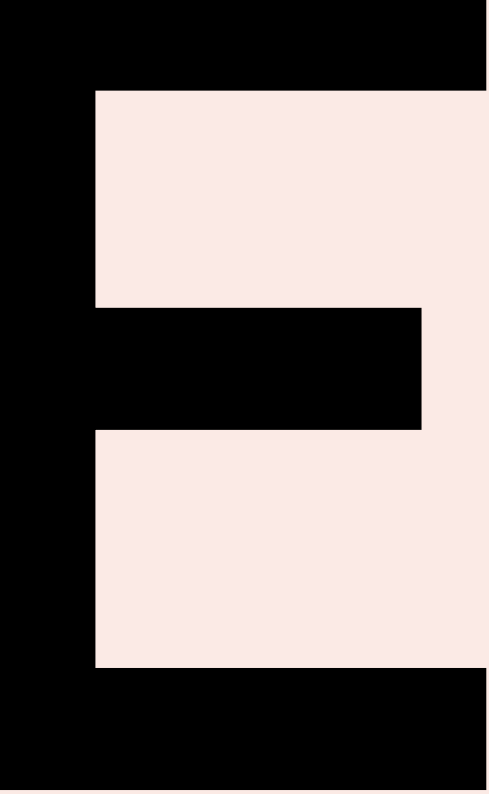
Assinale-se também que o cumprimento desta obrigação é exigível em qualquer dos modos de exercício da profissão previstas no artigo 46.º do EOA (*por conta própria, como profissional independente ou como empresário em nome individual, como sócio, administrador ou gerente de uma sociedade de profissionais com atividade no domínio da arquitetura, como trabalhador nomeado ou contratado para funções públicas da administração central, direta ou indireta, regional ou local, ou como trabalhador de outro arquiteto, de outros profissionais ou de uma pessoa coletiva*).

Ora, nos termos do artigo 358.º, al. b) do Código Penal, quem exercer profissão ou praticar acto próprio de uma profissão para a qual a lei exige título ou preenchimento de certas condições, arrogando-se, expressa ou tacitamente, possuí-lo ou preenchê-las, quando o não possui ou não as preenche, comete o crime de usurpação de funções, ilícito que é punível com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias.

Assim, no domínio da profissão de arquitecto, um indivíduo que falsifique a identidade profissional, apresentando-se como arquitecto sem estar validamente inscrito na OA como membro efectivo, pratique actos que apenas um arquitecto devidamente inscrito pode executar, e crie intencionalmente uma situação de engano sobre a sua habilitação profissional e a capacidade para exercer a profissão de arquitecto, incorre na prática deste crime de usurpação de funções, que visa exactamente proteger a integridade ou intangibilidade do sistema oficial de provimento em profissões de especial interesse público.

Todas estas situações, logo que conhecidas, devem ser comunicadas ao Conselho Directivo Nacional da OA, ou aos seus Conselhos Directivos Regionais. Não porque possam ocorrer quaisquer efeitos disciplinares, já que apenas os membros da OA estão sujeitos ao poder disciplinar desta associação pública profissional (e a *ratio* deste crime de usurpação de funções reside no facto de os respectivos agentes o não serem), mas para que a OA, imediatamente, apresente a competente participação criminal junto do Ministério Público, no exercício das atribuições que lhe estão cometidas, designadamente nos domínios da protecção do interesse público/interesses dos destinatários dos serviços, e da defesa da Arquitectura, da profissão e dos interesses, direitos e prerrogativas dos seus associados.

Este texto não segue o Acordo Ortográfico.



ENTRE O PROJECTO E A PAISAGEM: ARQUITECTURA PARA UM TURISMO COM FUTURO

Por **LUÍS REBELO DE ANDRADE**, ARQUITETO

O turismo tornou-se, em poucas décadas, uma das forças mais transformadoras do território português. Não apenas pela sua importância económica, mas sobretudo pela forma como reconfigura paisagens, comunidades e modos de habitar. Em cada aldeia que se reabilita, em cada quinta que se reinventa, em cada resort que se ergue, joga-se uma batalha silenciosa entre desenvolvimento e preservação. A arquitectura não pode ser espectadora deste processo: tem de ser mediadora, intérprete e garante de equilíbrio. Não se trata de embelezar um lugar para consumo imediato, mas de desenhar futuro com consciência e responsabilidade.

Portugal tornou-se destino global, reconhecido pela sua hospitalidade, pela luz, pelo mar, pelo património histórico e por uma paisagem de contrastes. Mas esse sucesso tem custos. O turismo exerce uma pressão enorme sobre zonas frágeis: o litoral, onde se concentra a maioria da população e dos visitantes; os centros históricos, cada vez mais sujeitos a uma

gentrificação acelerada; e também o interior rural, onde muitas vezes o turismo chega como promessa de salvação, mas sem critérios claros de sustentabilidade. A tentação é ceder ao imediato, transformar o território em mercadoria de curto prazo. No entanto, a arquitectura, quando exercida com responsabilidade, pode inverter essa lógica. O turismo não tem de ser um inimigo da paisagem; pode ser um aliado poderoso da sua preservação. Para isso, é necessário um olhar mais atento, capaz de ver além da rentabilidade imediata e reconhecer o valor intrínseco do território.

A paisagem não é cenário: é substância do projecto. Cada linha traçada, cada volume implantado, cada material escolhido deve dialogar com o lugar. A experiência mostra-me que não há projecto turístico que sobreviva sem essa ligação orgânica. O turista, hoje, procura autenticidade. E a autenticidade nasce de uma arquitectura enraizada no território. Recordo, por exemplo, o trabalho no Six Senses Douro Valley, onde o desafio foi integrar um hotel de luxo num



“Portugal tornou-se destino global, reconhecido pela sua hospitalidade, pela luz, pelo mar, pelo património histórico e por uma paisagem de contrastes. Mas esse sucesso tem custos.”

património vitivinícola já consolidado. O edifício não poderia impor-se à paisagem, mas antes dissolver-se nela, acrescentando valor sem a violentar. Na Quinta do Pinhão, no Minho, a arquitectura nasceu das vinhas e da topografia, respeitando os ritmos da terra. O Art Legacy Hotel, no centro histórico de Lisboa, mostra que até em plena malha urbana a intervenção pode ser discreta e respeitosa, revelando camadas da cidade em vez de as apagar. Estes exemplos ilustram uma convicção: não se trata de inventar um mundo artificial para agradar a visitantes estrangeiros. Trata-se de valorizar o que já existe, de transformar ruínas em património vivo, de dar continuidade a uma história que nos antecede.

Muito se fala de turismo sustentável, mas a expressão esvaziou-se de tanto uso. Sustentabilidade não é colocar painéis solares no telhado de um resort enquanto se destrói a paisagem em redor. É pensar de forma integrada: água, energia, mobilidade, resíduos, densidade, escala. É recusar projectos que, pelo seu impacto, comprometem irreversivelmente a integridade do território. Portugal tem exemplos inspiradores, mas também casos preocupantes. Vemos empreendimentos turísticos dimensionados para multiplicar camas e piscinas, esquecendo que a paisagem é um recurso finito. Um projecto turístico deve ser pensado como ecossistema, onde o edificado, a natureza e a comunidade se equilibram. A verdadeira

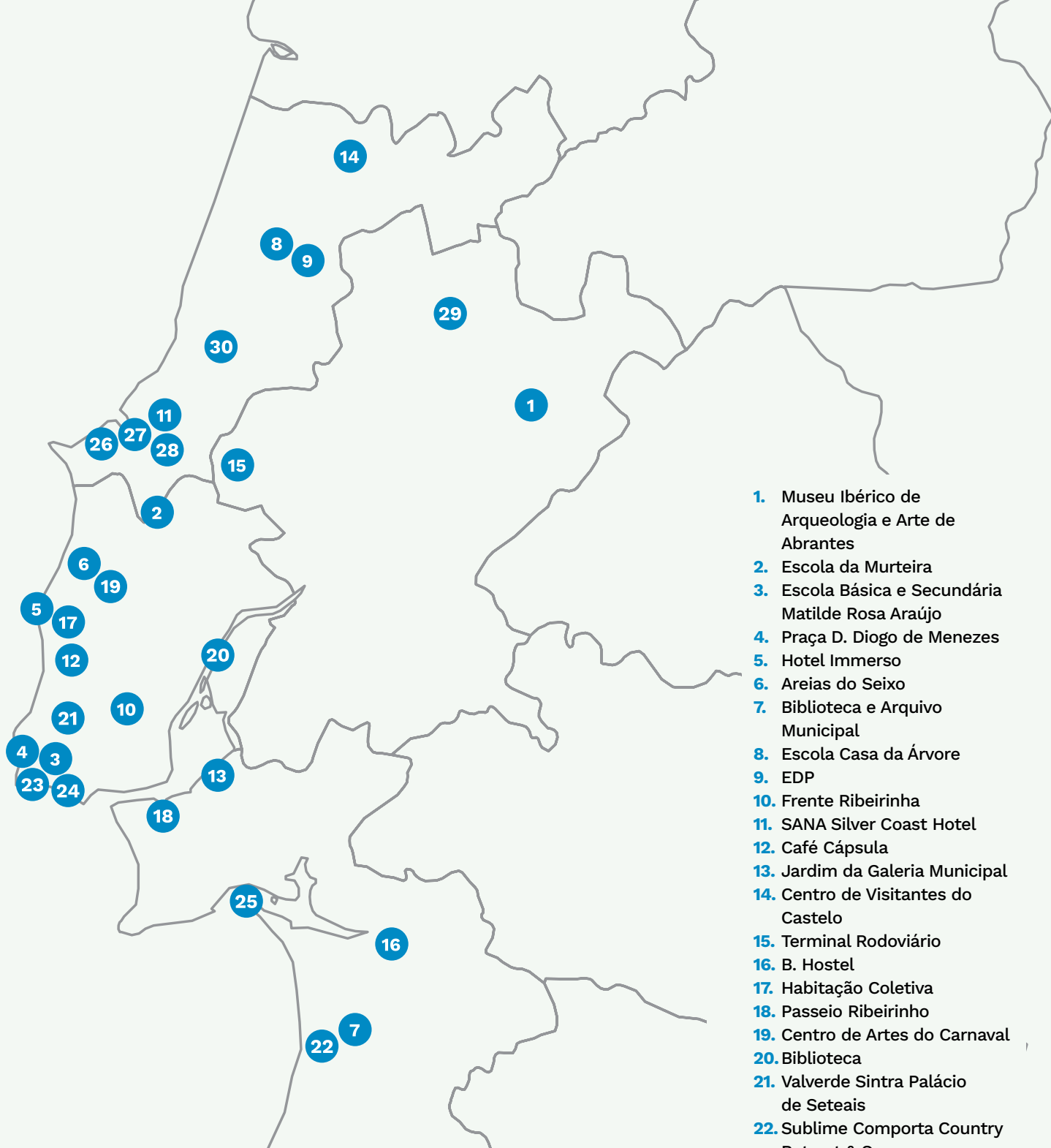
sustentabilidade exige tempo, investimento e humildade. E a arquitectura é a disciplina que pode articular estas dimensões de forma coerente.

A paisagem é o maior capital cultural de Portugal. Não é apenas um bem estético; é um activo económico, social e identitário. São as vinhas do Douro, os olivais do Alentejo, as serras da Beira, as aldeias de xisto ou as praias do Atlântico que tornam o país único aos olhos do mundo. Destruir ou banalizar esta riqueza em nome de ganhos imediatos é comprometer a base do próprio turismo. O papel do arquitecto, neste contexto, é ser mediador. Não desenha apenas edifícios: desenha relações, propõe continuidades, imagina futuros que respeitam a memória. Um bom projecto turístico não é aquele que se impõe, mas aquele que reforça a identidade do lugar, devolvendo-lhe dignidade e tornando-o ainda mais atractivo.

Portugal atrai hoje investidores de todo o mundo. Essa abertura é positiva, mas traz riscos. Muitos desses investidores chegam com modelos pré-formatados, replicados de Miami, de Dubai ou de Bali. Resorts genéricos, estéticas internacionais que ignoram o contexto local, copy-paste arquitectónico. Ora, aceitar esse caminho é hipotecar a singularidade que distingue Portugal. O arquitecto português tem aqui uma responsabilidade acrescida: ser guardião da identidade, mas também interlocutor competente perante clientes globais. Não se trata de rejeitar a modernidade, mas de adaptá-la ao contexto. O desafio é conjugar expectativas internacionais com alma local, construindo algo que não se encontre em mais lado nenhum.

Entre o projecto e a paisagem joga-se o futuro do turismo em Portugal. Não podemos vender o território como mercadoria de usar e deitar fora. Cada intervenção deve ser pensada como compromisso com as gerações futuras, como gesto de continuidade e não de ruptura. O turismo é uma oportunidade extraordinária para valorizar o país, mas só se for conduzido com inteligência e respeito. A arquitectura, quando consciente, é esse elo de confiança entre paisagem, economia e comunidade. Portugal não precisa de mais imagens de catálogo. Precisa de projectos que revelem a verdade dos lugares. E é nesse equilíbrio frágil, entre atrair o mundo e respeitar a terra, que a arquitectura tem a sua missão mais urgente.

Este texto não segue o Acordo Ortográfico.



1. Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes
2. Escola da Murteira
3. Escola Básica e Secundária Matilde Rosa Araújo
4. Praça D. Diogo de Menezes
5. Hotel Immerso
6. Areias do Seixo
7. Biblioteca e Arquivo Municipal
8. Escola Casa da Árvore
9. EDP
10. Frente Ribeirinha
11. SANA Silver Coast Hotel
12. Café Cápsula
13. Jardim da Galeria Municipal
14. Centro de Visitantes do Castelo
15. Terminal Rodoviário
16. B. Hostel
17. Habitação Coletiva
18. Passeio Ribeirinho
19. Centro de Artes do Carnaval
20. Biblioteca
21. Valverde Sintra Palácio de Seteais
22. Sublime Comporta Country Retreat & Spa
23. Hotel Farol
24. Estoril Vintage Hotel
25. Troia Design Hotel
26. Bom Sucesso Resort
27. Rio do Prado
28. Pousada Castelo de Óbidos
29. Hotel dos Templários
30. Montebelo Mosteiro de Alcobaça

ROTEIRO

TURISMO PELA NOSSA REGIÃO



Rita Burmester

1

Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes

Ano: 2021

Autoria: João Luís Carrilho da Graça

Localização: Abrantes

Utilização: Equipamento cultural



Fernando Guerra / FG + SG
(www.ultimasreportagens.com)

2

Reabilitação da Escola Básica da Murteira

Ano: 2015

Autoria: NOZ Arquitectura

Localização: Cadaval

Utilização: Equipamento



JM Figueiredo

3

Laboratórios da Escola Básica e Secundária Matilde Rosa Araújo

Ano: 2021

Autoria: GGLL atelier

Localização: Cascais

Utilização: Equipamento



4

Praça D. Diogo de Menezes

Ano: 2008

Autoria: Miguel Arruda Arquitectos Associados

Localização: Cascais

Utilização: Espaços verdes e lazer



5

Hotel Immerso

Ano: 2022

Autoria: Silva Dias Arquitectos

Localização: Ericeira

Utilização: Turismo



6

Areias do Seixo

Ano: 2010

Autoria: Vasco Vieira

Localização: Torres Vedras (Santa Cruz)

Utilização: Turismo



7

Biblioteca e Arquivo Municipal

Ano: 2021

Autoria: Matos Gameiro Arquitectos + Pedro Domingos
Arquitectos

Localização: Grândola

Utilização: Equipamento cultural



8

Escola Casa da Árvore

Ano: 2020

Autoria: Contaminar Arquitectos

Localização: Leiria

Utilização: Equipamento



9

EDP

Ano: 2019

Autoria: Regino Cruz Arquitectos

Localização: Leiria

Utilização: Serviços



10

Frente Ribeirinha

Ano: 2023

Autoria: Topiariis – Estudos e Projetos de Arquitetura Paisagista

Localização: Loures

Utilização: Espaços verdes e lazer



11

SANA Silver Coast Hotel reabilitação

Ano: 2011

Autoria: José Barata Duarte

Localização: Caldas da Rainha

Utilização: Turismo



Francisco Nogueira

12

Café Cápsula

Ano: 2022

Autoria: Ateliê Realité

Localização: Mafra (Ericeira)

Utilização: Comércio / Serviços



13

Jardim da Galeria Municipal

Ano: 2024

Autoria: Ricardo Bak Gordon + Rui Mendes

Localização: Montijo

Utilização: Espaços verdes e lazer



Fernando Guerra / FG + SG
(www.ultrareportagens.com)

14

Centro de Visitantes do Castelo

Ano: 2014

Autoria: COMOCO

Localização: Pombal

Utilização: Espaços verdes e lazer



Fernando Guerra / FG + SG
(www.ultrareportagens.com)

15

Terminal Rodoviário

Ano: 2005

Autoria: domitianus arquitetura

Localização: Rio Maior

Utilização: Serviços



16

B. Hostel

Ano: 2021

Autoria: Pereira Miguel Arquitetos

Localização: Setúbal (Alcácer do Sal, Comporta)

Utilização: Turismo



17

Hotel Aethos Ericeira

Ano: 2020

Autoria: Pedra Silva Architects

Localização: Ericeira

Utilização: Turismo



18

Passeio Ribeirinho

Ano: 2017

Autoria: RISCO

Localização: Seixal

Utilização: Espaços verdes e lazer



19

Centro de Artes do Carnaval

Ano: 2020

Autoria: José Neves

Localização: Torres Vedras

Utilização: Equipamento cultural

20

Biblioteca

Ano: 2014

Autoria: Miguel Arruda Arquitectos Associados

Localização: Vila Franca de Xira

Utilização: Equipamento cultural





21

Valverde Sintra Palácio de Seteais

Ano: 1955

Autoria: Raul Lino

Localização: Sintra

Utilização: Turismo



22

Sublime Comporta Country Retreat & Spa

Ano: 2019

Autoria: José Charrua

Localização: Comporta

Utilização: Turismo



23

Hotel Farol

Ano: 2017

Autoria: RRJ Arquitectos

Localização: Cascais

Utilização: Turismo



24

Estoril Vintage Hotel

Ano: 2022

Autoria: Tertuliano de Lacerda Marques

Localização: Estoril

Utilização: Turismo



25

Troia Design Hotel

Ano: 2009

Autoria: Promontorio

Localização: Troia

Utilização: Turismo



26

Bom Sucesso Resort

Ano: 1984 (e seguintes)

Autoria: Álvaro Siza Vieira, Gonçalo Byrne, Inês Lobo, Graça Moura, Carrilho da Graça, Souto Moura, David Chipperfield, Aires Mateus, Manuel Graça Dias, Egas José Vieira (Contemporânea), Rogério Cavaca, Alcino Soutinho, Nuno Brandão Costa, Josep Llinás, Luísa Penha, Gonçalo Cardoso Menezes, Francisco Teixeira Bastos, Madalena Menezes, Álvaro Leite Siza, Carlos Prata, Luís Pessanha Moreira, João Falcão Campos, Rui Passos (segundo indicação site Bom Sucesso)

Localização: Óbidos | **Utilização:** Turismo



27

Rio do Prado

Ano: 2012

Autoria: Jorge Sousa Santos

Localização: Óbidos

Utilização: Turismo



28

Pousada Castelo de Óbidos

Ano: 2019

Autoria: Sá Machado

Localização: Óbidos

Utilização: Turismo



29

Hotel dos Templários

Ano: 1967

Autoria: Carlos Ramos, Fernando Mendes

Localização: Tomar

Utilização: Turismo



30

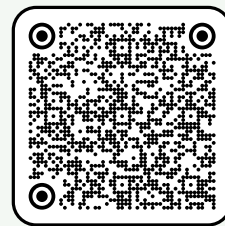
Montebelo Mosteiro de Alcobaça

Ano: 2022

Autoria: Eduardo Souto Moura

Localização: Alcobaça

Utilização: Turismo



Leve este ROTEIRO consigo



PRÉMIO REGIONAL DE ARQUITETURA

RUY
2026

d'ATHOUGUIA

LISBOA E VALE DO TEJO



SR
LVT

O **Prémio de Arquitetura** da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Ordem dos Arquitectos – **Ruy d’Athouguia** é um prémio de âmbito regional, dedicado a distinguir e a premiar obras de reconhecida qualidade arquitetónica, realizadas na área geográfica desta Secção Regional.

É atribuição da Ordem dos Arquitectos, contribuir para a defesa e promoção da arquitetura, promover o reconhecimento da sua função social e cultural, zelar pela dignidade e prestígio da profissão de arquiteto, e sendo a região de Lisboa e Vale do Tejo um território marcadamente heterogéneo, nuclear e representativo do país no plano económico, social e cultural, torna-se fundamental:

- Valorizar e promover a divulgação do trabalho desenvolvido pelos arquitetos na região de Lisboa e Vale do Tejo;
- Premiar obras que, pela sua qualidade e rigor, contribuam para a criação e salvaguarda do património arquitetónico da região, para a segurança e qualidade de vida dos cidadãos;
- Promover a disseminação de boas práticas arquitetónicas e construtivas;
- Suscitar e promover, através da divulgação das melhores obras, a literacia e o interesse da sociedade pela arquitetura.

Em cada edição, será realizada uma cerimónia pública de entrega dos prémios, onde se inclui a realização de exposições, conferências e/ou apresentações, contribuindo para a promoção da região enquanto centro de desenvolvimento e conhecimento, envolvendo todos os municípios e entidades regionais.

Categorias

O prémio é composto pelas seguintes categorias de obra construída.

- a) **Edificação Nova** – obra privada ou pública;
- b) **Reabilitação** – obra privada ou pública, de reabilitação, conservação, alteração e ampliação;
- c) **Salvaguarda do Património** – intervenção que contribua de forma exemplar para a proteção, valorização, preservação ou reconversão sustentável do património arquitetónico, cultural ou paisagístico, garantindo a sua transmissão qualificada às gerações futuras.

Calendário

- **9 de fevereiro** de 2026: Lançamento do Prémio
- **24 de fevereiro** de 2026: Pedidos de esclarecimentos
- **2 de março** de 2026: Resposta aos esclarecimentos
- **26 de março** de 2026 (16h00 Portugal Continental): Entrega das Candidaturas
- De **27 de março a 27 de abril** de 2026: Período de Avaliação das Candidaturas
- **30 de maio** de 2026: Entrega do Prémio

HOTEL AETHOS ERICEIRA

PEDRA SILVA ARCHITECTS

Tratando-se originalmente de uma pousada de 1988... Sentimos que a solução para clarificar a identidade do conjunto seria estabelecer uma distinção franca entre o antigo e o novo, restaurando o edifício inicial a algo mais próximo do seu estado original, e dando às ampliações e pontuais novas intervenções um carácter distinto e assumidamente contemporâneo.

Por **PEDRA SILVA ARCHITECTS** | ARQUITETOS

Fotos **FRANCISCO NOGUEIRA – FOTOGRAFIA DE ARQUITETURA** | PEDRA SILVA ARCHITECTS

O Aethos Ericeira é um boutique hotel localizado junto à Praia da Calada, na costa da Ericeira, resultado do projeto de reabilitação de um edifício existente e devoluto.

Situado em grande proximidade da falésia costeira que lhe confere vistas privilegiadas sobre o Atlântico, o edifício em causa estava necessariamente sujeito à legislação apertada associada à proteção da orla costeira, localizando-se numa zona de grande sensibilidade não só ecológica como também geológica. Esta situação delicada condicionou significativamente o desenvolvimento do projeto, limitando consideravelmente a escala e natureza da intervenção, particularmente a nível da demolição de edificado e alteração da implantação existente.

Perante estas circunstâncias o desafio central do projeto tornava-se claro: como reinterpretar o conjunto edificado existente, de significativa complexidade, com um mínimo de intervenção possível?

A nossa abordagem a este tema teve como ponto de partida uma análise cuidada do edificado existente, procurando identificar os seus elementos fundamentais a preservar e potenciar, bem com os problemas presentes a resolver.

Tratando-se originalmente de uma pousada de 1988, o edificado existente aquando do início do projeto incorporava já várias fases de intervenção e expansão desenvolvidas entre 1998 e 2007 que, apesar de referenciarem uma linguagem arquitetónica tradicional, adotaram morfologias e sistemas construtivos distintos, resultando não só numa certa descaracterização do edifício original, como também num conjunto onde eram perceptíveis, mas não assumidos, os diversos momentos da sua construção.

Sentimos que a solução para clarificar a identidade do conjunto seria estabelecer uma distinção franca entre o antigo e o novo, restaurando o edifício inicial a algo mais próximo





do seu estado original, e dando às ampliações e pontuais novas intervenções um carácter distinto e assumidamente contemporâneo, procurando assim permitir que ambos estes momentos atinjam uma maior nitidez na sua própria linguagem arquitetónica e volumetria, sem sacrificar a coerência estética do todo, e tirando partido das interações entre eles para criar momentos de maior interesse e riqueza visual e espacial.

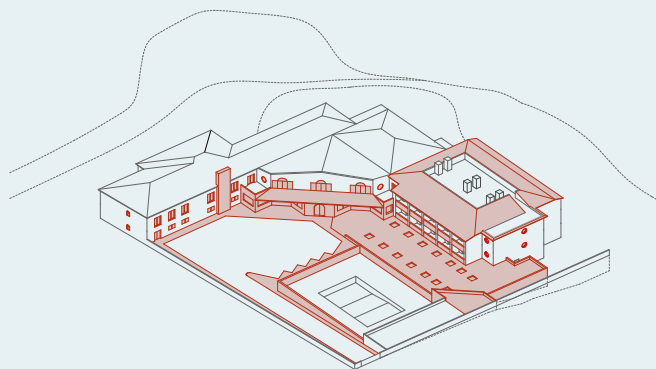
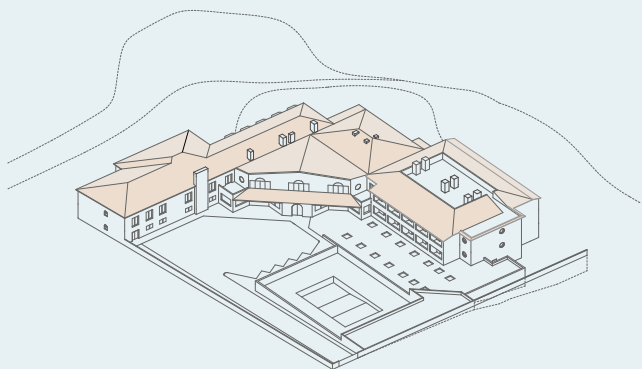
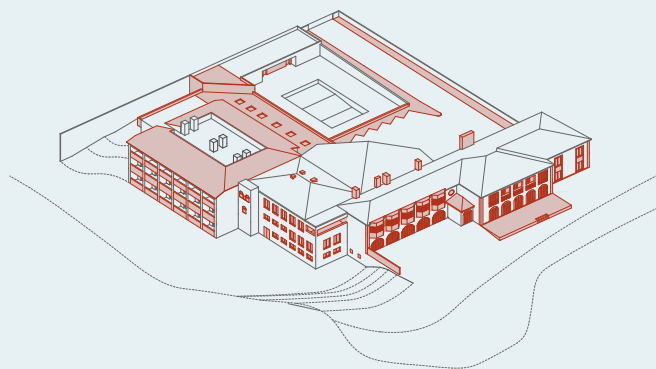
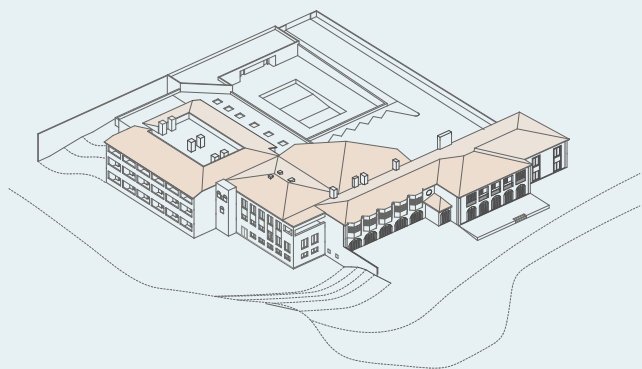
Nas áreas de construção onde se optou por reforçar a linguagem arquitetónica original, esta abordagem resultou na remoção de vários elementos decorativos mais recentes, de modo a enfatizar a volumetria original, com as suas paredes maciças, telhado inclinado e ritmo distinto de vãos, que identificámos como sendo as suas características fundamentais a preservar.

O tratamento dos vãos nestas áreas tornou-se assim um momento fulcral no projeto, sendo que, em particular nas áreas sociais e de restauração, o novo programa beneficiaria de envidraçados mais amplos que permitissem uma maior entrada de luz e o usufruto das vistas extraordinárias em direção ao mar, em alternativa às mais contidas aberturas tradicionais. Mantendo o nosso objetivo de distinção entre o antigo e o novo, demos a estas janelas uma identidade visual e materialidade contemporâneas, introduzindo golas metálicas que sobressaem das fachadas, e que se tornaram parte fundamental da linguagem arquitetónica do projeto.

A nível da materialidade, preserva-se o característico contraste entre as telhas cerâmicas tradicionais e a pintura branca das paredes, sendo esta, no entanto, substituída por uma argamassa térmica texturada que melhora consideravelmente a prestação energética do edifício e cujo acabamento mais tátil e mineral enfatiza naturalmente a solidez típica da construção.

Um detalhe importante que procurámos potenciar foram os arcos profundos localizados naquele que é atualmente o lobby, que acabaram por se tornar numa característica fulcral



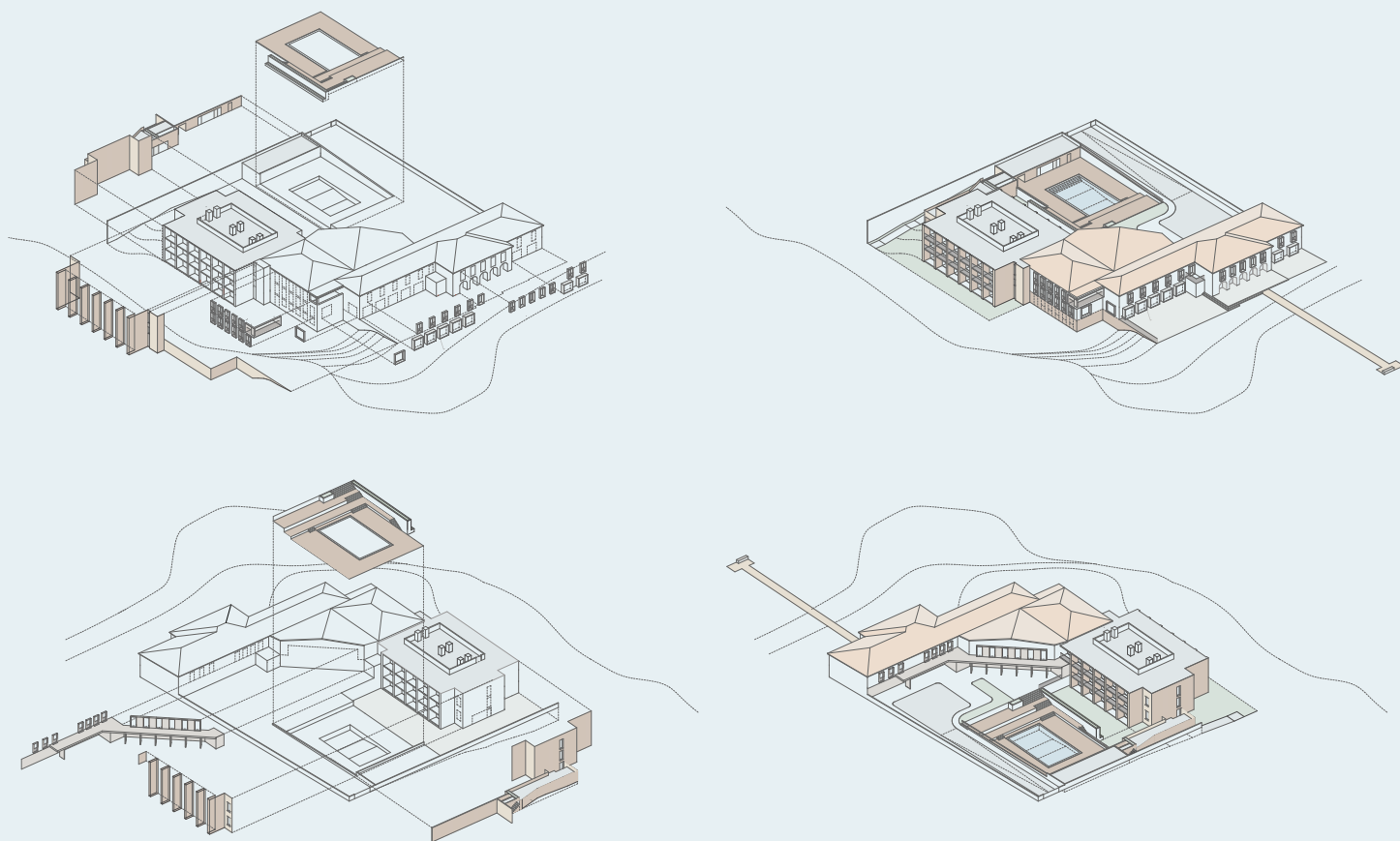


ANTES DAS DEMOLIÇÕES

do espaço, realçando a sua sólida construção tradicional. Aqui, alguns detalhes excessivos foram removidos, e o design adaptado para melhor se adequar ao novo lobby de pé-direito duplo, adotando uma configuração escultórica na ligação com as janelas superiores que maximiza a vista para o mar sem sacrificar a sensação de massa que lhes é característica.

Nas áreas onde se pretendia a expressão de uma construção mais recente, o principal desafio passou por alcançar uma aparência contemporânea que se integrasse com o edifício existente e a paisagem envolvente, recorrendo apenas à intervenção mínima que nos era permitida. Este resultado foi obtido através de várias demolições cirúrgicas que contribuíram para uma simplificação e sistematização da volumetria existente, incluindo a remoção de alguns telhados inclinados e elementos pré-fabricados de fachada e a expansão de alguns vãos e varandas existentes, conjuntamente com a supressão de vários elementos decorativos supérfluos pouco coerentes com a contemporaneidade da intervenção que se procurava assumir.

Simultaneamente, foi aplicada uma materialidade forte e distinta no revestimento de certos planos das fachadas, reinterpretando-as em formas e volumes mais claros e expressivos e atingindo uma abstração geométrica que contrasta com a volumetria mais tradicional do edifício original. A madeira foi o material de escolha para esta intervenção, assumindo-se que nesta zona de grande desgaste causado pela briza marítima amadurecerá de forma rápida e delicada, captando os tons do ambiente envolvente. Aplicada sobre a forma de um



ALTERAÇÕES APÓS DEMOLIÇÕES

ripado vertical, esta madeira é complementada por elementos de revestimento metálico de cor castanho-escuro mate. O contraste relativamente subtil entre estes materiais permite introduzir alguma variedade e complexidade nos elementos da intervenção contemporânea, sem interferir com o mais expressivo contraste entre estes materiais leves e escuros, e as paredes brancas maciças que identificam o edificado original.

Dado que o edifício existente se destinava a um programa semelhante, foi possível manter grande parte da organização global do hotel. O edifício original e a primeira ampliação formam uma ala de dois pisos, com áreas comuns no rés-do-chão, quartos no primeiro andar e uma cave que incorpora as áreas de serviço e apoio. É nesta ala que surgem as maiores intervenções a nível do layout interior, nomeadamente a nível do layout do bar, restaurante e zonas sociais, onde se procurou encontrar um equilíbrio entre o estilo de construção tradicional mais compartimentado do edifício existente e a fluidez de espaço a que o programa convidava, simultaneamente melhorando significativamente as vistas e ligação com o exterior. O restaurante, em particular, tira partido da sua localização privilegiada, com uma ampla área de estar ao ar livre e grandes janelas que enquadram a extraordinária paisagem marítima. Adicionalmente, é criada uma nova entrada principal que articula diretamente com o lobby de pé direito duplo e que, através da arcada escultórica que caracteriza a sua fachada, dialoga diretamente com a vista panorâmica da costa, criando um momento de chegada particularmente impactante.

Estes espaços são complementados por uma ala de três pisos totalmente ocupada por quartos, bem como um antigo edifício de bar independente junto à piscina, que foi expandido e convertido num ginásio e spa.

Embora o edifício existente estivesse pronto a ser ocupado como um hotel no momento da sua conclusão, quase todos os quartos tiveram de ser ligeiramente alterados e adaptados para corresponder aos atuais padrões de serviço pretendido, e as áreas de circulação ajustadas e aperfeiçoadas depois das várias ampliações progressivas as terem deixado desordenadas, salientando-se o prolongamento daquela que é hoje a escada principal de ligação entre os três pisos, posicionada na articulação entre as alas principais do edifício e oferecendo um momento de ligação visual com a paisagem.

Essas atualizações nos layouts de interiores foram desenvolvidas em coordenação com a equipa Astet Studio, de Barcelona, responsável pelo Design de Interiores e FF&E do Hotel.

No que toca à intervenção no espaço exterior, fortemente condicionada pelas limitações impostas a alterações na implantação e área de impermeabilização, o momento mais significativo corresponde à demolição da quase totalidade da cave adjacente à área da piscina, que continha uma sala polivalente pouco utilizada. Embora esta intervenção tenha reduzido a área de construção total, um gesto contraintuitivo numa situação de fortes limitações à nova construção, a demolição permitiu uma ligação mais aberta entre a piscina, que anteriormente estava cercada por altos muros, e o hotel, abrindo caminho para um novo desenho da envolvente da piscina, com um ambiente mais natural e uma sucessão de patamares que criam espaços mais variados de estadia e uma maior interligação entre os pisos. Paralelamente, esta alteração permitiu a criação de um jardim interno que potenciou por sua vez a introdução de quartos adicionais, e do spa, em áreas antes desprovidas de luz natural e vista para o exterior.

A pormenorização deste espaço, assim como de todas as áreas exteriores, foi coordenada de perto com a Topiaris, equipa que desenvolveu o projeto de Arquitetura Paisagista do Hotel, baseado nos princípios de ligação e integração entre edifício e o espaço envolvente que influenciaram todo o processo de projeto. Na envolvente do edifício, estas intenções, em conjunto com a sensibilidade à delicadeza da paisagem existente, levaram à criação de um conjunto de percursos e plataformas em madeira, permeáveis e reversíveis, que refletem simultaneamente a materialidade do edificado e os tons neutros da natureza circundante, num prolongamento da filosofia de intervenção cirúrgica e intencional que caracteriza também a intervenção arquitetónica.

Informação de projeto

Arquitetura: Pedra Silva Architects (Coordenação – Luís Pedra Silva)

Design de interiores: Astet Studio

Arquitetura paisagista: Topiaris

Estruturas: A2P

Engenharia: Natural Works

Iluminação: Prolicht

Equipa de medições de projeto: Tribato

Empreiteiro: Novos Construtores

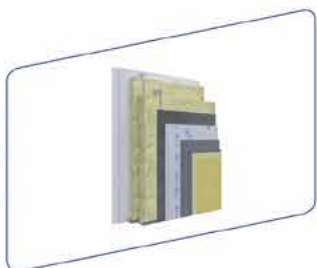
Desenhos e fotografia do existente: Pedra Silva Architects

SOLUÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL OBRA NOVA E REABILITAÇÃO



futuRE

Sistema de divisórias com
pegada carbónica mais reduzida



Placotherm® Integra

Sistema de fachada leve com
alta eficiência energética



webercol flex lev

Cimento-cola com metade do
peso e o mesmo rendimento



Climalit Oraé®

Primeiro vidro de baixo
carbono no mundo: redução
de 40% nas emissões de CO₂



Soluções em
lã mineral para
isolamento.



Soluções inovadoras
em gesso para a
construção.



Soluções em
argamassas
industriais.



Soluções de vidro
duplo de elevado
desempenho.



NUNO PORTAS, O SER URBANO

Por **NUNO GRANDE** | ARQUITETO

Pedem-me para escrever um texto sobre Nuno Portas (1934-2025), ainda que o seu falecimento recente me deixe combalido para o fazer. Nuno Portas foi meu professor amigo, orientador e mentor de muitos dos temas e debates que venho desenvolvendo na minha investigação académica. Em 2012, comissariei uma exposição sobre a sua vida e obra – para Guimarães 2012, Capital Europeia da Cultura – a que dei o nome de “O Ser Urbano”, a mais completa definição que encontrei, até hoje, para o descrever.

Em face disto, e procurando ultrapassar este momento de pesar, decidi revisitar e retomar algumas das passagens que escrevi nos dois ensaios mais extensos que publiquei sobre o seu inestimável contributo para a cultura portuguesa¹, em particular no campo do pensamento sobre a cidade e a arquitetura.

A construção de um ideário crítico

A insaciável curiosidade intelectual de Nuno Portas levou-o, desde muito jovem, a atualizar-se, permanentemente, sobre os pensadores do seu tempo, a partir dos quais foi construindo o seu próprio ideário

crítico. Em meados da década de 1950, com pouco mais de 20 anos, para além de frequentar o curso de arquitetura da ESBAL, Portas interessou-se pelo cinema europeu, iniciando uma coluna no jornal *Diário de Lisboa*, intitulada “Por um Cinema Novo”. Inspirado então pela *Nouvelle Vague* francesa, passou a advogar uma “política de autores”, que transportou do cinema para a arquitetura, e sobretudo para a revista que refundou em 1957 – *Arquitectura* – juntamente com Carlos Duarte, Frederico Sant’Ana, Eduardo Medeiros e Fernando Gomes da Silva. Nela publicou, em 1959, com 25 anos, o texto “A responsabilidade de uma novíssima geração no movimento moderno em Portugal”², dirigindo-o sobretudo à “nova vaga” de arquitetos portugueses, na qual se incluía.

Para a cultura arquitetónica portuguesa, esse terá sido o primeiro grande contributo de Nuno Portas: inscrever criticamente a produção de







Página anterior: Nuno Portas, Fotografia da década de 1980. Em cima: Nuno Portas e Bartolomeu da Costa Cabral. Fotografia de um pátio de um quarteirão da Célula C, Olivais Sul, 1959-1968.

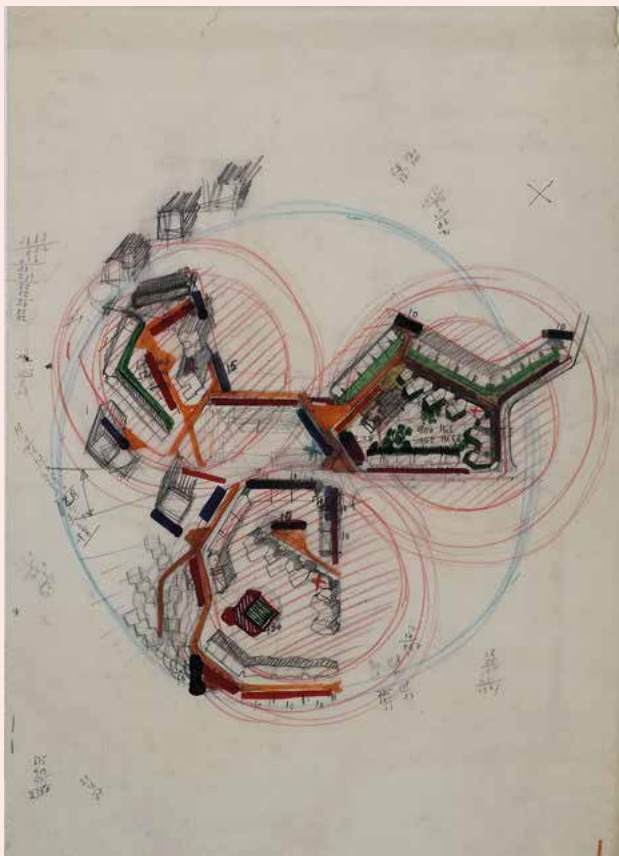
várias gerações de arquitetos do seu país, na modernidade arquitetónica do Século XX, algo que ficou definitivamente plasmado no seu prefácio à edição portuguesa da História da Arquitetura Moderna do historiador italiano Bruno Zevi, em 1970³, e depois no texto “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação”⁴, para o Volume II da mesma obra, publicado em 1973.

“Obra aberta” na cidade e na arquitetura

O segundo grande contributo de Nuno Portas foi o de ter sido, no sentido inverso, o principal tradutor, em Portugal, do importante debate pós-funcionalista, lançado nos últimos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) e depois no seio do Team 10, por figuras como Alison e Peter Smithson, Aldo Van Eyck, Georges Candilis e Giancarlo de Carlo. Essa leitura, sempre distanciada, embora arguta, concretizou-se num conjunto de conceitos operativos que Portas foi propondo e cultivando, ao longo da década de 1960 – e que levou aos *Pequeños Congresos* de

arquitetura, realizados entre Espanha e Portugal – mas também enquanto projetista no atelier da Rua da Alegria, em Lisboa, dirigido por Nuno Teotónio Pereira, de quem era amigo e se tornou sócio.

Dentro da sua reflexão sobre o espaço arquitetónico, Nuno Portas interessou-se primeiramente pela Habitação Social – tema da sua CODA de 1959⁵ – a que se seguiram os próprios projetos habitacionais que desenvolveu, então, com Teotónio Pereira, para o Conselho Superior da Previdência, em várias cidades médias portuguesas, mas também para o Bairro dos Olivais Norte, em Lisboa (1957-1968). A entrada de Nuno Portas para o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), em 1963, onde criou o Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Habitação, aproximou-o das visões estruturalistas, então em voga, em torno do Habitat humano. A partir destas, Portas passou a valorizar as estruturas profundas da geografia dos territórios urbanos, ou seja, as “invariantes” que estabelecem continuidades entre os sucessivos estratos da cidade.



Nuno Portas e Bartolomeu Costa Cabral. Esquema rizomático da Célula C, Olivais Sul, 1959-1968 (Arquivo pessoal de Nuno Portas)

A N. J. Habraken – outro crítico da massificação habitacional no Movimento Moderno – Nuno Portas foi buscar a ideia de que cabe ao arquiteto traçar os “suportes” elementares que permitam ao utente apropriar-se do espaço legado pelo arquiteto, fazendo-o evoluir no tempo; noção em tudo semelhante à de “programa aberto”, defendida por Aldo Van Eyck no seio do Team 10. Mas foi sobretudo com as leituras de *Obra Aberta* (1962) do escritor e filósofo Umberto Eco, que essa ideia se consolidou na mente de Portas, tal como a descreveu no seu primeiro livro *A Arquitectura para Hoje* (1964)⁶.

Em 1969, Nuno Portas publicou o seu segundo livro *A Cidade como Arquitectura*⁷, no qual alargou definitivamente o seu campo de interesses, da tipologia habitacional à morfologia urbana. No livro, Portas descreveu-as a partir do conceito de “cidade-território”, combinatório de duas escalas de desenho e próximo de ideias então debatidas no âmbito do Team 10: dos estudos de “Urban Structutring” desenvolvidos por Alison e Peter Smithson, mas também da proposta

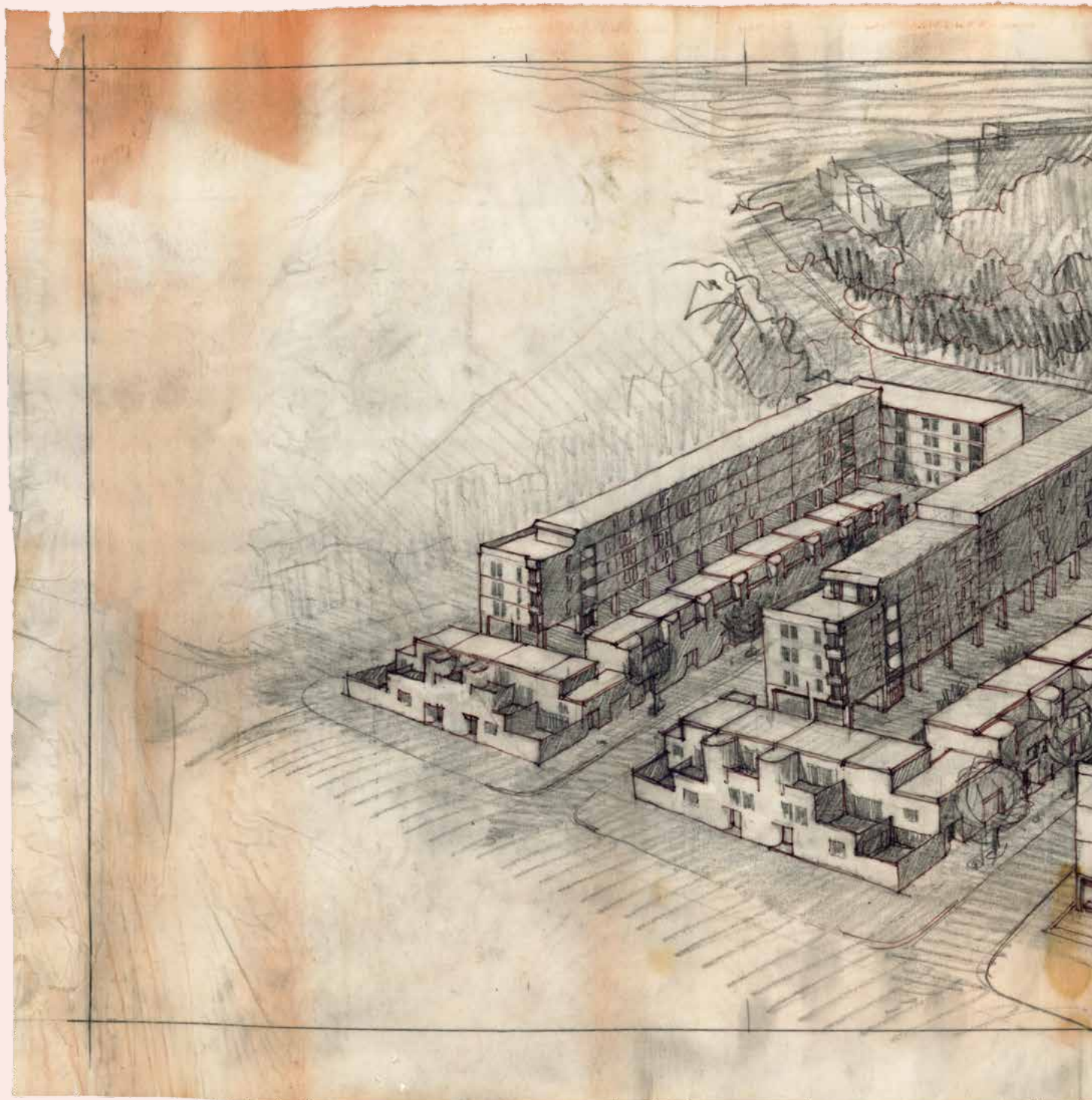
de Candilis, Josic e Woods para a nova cidade de Toulouse-le-Mirail. Dentro do mesmo ideário, Portas desenhou e edificou, em conjunto com Bartolomeu da Costa Cabral, a Célula C do Bairro de Olivais Sul (1959-1968), numa estruturação rizomática próxima do conceito de “cluster”, resgatado então dos enunciados teóricos do casal Smithson.

Nenhuma outra obra apontou mais no sentido dessa “clusterização” de formas e funções do que o conjunto da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Lisboa, projeto que Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira venceram em concurso lançado em 1961. Ao estabelecer um percurso público no interior do conjunto, ligando volumes, ambientes, escalas e materialidades distintas, esta obra integrou-se naturalmente no tecido oitocentista das Avenidas Novas de Lisboa. O conjunto venceria o Prémio Valmor em 1975, e seria classificado como Monumento Nacional em 2010.

No seu livro de 1969, Portas introduziria ainda outro conceito de clara filiação estruturalista: a condição “meta” no projeto do edifício, mas sobretudo da cidade: “meta-projeto”, “meta-programa”, “meta-linguagem”. Consciente da diversidade multi-autoral, multi-escalar e multi-vivencial do universo urbano, Portas colocou-se na posição de um estruturador, ou de um “arruador” da cidade, como gostava de se autodenominar. O plano-projeto que desenvolveu com Nuno Teotónio Pereira, João Paciência e Pedro Botelho, para o Bairro do Restelo (1970-1975), permitiu a criação de uma morfologia urbana estruturante, formada por uma sucessão de longos quarteirões perimetrais, aberta ao contributo de outros autores arquitetos, tal como ocorreu nas décadas seguintes.

A política e a prática democrática

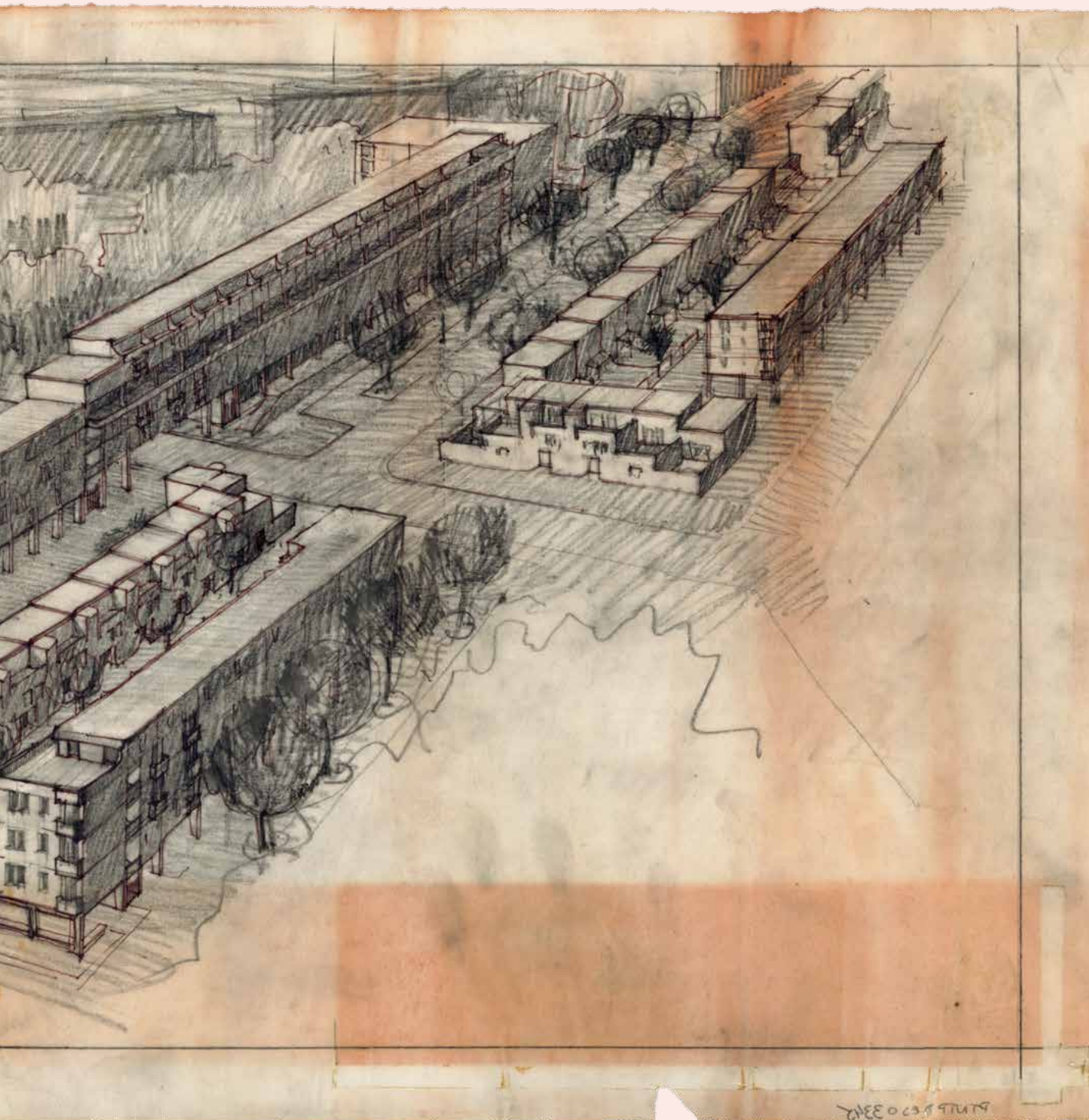
Com o eclodir da Revolução de 25 de Abril de 1974, Nuno Portas teve a oportunidade de transformar as suas reflexões e práticas projetuais em políticas, nelas cruzando, em certo sentido, todos os conceitos que descrevemos. Enquanto Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, entre 1974 e 1975, Portas lançou uma série de programas de planeamento participado e de realojamento habitacional, entre os quais o aclamado Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), no âmbito do Fundo de Fomento da Habitação (FFH). No programa SAAL, residia o desejo de que o determinismo tecnocrático do Urbanismo Moderno (de cima-para-baixo) desse lugar à autodeterminação cívica na apropriação, e até na auto-construção do Habitat (de baixo-para-cima).



O SAAL envolveu diversas associações de moradores existentes ou formadas no calor revolucionário, garantindo o seu apoio ambulatorio por parte de arquitetos, assistentes sociais e juristas, então reunidos em brigadas de intervenção. Esta metodologia participativa coincidia, em muitos aspetos, com aquela defendida por Giancarlo de Carlo nesse mesmo período. No entanto, Nuno Portas alargava o conceito

de “participação” à escala urbana e ao “direito à cidade” – para resgatar o ensaio de Henri Lefebvre de 1968 –, instaurando um dos mais curtos, mas também mais peculiares processos de Democracia participativa jamais vividos em Portugal.

Um terceiro grande contributo de Nuno Portas envolveu a cultura urbanística portuguesa e teve lugar no final da década de 1970, período a partir do qual



Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira, João Paciência e Pedro Botelho, Perspetiva do Plano-projeto do Bairro do Restelo, EPUL, 1970-1975 (Arquivo pessoal de Nuno Portas).

traçou a sua definitiva carreira de “homem político”, aqui entendida no sentido do planeamento e da gestão da Polis. Para Portas, era importante que a jovem Democracia portuguesa conseguisse gerar um escol de técnicos municipais qualificados e apoiados por uma normativa inovadora e eficaz. Nesse sentido, e assessorando diversas instituições governamentais e municipais, Nuno Portas ajudou a implementar novas

políticas e práticas de planeamento – como a definição dos Planos Diretores Municipais ou a criação dos Gabinetes Técnicos Locais – visando um maior protagonismo para as decisões e ações de âmbito local.

Ao longo da década seguinte, e não querendo permanecer apenas na retaguarda, Nuno Portas experimentou, ele mesmo, esse seu extenso trabalho normativo, enquanto coordenador ou consultor de



diversos Planos Diretores Municipais – Évora, Vila Viçosa, Lisboa, Matosinhos, Vila do Conde, Famalicão, Santo Tirso, Guimarães –, e, já no final da década de 1980, enquanto Vereador eleito para o Pelouro do Urbanismo da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, onde dirigiu o PDM do próprio concelho.

Vivendo os dois lados da gestão urbana, Nuno Portas foi criando uma abundante reflexão crítica sobre as sucessivas gerações de PDM, ou sobre a inócuca “cascata” de Planos de Urbanização e de Planos de Pormenor, impostos pela burocracia jurídica, um pouco por todo o país; conduzindo, deste modo, um processo de autoavaliação prática dos seus próprios contributos teóricos, muito pouco usual nos grandes pensadores portugueses com influência política.

Olhar a cidade para lá dos centros históricos

O derradeiro contributo conceptual de Nuno Portas deu-se a partir do final da década de 1980, quando este ultrapassa a valoração dos centros históricos, da cidade densa e canónica, para pensar o espaço “extensivo” ou “difuso” – afinal, a periferização urbana que define o ADN do território contemporâneo



português (e não só). A sua investigação sobre a urbanização do Noroeste Peninsular, e do Vale do Ave em particular – a partir de sucessivos trabalhos realizados no Centro de Estudos da Arquitetura e Urbanismo da FAUP, recentemente renomeado “Centro de Estudos Nuno Portas” – fê-lo partilhar referências com outros autores europeus. Destaca-se, em particular, o sociólogo francês François Ascher na sua perspetiva do urbano como “hipertexto” (formado por sucessivos layers e texturas) ou como “metapole” (gerado “em

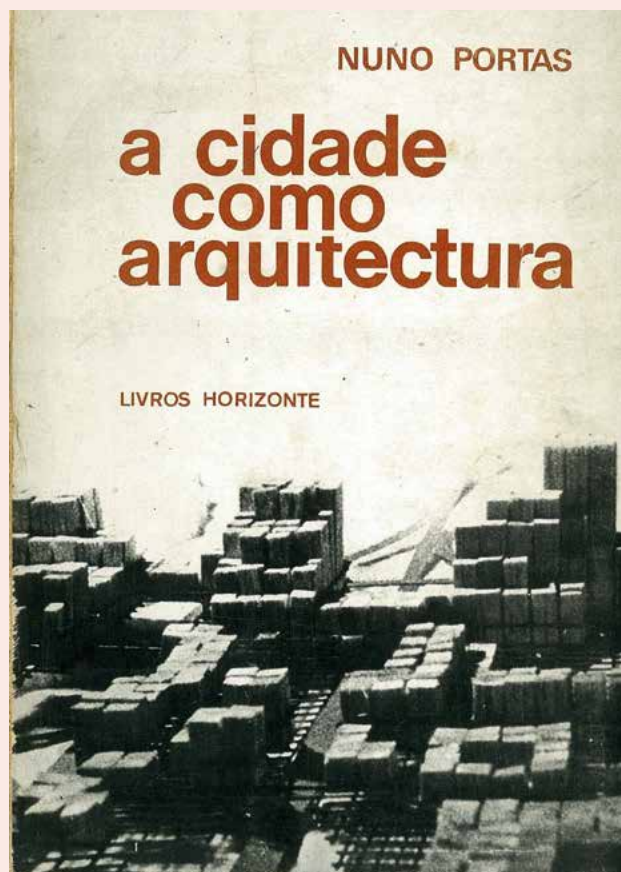


"Consciente da diversidade multi-autoral, multi-escalar e multi-vivencial do universo urbano, Portas colocou-se na posição de um estruturador ou de um 'arruador' da cidade, como gostava de se autodenominar."

Página ao lado, em cima: Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira (et al.), Igreja do Sagrado Coração de Jesus, 1961-1974 (Fotografia de Márcia Lessa)

Página ao lado, em baixo: Nuno Portas numa reunião com moradores, SAAL-Norte, 1974 (Arquivo pessoal de Sérgio Fernandez).

Em baixo: Nuno Portas, Livro *A Cidade como Arquitectura*, Livros Horizonte, 1969



rede", por distinção com o centralismo da metrópole). Este foi o ideário através do qual Nuno Portas investigou o espaço urbano português, estando na base conceptual dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), da Região Norte e da Região Centro, desenvolvidos no Centro de Estudos da FAUP.

Nas primeiras décadas do século XXI, Nuno Portas foi convidado, pela Fundação Calouste Gulbenkian, a desenvolver uma leitura da evolução das Políticas Urbanas em Portugal. Como resposta, e juntando dois coautores, o geógrafo Álvaro Domingues e o arquiteto João Cabral, publicou dois relatórios em forma de livro – *Políticas Urbanas I e II*, ambos editados pela FCG, respetivamente em 2003 e 2011⁸ –, duas "obras abertas" que não encerram, antes desafiam o pensamento científico e o debate político sobre a cidade contemporânea em Portugal.

Ser Urbano

Como referi no início deste texto, Nuno Portas foi sempre um verdadeiro "ser urbano" – no seu pensamento, na sua ação crítica, na sua urbanidade – semeando e colhendo ideias seminais e inovadoras; as quais, ao contrário do que muitos pensam, nunca o fizeram desconsiderar a arquitetura enquanto disciplina. Bem pelo contrário, Nuno Portas apenas nos ensinou que existem, afinal, inúmeras formas de se ser arquiteto e de se pensar o espaço em que vivemos.

Referências:

¹ Refiro-me a passagens de:

Nuno Grande (2012), "O Ser Urbano no Labirinto de Espelhos". In *O Ser Urbano. Nos Caminhos de Nuno Portas*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda/Guimarães 2012, Capital Europeia da Cultura, pp. 87-107

Nuno Grande (2022), "Nuno Portas (biografia)". In André Carmo (ed.) *Espaço, Lugar e Território: Figuras do Pensamento Português Contemporâneo*. Lisboa: Afrontamento, pp. 319-328

² Nuno Portas (1959), "A responsabilidade de uma novíssima geração no movimento moderno em Portugal", *Arquitectura*, n.º 66, pp. 13-14

³ Nuno Portas (1970), "Prefácio à edição portuguesa de História da Arquitectura Moderna", in Bruno Zevi (ed.) *História da Arquitectura Moderna*, Lisboa: Editora Arcádia, pp. 59-60

⁴ Nuno Portas. (1973), "A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação" in Bruno Zevi (ed.) *História da Arquitectura Moderna*, Volume II. Lisboa: Editora Arcádia, pp. 687-738

⁵ Nuno Portas (2004), *A habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura* [CODA de 1959]. Porto: Edições FAUP

⁶ Nuno Portas (1964), *A Arquitectura para Hoje*. Lisboa: Sá da Costa Editor

⁷ Nuno Portas (1969), *A Cidade como Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte

⁸ Ver:

Nuno Portas; Álvaro Domingues; João Cabral (2003), *Políticas Urbanas I: Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Nuno Portas; Álvaro Domingues; João Cabral (2011), *Políticas Urbanas II: Transformações, regulações e projectos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian



Encontro da Rede Tagus no CiTUA - Centro para a Inovação em Território Urbanismo e Arquitetura, IST

DESAFIOS DA REDE TAGUS – SECÇÃO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO

Por **ALEXANDRA PAIO** e **PEDRO NOVO**

Fotografia **ALEXANDRA PAIO**

A Rede Tagus, promovida pela Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Ordem dos Arquitectos (RLVT), afirma-se como uma plataforma de reflexão e ação coletiva sobre os grandes desafios urbanos e territoriais da região. Nascida do desejo de aproximar centros de investigação, práticas profissionais e instituições públicas, a rede tem procurado construir um espaço de diálogo transdisciplinar capaz de responder a questões centrais como a habitação, o ordenamento do território, a mobilidade e a coesão regional. Contudo, a sua missão – ambiciosa e necessária – tem revelado um conjunto de desafios que espelham a própria complexidade do contexto onde atua.

A região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) concentra uma multiplicidade de realidades: grandes centros urbanos, áreas suburbanas em expansão e territórios rurais marcados pelo despovoamento. Esta diversidade territorial, social e económica impõe uma enorme complexidade à gestão urbana e à formulação de políticas públicas coerentes. A Rede Tagus surgiu precisamente para articular estas dimensões, promovendo o encontro entre saberes e experiências que, embora distintos, partilham um mesmo território.

Entre os principais desafios enfrentados pela rede destaca-se, em primeiro lugar, o da governança institucional. A RLVT abrange 52 municípios, cada um com especificidades, instrumentos urbanísticos e capacidades técnicas próprias. Esta fragmentação dificulta

a coordenação intermunicipal e a implementação de políticas conjuntas. A Rede Tagus procura funcionar como mediadora entre estes níveis de decisão, mas o seu sucesso depende de um equilíbrio delicado entre autonomia crítica e colaboração institucional. Acresce a necessidade de garantir meios e recursos para assegurar a continuidade das atividades – algo nem sempre garantido num contexto de orçamentos limitados.

Outro desafio essencial é o diálogo entre investigação e prática. A rede reúne investigadores, arquitetos, técnicos municipais e decisores políticos, cada um com linguagens, ritmos e expectativas distintas. Traduzir investigação em ação, e ação em conhecimento aplicável, requer processos de mediação que transformem conceitos em instrumentos. A diversidade territorial da região amplia esta dificuldade: o que é adequado a uma cidade ou comunidade intermunicipal pode não ser replicável noutra. Assim, a Rede Tagus tem procurado desenvolver abordagens diferenciadas, respeitando as particularidades locais sem perder uma visão de conjunto.

No campo da habitação, a rede tem concentrado esforços na promoção de modelos alternativos de acesso e gestão, como as cooperativas ou as comunidades de uso. Estes modelos, amplamente debatidos em encontros e publicações da Ordem, enfrentam barreiras estruturais significativas: a escassez e o preço do solo urbano, a ausência de instrumentos financeiros adequados e a falta de um enquadramento legal claro. A estes obstáculos

somam-se resistências culturais ainda muito enraizadas numa visão da habitação como bem de propriedade individual, e não como um direito coletivo.

A escala territorial constitui outro ponto de tensão. A expansão metropolitana, a pressão imobiliária e a mobilidade pendular afetam profundamente o equilíbrio urbano e ambiental da região. Projetos de habitação cooperativa ou de regeneração comunitária exigem boas infraestruturas de transporte, acesso a serviços e integração com redes de emprego e cultura. A Rede Tagus tem sublinhado a necessidade de pensar a habitação em articulação com políticas de mobilidade e planeamento territorial, num quadro verdadeiramente regional e sustentável.

A comunicação e mobilização social são igualmente decisivas. Nenhum projeto de transformação urbana é bem-sucedido sem a participação informada e ativa das comunidades. A Rede Tagus tem procurado desenvolver um discurso inclusivo, capaz de envolver cidadãos, associações locais e coletivos na construção de soluções partilhadas. No entanto, continua a ser necessário reforçar estratégias de comunicação acessíveis e consistentes, que valorizem o papel da arquitetura como instrumento de cidadania e de bem comum.

Apesar dos desafios, há sinais encorajadores. As sessões públicas da Rede Tagus, tem servido como plataforma de disseminação crítica das ideias e debates emergentes. realizadas em parceria com centros de investigação e autarquias, podem demonstrar a capacidade de gerar convergências entre prática, teoria e o impacto no território RLVT. Estas iniciativas mostram que é possível construir um pensamento coletivo sobre o território, baseado na cooperação e na responsabilidade partilhada.

O Grupo de Pensamento Crítico da Arquitetura tem um papel essencial na articulação com a exposição *“do Traço à Cidade”*. Num tempo em que o digital e o algorítmico parecem dominar o gesto de projetar, surge uma questão crucial: como pode o desenho, enquanto prolongamento da mão e da mente, permanecer como lugar de pensamento crítico, de reflexão e de descoberta na prática arquitetónica?

Esta interrogação, central ao fazer arquitetónico, assume particular relevância no contexto da Rede Tagus, onde coexistem gerações, escolas e metodologias diversas. O desenho, entendido não apenas como técnica de representação, mas como instrumento cognitivo e expressivo, mantém uma função insubstituível na produção de conhecimento espacial. É através dele que o arquiteto pensa, ensaia e descobre – um ato de

resistência face à automatização crescente do processo projetual.

Nesta perspetiva, a Rede Tagus pode também ser entendida como um espaço de reencontro com o gesto e com o olhar, um território de partilha onde o desenho manual e o digital se cruzam e se interrogam mutuamente. A reflexão sobre o papel do desenho na prática contemporânea permite recuperar uma dimensão sensível da arquitetura – aquela que emerge da experiência direta do corpo, do território e da matéria. Ao promover encontros, exposições e publicações, a rede contribui para revalorizar esta dimensão poética e crítica, essencial à formação e à prática profissional.

Considerando ainda a diversidade de linguagens visuais e técnicas de representação presentes nos ateliers da região, importa questionar: como pode este mapeamento coletivo contribuir para a construção de uma identidade crítica da arquitetura contemporânea em Lisboa e Vale do Tejo? A pluralidade de abordagens que caracteriza o panorama arquitetónico da RLVT – das práticas experimentais às intervenções de grande escala – constitui um património vivo e em transformação. Através de um mapeamento crítico, a Rede Tagus pode revelar conexões, genealogias e continuidades que escapam a olhares fragmentados.

Este exercício de reconhecimento não visa uniformizar, mas antes valorizar a diferença, entendendo a arquitetura como campo de interrogações partilhadas. A identidade contemporânea da arquitetura na região não deve ser pensada como estilo ou marca, mas como uma atitude – crítica, situada e solidária – perante o território e os seus desafios. O mapeamento que a Rede Tagus propõe é, por isso, simultaneamente um gesto político e pedagógico: convida à leitura do território como texto coletivo, à construção de uma memória ativa das práticas e à abertura de novos horizontes de investigação e criação.

O futuro da Rede Tagus dependerá da sua capacidade de consolidar esta estrutura colaborativa e de transformar reflexão em ação. Reforçar mecanismos de governança flexíveis, fomentar projetos-piloto que testem soluções inovadoras, criar pontes entre academia e prática e envolver as comunidades na definição de prioridades são passos fundamentais. Mais do que um projeto institucional, a Rede Tagus representa um laboratório vivo de experimentação territorial, social e cultural – um espaço onde se ensaia uma nova forma de pensar e fazer cidade, com os arquitetos no centro de um processo de transformação coletiva e democrática.

EXPOSIÇÃO DO TRAÇO À CIDADE

O DESENHO COMO LUGAR DE ENCONTRO

Por **REDAÇÃO**

Fotografia **NUNO ALMENDRA**

Durante um mês, a exposição *do Traço à Cidade* transformou a Sala das Massas do Beato Innovation District num espaço vivo de reflexão sobre a arquitetura contemporânea produzida em Lisboa e no Vale do Tejo. Mais do que uma mostra, esta iniciativa da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Ordem dos Arquitectos afirmou-se como um lugar de encontro entre arquitetos, estudantes e público, tendo o desenho como linguagem comum e ponto de partida para pensar a cidade.

Reunindo 146 peças gráficas de ateliês e arquitetos da região, a exposição revelou a diversidade de práticas, escalas e intenções que hoje caracterizam a prática profissional. Cada participante foi convidado a apresentar um desenho em formato A4, livre e autoral, capaz de traduzir o seu modo de pensar o projeto arquitetónico. O resultado foi um conjunto singular de registos que expõem o desenho não apenas como representação final, mas como instrumento de investigação, dúvida e antecipação.

Ao longo das semanas, o espaço expositivo foi continuamente ativado por visitas, aulas de desenho, escolas e universidades, confirmando o interesse em compreender como nasce o pensamento arquitetónico e como o desenho – manual ou digital – continua a ocupar um lugar central nesse processo. A energia sentida em cada encontro reforçou uma ideia essencial: quando a arquitetura se abre, torna-se mais próxima,



mais compreensível e mais relevante para a sociedade.

A exposição propôs-se, de forma clara, a cruzar tradição e vanguarda, sublinhando as profundas transformações nos processos de representação arquitetónica. Do esboço a lápis, carvão ou aguarela ao desenho técnico assistido por computador, da modelação tridimensional à realidade aumentada, da impressão 3D às mais recentes aplicações da inteligência artificial, o percurso apresentado evidenciou como as ferramentas evoluem sem substituir o papel central do desenho enquanto ato fundador do pensamento arquitetónico.







Dois momentos de conversa marcaram de forma especial este percurso. A 12 de novembro, João Luís Carrilho da Graça e Gonçalo Byrne refletiram sobre O Desenho no Território, sublinhando a natureza transversal da disciplina. Gonçalo Byrne afirmou que a arquitetura “nunca foi uma ciência pura”, sendo antes “a forma mais holística de conhecimento”, acrescentando que é uma disciplina que cruza vários saberes, “especialmente a história, porque é a disciplina que fala do tempo”.

Sobre as novas ferramentas, Carrilho da Graça foi crítico quanto ao papel da inteligência artificial, referindo que esta “reproduz banalidades” e dificilmente concretiza “os sonhos” associados à arquitetura. Byrne reconheceu, contudo, a sua principal vantagem: “a velocidade” do processo, ainda que sublinhando que a IA é, “por enquanto, manipulada pelos homens”.

No encerramento da exposição, o diálogo entre o arquiteto Ricardo Bak Gordon e o artista Pedro Cabrita Reis trouxe uma outra perspetiva sobre o desenho enquanto prática contínua. Cabrita Reis destacou o impacto do conjunto exposto, afirmando: “*Há aqui dezenas de desenhos maravilhosos, todos eles têm o encanto de materializar a ambição, mesmo política, de dar forma à cidade e aos lugares em que as pessoas estão umas com as outras, e com as contradições sociais e económicas.*”

Ricardo Bak Gordon sublinhou os “níveis de leitura” do desenho antecipatório no processo projetual, afirmando-o como “*ferramenta fundamental*”, desde o esboço ao desenho técnico, que descreveu como

“*uma pauta de música*”. Identificando-se particularmente com o desenho enquanto investigação, referiu: “*A ideia do desenho de investigação é aquela com que me identifico, feito num rolo, numa folha de papel de 60 por 70, onde desenho com a mesma intensidade e técnica um pormenor à escala de um para um ou uma intervenção territorial.*”

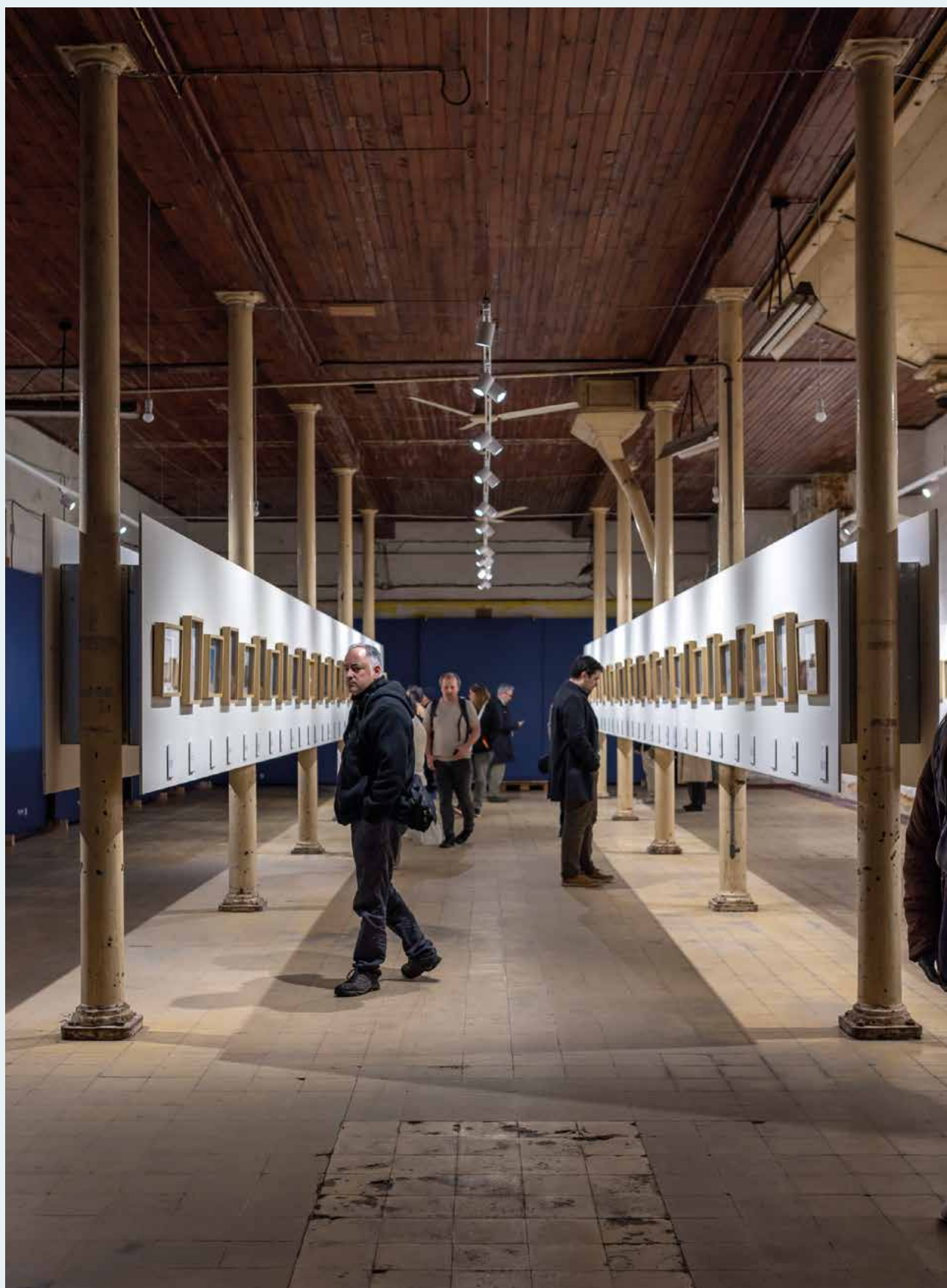
Moderadas por Pedro Novo, presidente da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, as conversas reforçaram o carácter coletivo da exposição. Para o arquiteto, do *Traço à Cidade* constituiu “*um momento coletivo de agregação dos ateliês da Grande Lisboa e Vale do Tejo, uma ocasião rara de ecletismo projetual e de leitura da riqueza da atividade dos gabinetes de arquitetura, como se tratasse de um caleidoscópio.*”

Visitada por mais de duas mil pessoas, do *Traço à Cidade* contou ainda com o envolvimento de 46 voluntários, todos estudantes de arquitetura das diferentes faculdades de Arquitetura da região, que acompanharam diariamente a exposição. O encerramento coincidiu com o lançamento do catálogo, prolongando no tempo o registo desta primeira edição.

As 146 peças gráficas da exposição representam um momento estruturante para a Ordem dos Arquitectos, ao constituírem, a partir de agora, um acervo documental que fixa a diversidade de práticas e linguagens da arquitetura contemporânea. Este conjunto permite construir memória, não apenas da geração atual, mas também em diálogo com as anteriores, afirmando a continuidade, a transformação e a riqueza do pensamento arquitetónico ao longo do tempo.











Matching
our nature.



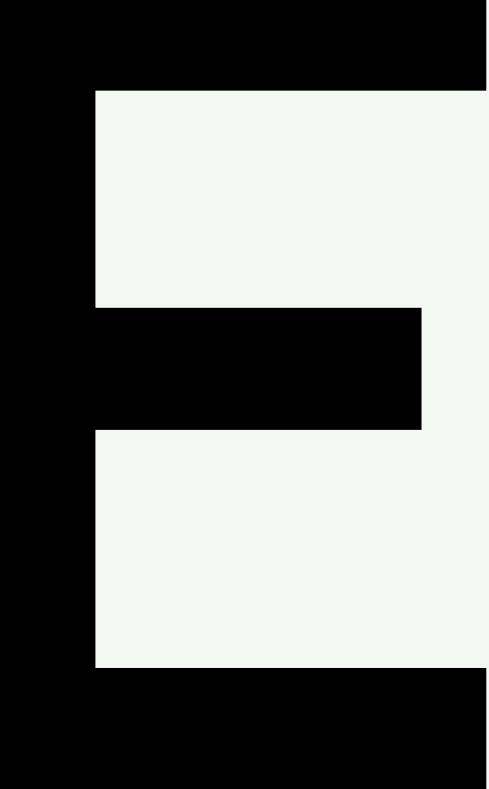
innovus[®]
Decorative Products

Novos decorativos
que realçam
a estética
e a funcionalidade
dos espaços.



www.sondaearauco.com

A brand of
**SONAE >
ARAUCO**



ENSINO, PROFISSÃO E IDENTIDADE DISCIPLINAR DA ARQUITETURA EM PORTUGAL

Por **TERESA MADEIRA DA SILVA** | ARQUITETA E PROFESSORA ASSOCIADA COM AGREGAÇÃO NO ISCTE-INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA
Fotografia **NUNO ALMENDRA**

A identidade disciplinar da arquitetura em Portugal construiu-se historicamente numa relação estreita entre o ensino e a prática profissional, marcada por sucessivas transformações institucionais e pedagógicas. Questionar essa identidade implica, por isso, analisar criticamente os modos como a arquitetura tem sido ensinada e regulada, bem como os pressupostos que definem os seus atos próprios enquanto profissão.

Desde a sua origem, o ensino da arquitetura em Portugal desenvolveu-se, até 1989, no seio das Academias de Belas Artes de Lisboa e do Porto, fundadas em 1836. Integradas em Escolas de Belas Artes, estas instituições consolidaram um modelo de ensino que valorizava a dimensão artística da arquitetura e a aprendizagem por transmissão direta do *Mestre*, num contexto em que a docência se articulava intimamente com a prática profissional. Durante mais de um século, com pequenas variações, o ensino da arquitetura manteve-se associado à tradição do ensino artístico, afirmando uma identidade própria à margem do ensino politécnico e universitário, caracterizada por um percurso formativo longo.

A reforma de 1957 introduziu uma rutura significativa ao promover a transição do sistema *beaux-arts*

para um modelo designado universitário, reorientando o ensino da arquitetura nas suas vertentes pedagógica, cultural e de investigação. Esta mudança refletia a intenção de conferir maior peso científico à formação, através da integração de disciplinas provenientes de outras áreas do conhecimento, tornando a aprendizagem mais técnica e menos artística (Figueira, 2002: 31). As consequências desta reforma ultrapassaram a mera reorganização curricular, incidindo diretamente sobre as questões identitárias da disciplina, que passaram a ser objeto de debate recorrente, expressando-se na interrogação persistente sobre os limites da arquitetura e sobre os atos próprios da profissão de arquiteto.

A partir da década de 1960, observa-se, nas escolas de Lisboa e do Porto, uma contestação crescente aos pressupostos da reforma de 1957, reforçando-se a importância da formação social do arquiteto. Estudantes e professores envolveram-se ativamente na reorientação dos cursos, num movimento que ganha particular expressão após a Revolução de 1974. A incorporação explícita de preocupações sociais, humanistas e, em certa medida, políticas na prática e no ensino da arquitetura voltou a colocar em causa a identidade disciplinar, questionando a figura do arquiteto-artista e



ampliando o seu campo de intervenção. Apesar disso a profissão do arquiteto assentava essencialmente na prática de projeto em atelier, sendo o número de arquitetos reduzido.

Em 1979, com a criação das Faculdades de Arquitetura de Lisboa e do Porto, consuma-se a separação institucional das Belas Artes e consolida-se o sistema universitário, enquadrado por um regime geral de progressão académica. Esta transição formaliza o afastamento das Belas Artes e reforça a integração da arquitetura no ensino universitário, acompanhada pela introdução dos *numerus clausus* no ensino superior. Na década de 1980 verificam-se mudanças na orientação pedagógica de cada um dos cursos: em Lisboa, “com as incursões pós-modernas e uma certa dispersão em termos de didática” (Pinto, 2015: 55); e no Porto, “com o crescente reconhecimento da Escola do Porto, quer em torno da obra de Álvaro Siza, quer em torno da construção de um legado histórico e metodológico” (idem: 55).

Com a entrada na década de 1990, as escolas de Arquitetura de Lisboa e do Porto preparam a mudança

das suas instalações, concretizada em Lisboa em 1993 e no Porto em 1994. Paralelamente, verifica-se uma rápida multiplicação de cursos de arquitetura, criando alternativas às duas escolas históricas. Entre 1980 e 2000, o número de estudantes passou de cerca de 1.800 para 9.000, e, no ano 2000, existiam já dezanove cursos de arquitetura distribuídos por universidades públicas e privadas (Graça Dias, 2001: 3). Este crescimento reacendeu a preocupação com a identidade disciplinar no ensino da arquitetura e o número de arquitetos formados aumentou consideravelmente.

No início dos anos 2000, pela primeira vez, a Ordem dos Arquitetos introduz um regime de admissão mais exigente, distinguindo entre cursos acreditados e reconhecidos, e condicionando o acesso à profissão à realização de estágio e, em alguns casos, à prestação de provas de admissão. Estas medidas reforçaram o papel regulador da Ordem na definição da profissão, ao mesmo tempo que intensificaram o debate sobre a articulação entre o ensino e o exercício profissional. Com a criação, em 2007, da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES),



o Estado assume um papel central na avaliação e acreditação do ensino superior, no contexto da implementação do Processo de Bolonha. Em consonância com práticas europeias de referência, as escolas portuguesas optaram pelo Mestrado Integrado como via de acesso à profissão, reconhecendo o carácter experimental da disciplina e a necessidade de um número alargado de horas de contacto associadas à prática projetual.

A crise financeira entre 2008 e 2011, aliada ao aumento do número de diplomados, impulsionou a diversificação do exercício profissional, abrindo espaço a atividades para além do tradicional trabalho de atelier. As chamadas “práticas emergentes”, adotando a expressão de Luís Santiago Baptista para caracterizar a produção de “jovens arquitetos portugueses em tempos de crise” (Baptista, 2014: 20), introduziram novas dimensões culturais, sociais, éticas e políticas na atuação do arquiteto, com impactos diretos no ensino do projeto. Em resposta, alguns cursos reformularam os seus currículos, integrando, nas unidades curriculares de Projeto, temas como responsabilidade

social, processos participativos, igualdade de género, adaptação às alterações climáticas, sustentabilidade e, mais recentemente arquitetura circular, reafirmando o compromisso da arquitetura com a vida coletiva e o território.

Apesar destas transformações, o ensino da arquitetura mantém um núcleo identitário assente no pensamento crítico, na experimentação e na capacidade de renovação, preservando, em certa medida, a dimensão artística da disciplina. As escolas de arquitetura continuam a afirmar-se como espaços privilegiados de reflexão crítica, conscientes de que o futuro da disciplina se constrói no cruzamento entre o saber específico da arquitetura e o diálogo com outros campos do conhecimento.

Atualmente, as transformações tecnológicas, ambientais e sociais impõem uma nova reconfiguração dos modos de projetar e intervir. A integração das transições ecológica e digital – incluindo o uso da inteligência artificial, no ensino e na prática obriga a repensar o papel do arquiteto enquanto mediador entre natureza, tecnologia e sociedade. A crescente



“A crescente complexidade dos processos de projeto exige novas formas de trabalho colaborativo, bem como uma literacia técnica e ambiental mais aprofundada.”

complexidade dos processos de projeto exige novas formas de trabalho colaborativo, bem como uma literacia técnica e ambiental mais aprofundada.

Apesar disso, permanecem duas ideias fundamentais: por um lado, a valorização da relação pedagógica professor-aluno, reconhecendo o estudante como agente ativo do processo de aprendizagem; por outro, a centralidade da metodologia de projeto enquanto prática pedagógica indissociável do exercício profissional e artístico. Neste contexto, a pedagogia de John Dewey, desenvolvida em *Experiência e Educação* (1938), teve um impacto duradouro no ensino da arquitetura, ao afirmar a aprendizagem pela experiência – sintetizada na expressão *aprender fazendo* – como fundamento de uma educação progressista (Dewey, 1997: 3), método que “cedo se popularizou nas escolas de Arquitectura, porque conceptualizava um modo antigo e intemporal de aprender Arquitectura” (Canto Moniz, 2011: 23) e que ainda hoje permanece.

O desígnio do ensino da arquitetura é, assim, formar arquitetos críticos, responsáveis e criativos, capazes de atuar num mundo incerto e em permanente mudança, com plena consciência do impacto social, cultural e ambiental das suas decisões. Este objetivo concretiza-se através de uma pedagogia aberta, que valoriza o pensamento crítico, a investigação aplicada e a experimentação como motores da renovação disciplinar, mantendo a relação estreita entre o ensino e a prática profissional. Neste quadro, as escolas de arquitetura e a Ordem dos Arquitetos enfrentam o

desafio – e a oportunidade – de se afirmarem como instituições mediadoras e catalisadoras das transformações em curso, impulsionadas pelas agendas ambientais, digitais e sociais que moldam o futuro da arquitetura. A promoção do diálogo, da regulação e da experimentação entre o ensino, a prática profissional e a sociedade, patente no 17.º Congresso dos Arquitetos (novembro de 2025), onde o diálogo com as escolas e o reconhecimento do papel central da investigação académica foram passos fundamentais nesse processo. Manter viva a dimensão humanista da arquitetura, ao mesmo tempo que se assume a sua renovação técnica e conceptual, constitui o núcleo de um desígnio exigente e incontornável.

Referências:

- BAPTISTA, L. S. (2014). “práticas-emergentes.pt. Jovens arquitetos portugueses em tempos de crise”, *Revista arqa – Arquitetura e Arte*, 114, pp.20-21
- CANTO MONIZ, G. (2011). *O Ensino Moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*. Tese de Doutoramento, Coimbra, Departamento de Arquitectura – Faculdade de Ciências e Tecnologias – Universidade de Coimbra.
- DEWEY, J. (1938), [1979] *Educação e Experiência*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- FIGUEIRA, J. (2002). *Escola do Porto: Um Mapa Crítico*. Departamento de Arquitectura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- GRAÇA DIAS, M. (2001), Editorial. O País dos Professores. J-A, *Jornal Arquitetos, Faire École* 1, n. 201, p.3. Lisboa: Ordem dos Arquitetos.
- PINTO, P. (2015). *O Lugar do Projeto. O Ensino da Arquitectura e a Adequação Portuguesa ao Processo de Bolonha (2006-2014)*. [Tese de Doutoramento em Arquitectura]. Lisboa: Iscte – Instituto Universitário de Lisboa.



NÉLSON TAVARES

SECRETARIADO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO

É uma das faces do atendimento aos membros na sede da Ordem. Deposita especial cuidado nas palavras com que dialoga com as questões que arquitetas e arquitetos desejam ver resolvidas. Com a desenvoltura de um longo trajeto na comunicação pessoal, e a ligação próxima que estabelece, cria laços duradouros que ligam membros e instituição.

Por **REDAÇÃO**

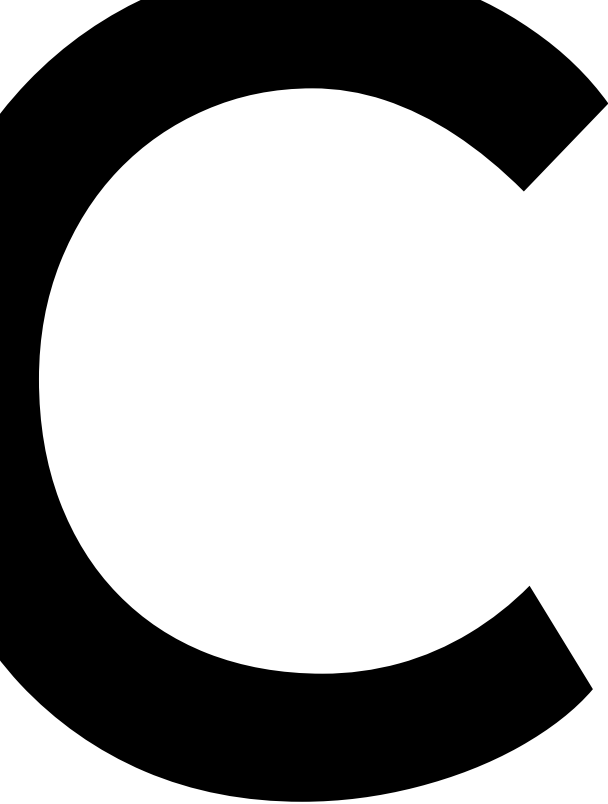
Fotografia **NUNO ALMENDRA**

“Você é que é o Nélsom?” Arquitetas e arquitetos reconhecem de cor a voz ao telefone, mas têm especial prazer em conhecer diretamente um dos trabalhadores da “frente da casa”. Mesmo com a modernização dos serviços digitais através do Portal dos Arquitectos (a partir de 2014), o contacto direto e por telefone com os membros continua a ser elementar para esclarecer dúvidas e ajudar a navegar no Portal. “*Muitos arquitetos privilegiam o tratamento pessoal. É um serviço que prestamos e um estreitamento dos laços, reveladores da necessidade de não falarmos consecutivamente com máquinas*”. Nélsom Tavares, 46 anos, é um homem de experiências e ofícios múltiplos. Começou cedo como ajudante de pasteleiro, foi operador durante as noites numa gasolinera, trabalhou no atendimento e legalização de estrangeiros na antiga Inspeção-Geral do Trabalho, foi operador de call center e técnico de contabilidade, antes de pôr o seu currículo no site do IEFP e ser chamado para a entrevista que determinou o lugar no departamento da Secretaria da Ordem (2009).

O serviço de atendimento aos membros possibilitou conhecer as áreas de intervenção da instituição e o cruzamento dos vários saberes que é preciso dominar. Nélsom Tavares tem especial cuidado no uso e moderação das palavras, que procura como se em cada caso fizesse depender delas a ligação pessoal dos profissionais à Ordem. A afeição e estima dos arquitetos, que se manifesta no prazer do diálogo e mesmo em presentes simbólicos, atestam a entrega às tarefas diárias. “*Gosto muito do que faço aqui, do contacto com as pessoas e especificamente de auxiliar na resolução das questões, o que busco com a cortesia que representar a instituição exige.*”

Formado com o Curso Tecnológico de Administração e o Curso de Contabilidade da Câmara de Comércio Luso-Alemã, pensa frequentemente nas áreas que aprecia, contabilidade, publicidade e marketing, como fontes para futuros aprofundamentos das suas competências.

Já as primeiras e fortes impressões do edifício da Sede da Ordem, um projeto dos arquitetos Manuel Graça Dias e Egas José Vieira para um antigo balneário público, continuam inapagáveis na memória: “*Como é que me vou orientar neste labirinto?*”. Os anos de trabalho que leva na Ordem não só desfizeram esse enigma como transformaram a função que exerce num forte braço de apoio aos assuntos, dúvidas e angústias que os arquitetos necessitam constantemente desfazer.



CONCURSOS: DIFICULDADES FREQUENTES DOS CONCORRENTES

Por **CÉLIA MAIA**, ARQUITETA | VOGAL DO CONSELHO DIRECTIVO OA-SRLVT, **CÉLIA FARIA**, ARQUITETA | SERVIÇO DE ENCOMENDA OA-SRLVT e **HELENA ROCHA**, JURISTA

A encomenda pública de planos, projetos ou criações nos domínios da arquitetura é reconhecida como uma atividade de interesse público, recurso fundamental e transversal para qualificar o território, a paisagem e a arquitetura.

O âmbito de um concurso de conceção envolve a realização de dois procedimentos, por um lado, a seleção de trabalho, e por outro, a contratação de aquisição de serviços destinados à sua contratação. Sendo o concurso de conceção uma especialidade relativamente ao regime geral dos concursos públicos, tem por finalidade primordial “a seleção de um ou mais trabalhos de conceção ao nível do programa base” e por isso é um tipo de concurso focado na avaliação

da qualidade do projeto e mais exigente na formalização das propostas. Já o concurso público é um termo genérico para um processo de contratação pública.

O volume de concursos públicos lançados nos últimos anos refletiu uma forte aceleração na dinâmica do investimento público, tendo levado a um crescimento significativo da participação dos arquitetos e da OA-SRLVT. Esta realidade foi proporcional à identificação de dificuldades recorrentes, do ponto de vista do concorrente, que importam salientar e que correspondem a 4 momentos do concurso: a) preparação da proposta, b) submissão da proposta, c) avaliação da proposta e d) apresentação dos documentos de habilitação.



“O volume de concursos públicos lançados nos últimos anos refletiu uma forte aceleração na dinâmica do investimento público, tendo levado a um crescimento significativo da participação dos arquitetos e da OA-SRLVT.”

Formalização das propostas

Os trabalhos de concepção, por razões de comparabilidade, devem ter regras formais de composição que permita alguma uniformização e leitura por parte do Júri, considerando que só assim se permite uma avaliação justa e objetiva.

Estas regras centram-se essencialmente em formatos, quantidades e definição de elementos gráficos e escritos, e variam conforme o programa de intervenção e as condições impostas pela Entidade Adjudicante.

O não cumprimento das regras/requisitos das propostas num concurso público poderá dar lugar a exclusão. Os incumprimentos que se apresentam mais comuns são os seguintes:

- Formato dos painéis (não seguem as dimensões estabelecidas);
- Número de páginas dos cadernos (superior ao que é exigido);
- Omissão de elementos gráficos obrigatórios;
- Número de caracteres (em desconformidade com o previsto nas peças do procedimento);
- Composição da equipa projetista (omissão da identificação de técnicos).

Orientações da OA-SRLVT no âmbito das assessorias técnicas:

- a) Em todos os concursos a que presta assessoria, a utilização de apenas um formato de entrega com um número limite de páginas ou painéis e com uma exigência de conteúdos mínimos que permitam ao

Júri apreciar os trabalhos, tendo sempre o cuidado de não onerar a participação dos concorrentes com a entrega de elementos gráficos excessivos e limitadores.

- b) Quanto à composição da equipa projetista, o entendimento da OA-SRLVT é de que em fase de concurso só deve solicitada a identificação das especialidades com impacto na elaboração do trabalho de concepção. Não obstante, no Caderno de Encargos ser obrigatório constar todos os elementos da equipa projetista necessários à boa elaboração do projeto a desenvolver posteriormente, conforme dispõe o artigo 7.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.

Submissão na plataforma eletrónica

A heterogeneidade das plataformas eletrónicas certificadas existentes no mercado dificulta a submissão de propostas no âmbito do concurso de concepção, pois como este decorre sob anonimato, é obrigatório haver diferenciação entre os documentos do concorrente e os trabalhos de concepção.

Esta diferença é efetuada através da submissão em campos distintos ou ações específicas para cada ficheiro dependendo da plataforma.

No entanto, a forma de submissão com esta diferenciação é pouco intuitiva no uso da plataforma e conduz, muitas vezes, a uma incorreta submissão dos diferentes ficheiros incorrendo-se facilmente numa quebra de anonimato.

Orientações da OA-SRLVT no âmbito das assessorias técnicas:

Considerando que a utilização das plataformas para efeitos de submissão dos trabalhos/propostas é obrigatória na contratação pública, nos Termos de Referência dos concursos com o envolvimento da OA-SRLVT, essa situação encontra-se plasmada, e por isso alerta-se para o registo atempado nestas plataformas e que a submissão seja efetuada dentro do prazo conveniente para haver tempo para pedidos de esclarecimento junto da respetiva plataforma no sentido de clarificar qualquer dificuldade.

A OA-SRLVT já solicitou, por diversas vezes, uma reunião ao IMPIC, entidade que certifica as plataformas eletrónicas, por forma a se proceder a uma uniformização da tramitação, mas sem resposta até à data.

Documentos de habilitação

Em fase de entrega dos documentos de habilitação para determinada classe de obra, a certidão de coordenação de projeto é que se tem apresentado mais complexa, isto porque é necessário requerer à OA, uma certidão específica de coordenação de projeto, que deve ser acompanhada por documentos probatórios que atestem a experiência e capacidade técnica do membro para o efeito.

Orientações da OA-SRLVT no âmbito das assessorias técnicas:

No Termos de Referência dos concursos a que a OA-SRLVT presta assessoria, é sempre assinalado este enquadramento legal, alertando para a eventual necessidade da entrega de uma certidão específica.

Reclamações

Existem dois tipos de reclamações frequentes nos concursos de conceção, a) sobre a não concordância com a apreciação dos trabalhos de conceção efetuada pelo Júri, e b) sobre o incumprimento de questões formais das propostas apresentadas por outros concorrentes.

No entanto, deve considerar-se que num concurso de conceção, depois de conhecida a identidade dos concorrentes, a hierarquização dos trabalhos não pode ser alterada, visto que o Relatório de Júri é técnico-vinculativo para a Entidade Adjudicante.

Por este motivo, qualquer reclamação sobre a apreciação dos trabalhos realizada pelo Júri traduz-se num recurso hierárquico que não tem qualquer efeito prático.

Nos concursos de conceção sujeitos a anonimato, a figura do Relatório Preliminar não existe e por isso no caso de se confirmar que existiram irregularidades, esta levará obrigatoriamente à anulação do concurso e à extinção do mesmo.

Orientações da OA-SRLVT no âmbito das assessorias técnicas:

A OA-SRLVT defende sempre que o critério de exclusão deve incidir, essencialmente, sobre vícios invalidantes dos trabalhos, minorando-se a presença de vícios formais não invalidantes.

Assim, devem ser admitidos os trabalhos que apresentem todos os requisitos que se considerem essenciais para a avaliação, desde que estejam, devidamente fundamentados no Relatório Final.



"A OA-SRLVT, pela experiência que tem na assessoria às Entidades Adjudicantes neste tipo de procedimento, tem identificado padrões recorrentes de erro – desde formatos desajustados a omissões formais – e defende maior uniformização das plataformas"

Conclusões

Face ao exposto, parece-nos extrair que os concursos de conceção, previstos no CCP, continuam a revelar questões estruturais que comprometem a eficiência de todo o processo, sobretudo numa fase em que o aumento do número de concursos fez crescer exponencialmente os equívocos por parte dos concorrentes. A OA-SRLVT, pela experiência que tem na assessoria às Entidades Adjudicantes neste tipo de procedimento, tem identificado padrões recorrentes de erro — desde formatos desajustados a omissões formais — e defende maior uniformização das plataformas, simplificação dos processos e foco nos vícios realmente invalidantes, sublinhando que a qualidade arquitetónica não deve ser prejudicada por entraves administrativos nem por assimetrias tecnológicas.



ELEGÂNCIA ÚNICA

SIKA® COMFORTFLOOR® MARBLE FX

Um Pavimento Elegante e Resistente

Sika® ComfortFloor® Marble FX é um revestimento em poliuretano resiliente auto-alisante para pavimentos, desenvolvido pela Sika®, com um pigmento que permite criar efeitos decorativos durante a aplicação e assim realizar um trabalho exclusivo. Utilizando ferramentas especiais, é possível obter diferentes padrões e efeitos que conferem ao pavimento uma expressão única e contínua – apenas a imaginação estabelece os limites artísticos. Este tipo de pavimento é adequado para espaços empresariais, residenciais e institucionais, como ambientes de escritórios, lojas, escolas e residências particulares, onde se deseja um aspeto moderno, criativo e único.



SAIBA MAIS EM
WWW.SIKA.PT

A CONSTRUIR CONFIANÇA



OBSERVATÓRIO DA ENCOMENDA

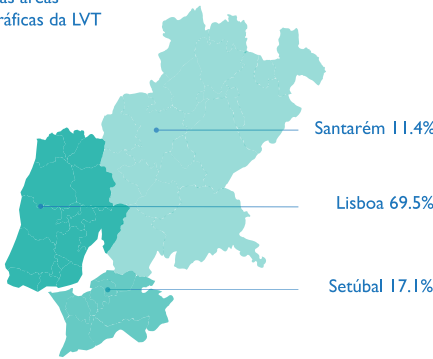
Representação gráfica do Observatório da Encomenda – Concursos Públicos – Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo Dados ao ano de 2025

CONCURSOS PÚBLICOS SECÇÃO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO ANO DE 2025

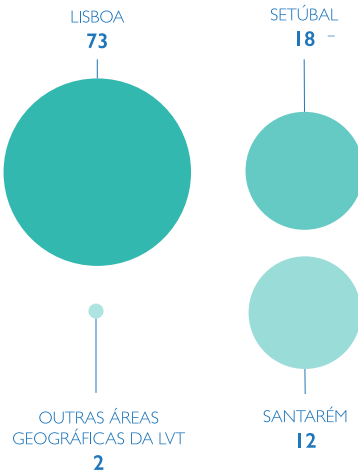
105
CONCURSOS
ANO 2025

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA CONCURSOS

Outras áreas
geográficas da LVT
2%



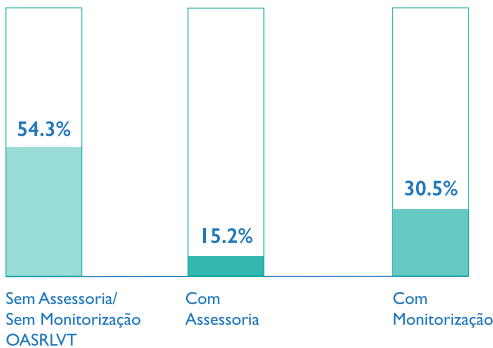
Considerando a área geográfica da OASRLVT, 69.5 %
dos concursos localizaram-se no distrito de Lisboa



MODALIDADE CONCURSOS

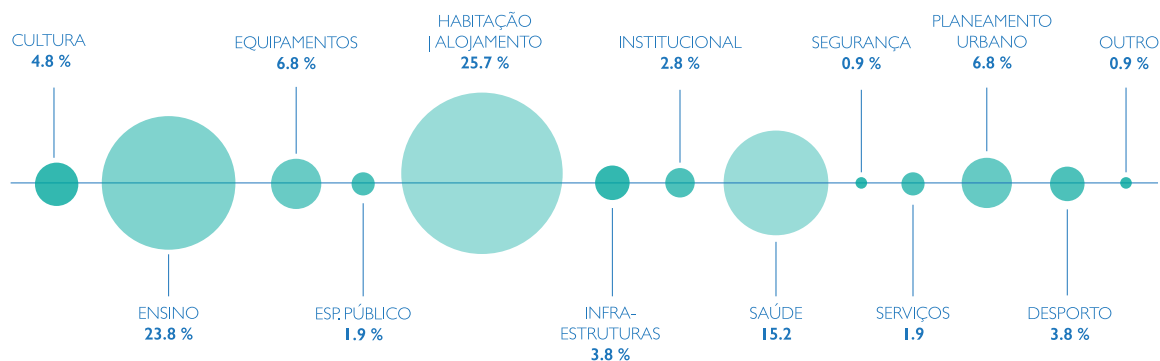
			%
Concurso Aquisição de Serviços	42	40.0	
Concurso de Conceção	12	11.4	
Concurso Conceção - Construção	42	40.0	
Concurso Limitado Qualificação Prévia	1	0.9	
Concurso Ideias	3	2.8	
Concurso Revisão Projeto	5	4.9	

ASSESSORIA OASRLVT



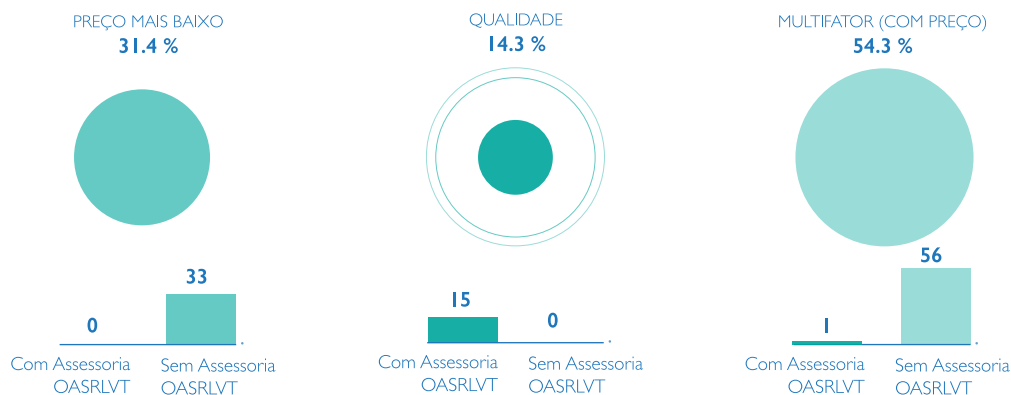
Os 12 concursos de conceção publicados em DR contaram com a assessoria da OASRLVT. A partir da data de publicação do Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, que cria um regime de conceção-construção especial, integrado no regime das medidas especiais de contratação pública com vista à agilização procedimental, verificou-se um aumento significativo da modalidade conceção-construção, considerando que no último observatório relativo ao triénio 2020 - 2022 só foram lançados 2.

O observatório de concursos de arquitetura da área geográfica de Lisboa e Vale do Tejo resulta da monitorização diária dos procedimentos para aquisição de serviços de arquitetura publicados em Diário da República no ano de 2025, foram publicados 105 concursos, dos quais foi possível apurar os dados apresentados.



A habitação e o ensino foram os programas com maior investimento, correspondendo a 49.5% dos concursos em análise na amostra.

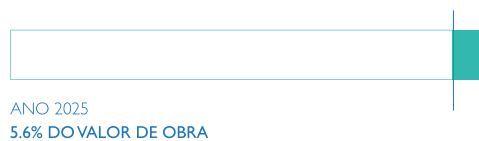
CRITÉRIOS DE SELECÇÃO CONCURSOS



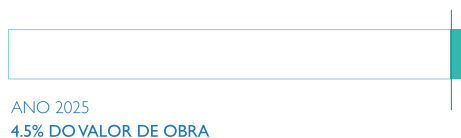
Dos 105 concursos em análise, 85.7% dos concursos tiveram o preço como critério de adjudicação, sendo que apenas os 16 concursos lançados com a assessoria da OASRLVT é que não incluíram o preço. A seleção de projetos com base no critério preço, compromete e condiciona a qualidade técnica dos serviços a contratar bem como a qualidade construtiva do que se pretende edificar.

PREÇO BASE MÉDIO (% SOBRE VALOR DE OBRA) CONCURSOS

Com Assessoria OASRLVT



Sem Assessoria OASRLVT



Considerando o universo da amostra de concursos onde foi possível aferir a estimativa de custo de obra, verificou-se que no ano de 2025, o preço base médio nos concursos com a assessoria da OASRLVT foi de 5.6% sobre o valor da obra, e nos concursos sem a assessoria da OASRLVT foi de 4.5%.

O observatório de concursos de arquitetura da área geográfica de Lisboa e Vale do Tejo resulta da monitorização diária dos procedimentos para aquisição de serviços de arquitetura publicados em Diário da República no ano de 2025 foram publicados 105 concursos, dos quais foi possível apurar os dados apresentados.

OBSERVATÓRIO DA ENCOMENDA – CONCLUSÃO

Por **CÉLIA MAIA**, ARQUITETA | VOGAL DO CONSELHO
DIRECTIVO OA-SRLVT, **CÉLIA FARIA**, ARQUITETA |
SERVIÇO DE ENCOMENDA OA-SRLVT

Em 2025, os únicos concursos publicados com base em critérios exclusivamente de qualidade corresponderam aos 12 concursos de conceção que contaram com a assessoria da OSRLVT.

A OA-SRLVT defende que a adjudicação de serviços de arquitetura deve ser apenas fundamentada na qualidade técnica dos serviços a contratar.

A OA-SRLVT desenvolve um trabalho contínuo e ativo na defesa e promoção da qualidade da arquitetura e da dignidade e prestígio da profissão, quer junto dos seus membros, quer da sociedade civil.

O pelouro da encomenda tem vindo a estabelecer parcerias com diversas entidades públicas e privadas por forma a fomentar a divulgação, ampliação e aproximação à sociedade, no campo da arquitetura, através da colaboração na organização e regulamentação de concursos e prémios.

A participação da OA-SRLVT em concursos para aquisição de serviços de arquitetura pauta-se por fomentar o desenvolvimento de práticas salutareas garantindo o seguinte:

- Adequação da modalidade do procedimento ao objeto de intervenção
- Adequação dos elementos a apresentar pelos concorrentes
- Adequação do valor dos prémios
- Constituição do Júri, com uma maioria de arquitetos e integração de outros elementos com habilitação profissional adequada ao objeto de concurso
- Calendário do concurso coerente com o objeto do concurso e com os elementos pedidos para formalização das soluções de projeto
- Seleção com base em critérios de qualidade e competência técnica
- Correta definição dos aspetos contratuais em proporção à dimensão do projeto, nomeadamente o valor base de contratação e os prazos de execução
- Correto enquadramento dos direitos de autor



**JOSÉ LUIZ PORTO, ARQ.º –
TALVEZ O PRIMEIRO DOS
MODERNISTAS PORTUGUESES.
UM CONTRIBUTO PARA ALÉM
DO ESPÓLIO**

Autor: Paulo Vila Verde

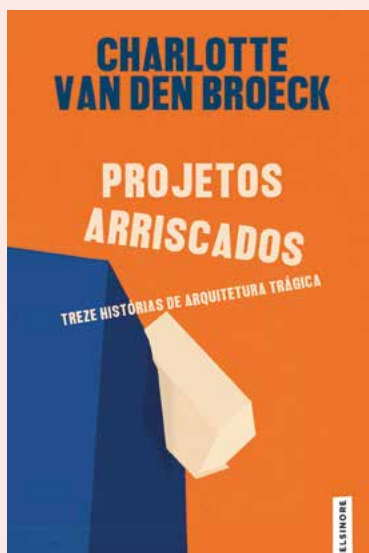
Editora: Inquietude Arquitetura, 2024

Língua: Portuguesa

ISBN: 9789893370520

Cota: MP-JLPORT 01

Paulo Vila Verde propõe, neste ensaio monográfico, uma reavaliação crítica da obra de José Luiz Porto (1883-1965). Formado em Genebra e com estudos em Paris (1921-1933), Porto transpôs para o norte de Portugal uma linguagem arquitetónica “depurada, funcional e estruturalmente consciente”, sendo dos primeiros, a aplicar de forma consistente e com domínio técnico, os princípios da arquitetura moderna em território nacional. Como exemplos dessa modernidade, ainda pouco reconhecida na época, o autor apresenta-nos, entre outros, os projetos da *Casa Ananias Torres*, Caminha (1934) e a *Casa da Família Oliveira* em Pousada de Saramagos, Famalicão (1941), que atestam a influência de Le Corbusier, Lurçat e Mallet Stevens. O livro documenta igualmente o seu trabalho na Beira, Moçambique (1941-1953). Nos 52 anos de atividade profissional, deixou obra feita em Portugal, Moçambique, França e Suíça.



**PROJETOS ARRISCADOS: TREZE
HISTÓRIAS DE ARQUITETURA
TRÁGICA**

Autor: Charlotte Van Den Broeck

Editor: Elsinore, 2025

Língua: Portuguesa

ISBN: 9789895836444

Projetos arriscados da poetisa belga Charlotte Van den Broeck (1991), mistura ensaio, narrativa de viagens, relatos pessoais e biografia. A obra reúne casos de treze edifícios falhados, construídos em distintas geografias e épocas, como o Crandall's Knickerbocker Theatre em Washington, que ruiu durante uma representação teatral na década de 1920, ou a Villa Ebe em Nápoles, onde o projetista cometeu suicídio em 1929. Trata-se de obras disfuncionais ou rejeitadas pela sociedade e que ditaram a desacreditação pública e o destino trágico dos seus criadores.

Baseando-se em autores de referência, tais como Hegel e Darwin, em histórias da sua vida pessoal e na cultura popular, a autora medita sobre a fragilidade da criação artística e o fracasso, como parte integrante da criação.



**PRÉMIO VALMOR E MUNICIPAL
DE ARQUITETURA 2018-2024**

Coordenador: Joana Almeida

Editor: Câmara Municipal de Lisboa
– Pelouro do Urbanismo, 2025

Língua: Portugues

ISBN 978-972-8877-18-7a

Cota: HCP 080

A CML editou o catálogo do *Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura 2018-2024*. Nesta edição destaca-se uma predominância de obras de reabilitação e alteração, denotando a corrente preocupação com a sustentabilidade, integração urbana, novos usos. Entre os premiados sobressaem projetos que se tornaram referência, pelo diálogo entre o passado e o presente da cidade: requalificação – ampliação do Liceu Camões, reabilitação da Estação Sul e Sueste, requalificação do Largo da Igreja da Memória, entre outros. Os edifícios de habitação foram contemplados com a maioria dos prémios atribuídos a obras novas. O volume publica ainda uma listagem dos imóveis premiados entre 1902 e 2024, assim como um conjunto de textos críticos. Pedro Novo, Presidente da OA-SRLVT, integrou o júri do Prémio.

Carolina Delgado

Instagram: @carolinadelgado.studio

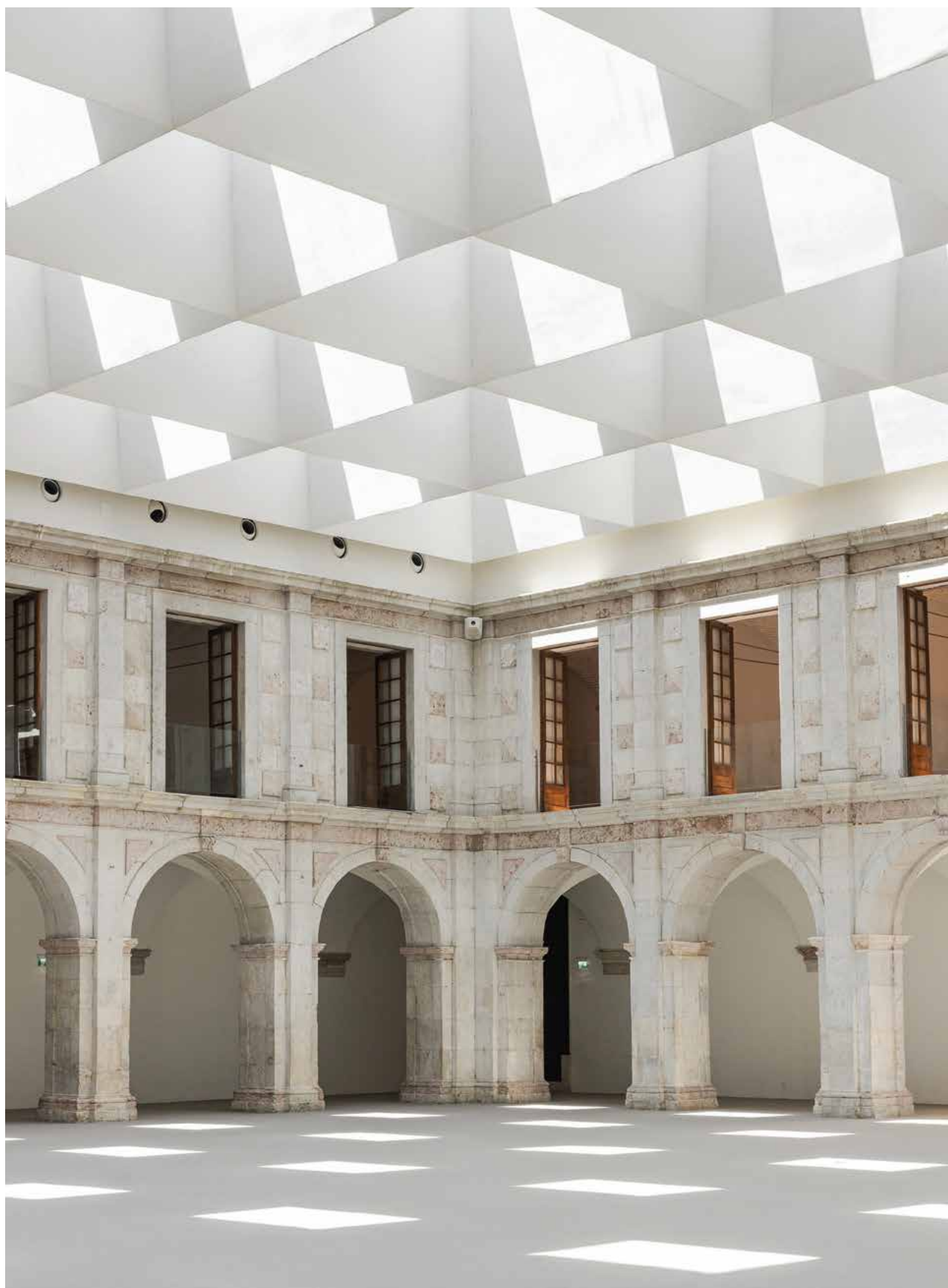
Centro de Eventos do Beato

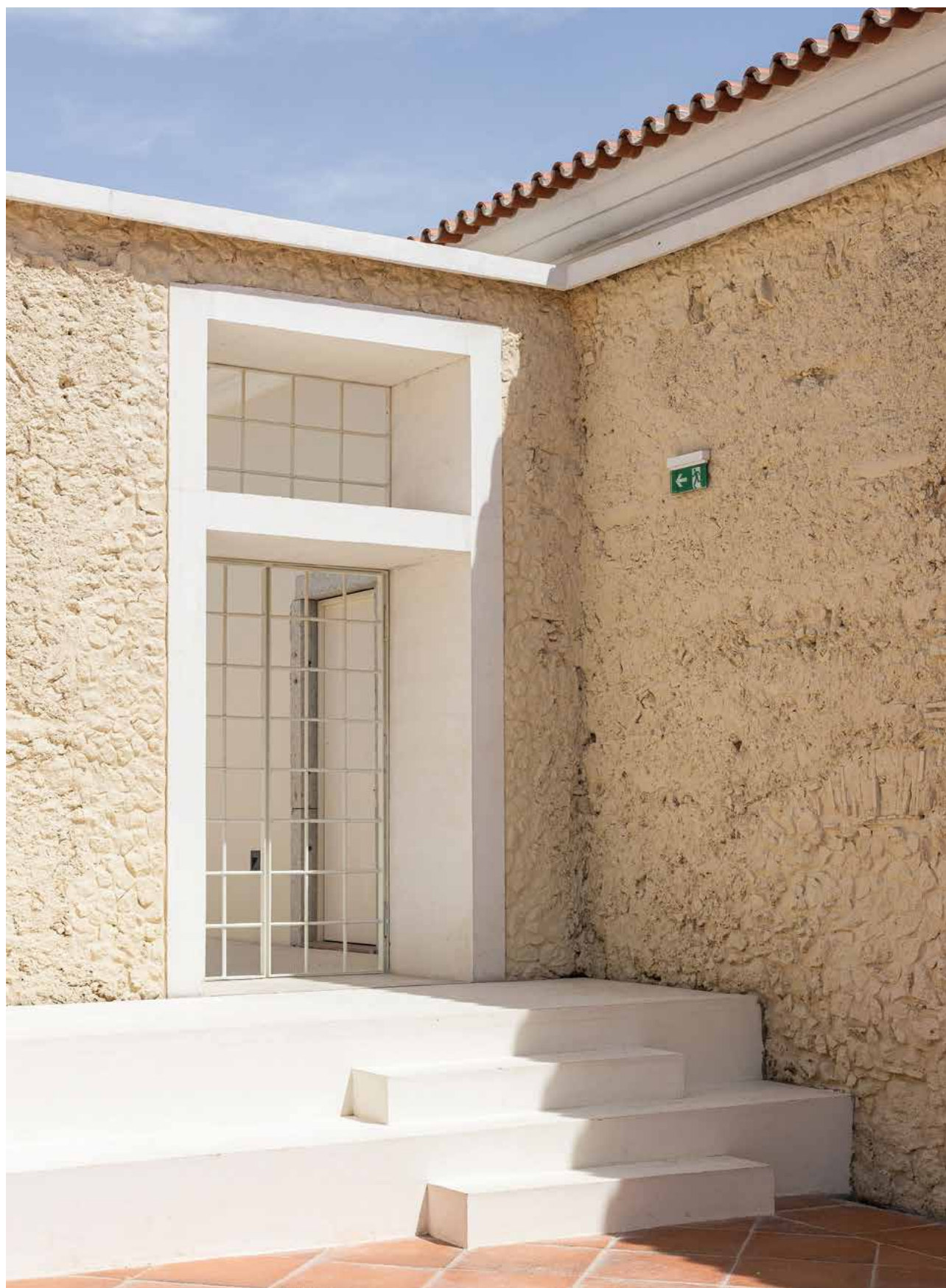
Pequena coleção de fotografias do Centro de Eventos do Beato, projeto do ateliê RISCO, do qual tenho vindo a acompanhar a obra desde 2020. Este edifício faz parte do Conjunto Urbano do Convento do Beato, que inclui também a reabilitação dos restantes edifícios para novos usos, nomeadamente, serviços na antiga igreja e habitação nos antigos edifícios industriais.

Enquanto arquiteta e fotógrafa de arquitetura, o facto de acompanhar obra e a evolução deste conjunto urbano desde 2020, ao longo de 5 anos, fez-me perceber o impacto que este tipo de obras pode ter em pedaços da cidade de Lisboa mais marginalizados, longe do centro onde existe mais investimento e turismo.

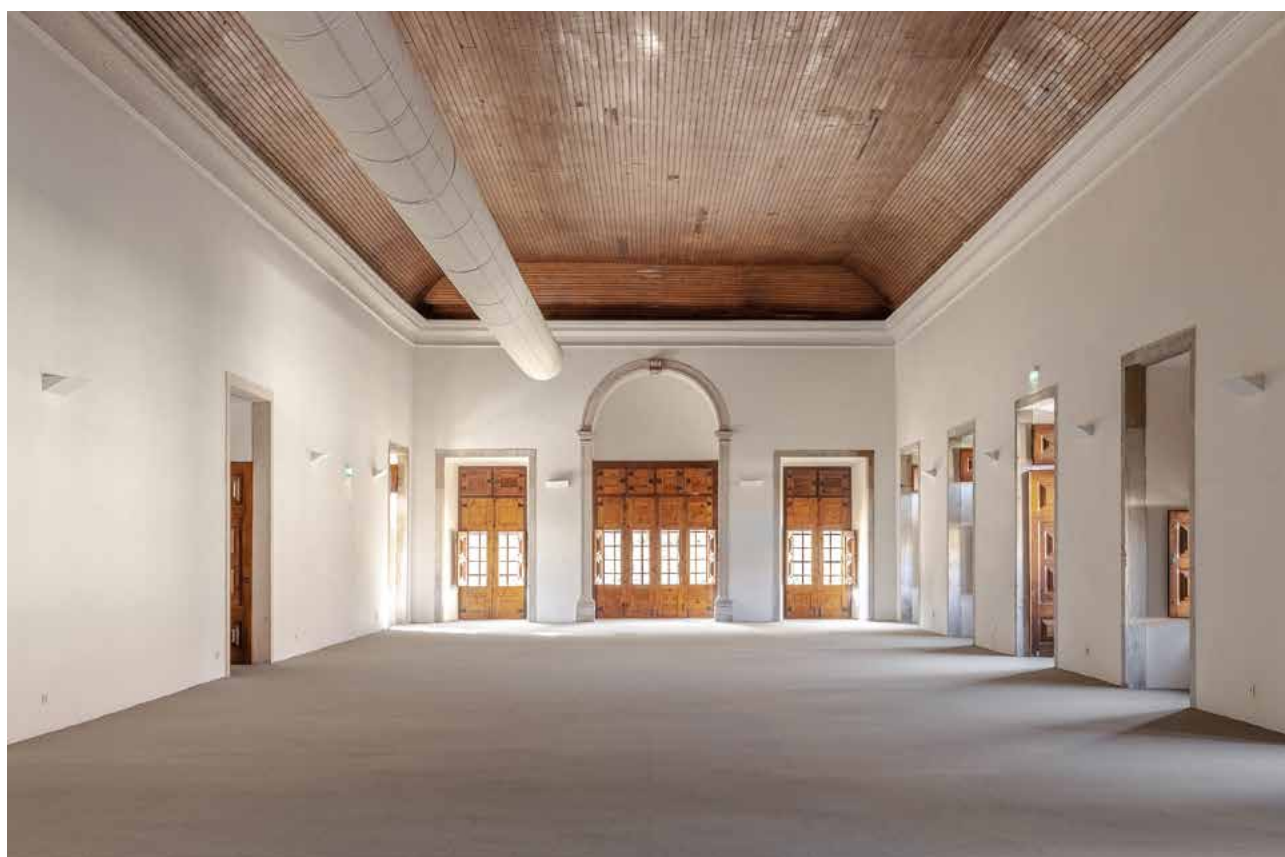
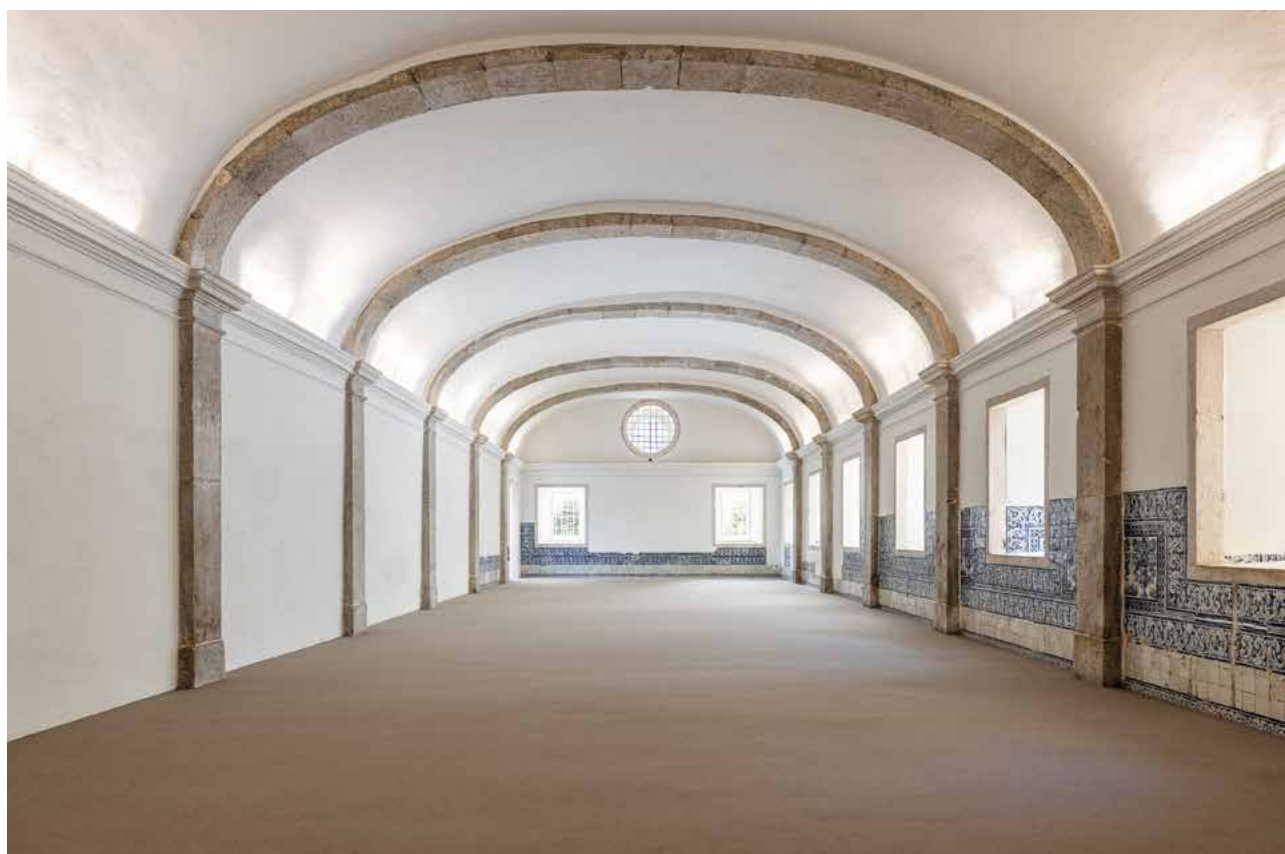
O Beato é uma zona industrial, com alguns bairros degradados e antigos. Por isso, é importante que sejam realizados novos projetos como este, de grande dimensão e com um programa variado, de forma a criar novas dinâmicas urbanas. Este tipo de projetos, preocupa-se sempre com a renovação do espaço público da cidade, neste caso, a rua do beato e a alameda do beato. Ficaram espaços públicos com uma nova presença urbana, marcados pela presença das bonitas fachadas de todo o conjunto que tenho vindo a fotografar. Se os edifícios são belos e estão bem reabilitados, participam de forma mais ativa na identidade da paisagem urbana.

A experiência desta reportagem, ajudou-me a olhar com mais atenção para os edifícios devolutos em Lisboa, que apresentam um grande potencial de intervenção, e que podem participar ativamente na renovação da cidade e do turismo.

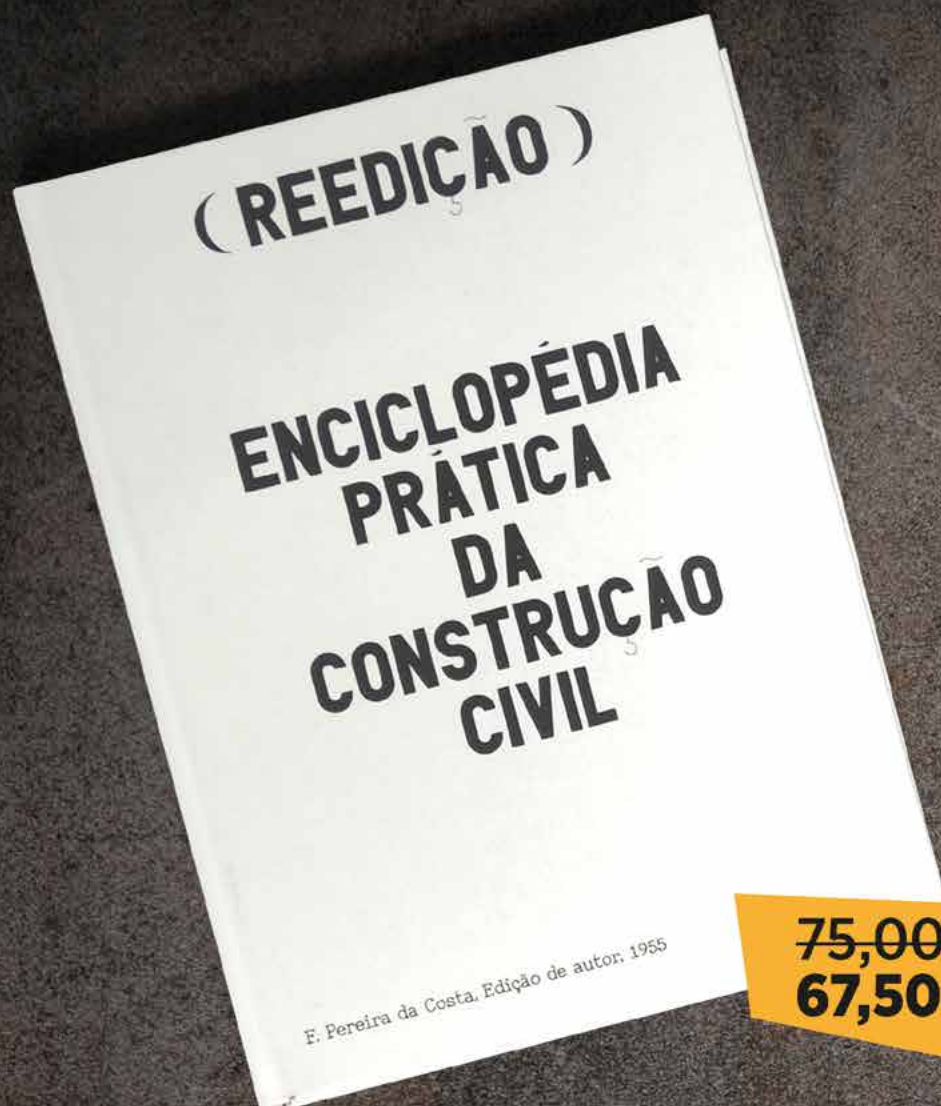












~~75,00€~~
67,50€ *



~~15,90€~~
14,31€ *



~~18,07€~~
16,26€ *

Luiz Alcázar
por Nuno Al...

~~12,78€~~
11,50€

À venda na sede da **ORDEM DOS ARQUITECTOS**
Encomende através do email: lv.secretaria@ordemdosarquitectos.pt

CO
ACIDADE
SR LVT

~~21,00€~~
8,90€ *

AS QUATRO
ETAPAS DA
ARQUITECTURA
CONTEMPORÂNEA
DE VÍCTOR CONSIGLIERI

~~30,00€~~
27,00€ *

10%
DESCONTO
* MEMBROS DA ORDEM
DOS ARQUITECTOS

Baptista
Mendres

**CASA
DA SERRA
DA ESTRELA**

CEM
ANOS
PANCHO GUEDES

~~16,00€~~
14,40€ *



VERDASCA[®]
GROUP



verdascagroup.pt



Painel GRC



Laje Treliçada



Painel Duplo



Varanda



Pilares



Soluções Modulares



Escada



**Pré-Laje e
Laje Alveolar**



Painel Sandwich



Painel Maciço



Núcleo Elevatório

**A Arquitetura do Amanhã Começa
Com os Materiais de Hoje**



Dia Regional do Arquiteto

de Lisboa e Vale do Tejo | 2026

30 de maio
Bom Sucesso Resort | Óbidos

